

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO DOS ESTADOS UNIDOS
Washington, D.C. 20549
FORMULÁRIO 20-F

RELATÓRIO ANUAL EM CONFORMIDADE COM A SEÇÃO 13 OU 15(d)
DA LEI DE MERCADO DE CAPITAIS DE 1934

Em relação ao exercício social findo: 31 de dezembro de 2001
Número de registro na comissão: 000-26030

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

(Denominação exata do solicitante do registro, conforme especificado em seu contrato social)

Valley of the Rio Doce Company

(Tradução da denominação do solicitante do registro para o inglês)

República Federativa do Brasil

(Jurisdição de constituição)

Avenida Graça Aranha, nº 26
20005-900 Rio de Janeiro, RJ, Brasil

(Endereço da sede social)

Títulos registrados ou a serem registrados em conformidade com a Seção 12(b) da Lei:

Título de cada classe

Nome de cada bolsa de valores
na qual as ações foram listadas*

Ações preferenciais Classe A da CVRD, sem valor nominal por ação	Bolsa de Valores de Nova York*
Ações de Depósitos Americanos (conforme comprovadas pelos Recibos de Depósitos Americanos), cada um representando uma ação preferencial Classe A da CVRD	Bolsa de Valores de Nova York
Ações Ordinárias da CVRD, sem valor nominal.....	Bolsa de Valores de Nova York*
Ações de Depósitos Americanos (conforme comprovadas pelos Recibos de Depósitos Americanos), cada um representando uma ação ordinária da CVRD	Bolsa de Valores de Nova York

* As ações não são listadas para negociação, mas apenas em relação as Ações de Depósitos Americanos são registradas, em conformidade com as exigências da Bolsa de Valores de Nova York.

Títulos registrados ou a serem registrados em conformidade com a Seção 12(g) da Lei: **Nenhum**

Títulos em relação aos quais existe uma obrigação de apresentação de relatório em conformidade com a Seção 15(d) da Lei: **Nenhum**

O número de ações emitidas de cada classe da CVRD em 31 de dezembro de 2001 de:

245.267.973 ações ordinárias, sem valor nominal por ação
138.575.821 ações preferenciais da Classe A, sem valor nominal por ação
1 ação preferencial classe especial, sem valor nominal por ação

Assinale com um X se o solicitante do registro (1) arquivou todos os relatórios cujo arquivamento fosse exigido pela Seção 13 ou 15(d) da Lei de Mercado de Capitais de 1934 durante os últimos 12 meses (ou em tal período mais curto conforme o solicitante do registro tivesse a obrigação de arquivar tais relatórios) e (2) ficou sujeito a essas exigências de arquivamento no que se refere aos últimos 90 dias.

Sim Não

Assinale com um X qual item de demonstração financeira o solicitante do registro optou por seguir.

Item 17 Item 18

Queira enviar cópias de notificações e comunicações originários da Comissão de Valores Mobiliários e Câmbio para:

Joseph A. Hall
Davis Polk & Wardwell
450 Lexington Avenue
New York, NY 10017

ÍNDICE

Página

Termos de Mineração	4
Apresentação de Informações Financeiras	7
Apresentação de Informações Pertinentes a Reserva.....	8
Informações Sobre a Visão do Futuro	9
PARTE I	10
Item 1. Identidade dos Conselheiros, Diretores Executivos e Consultores.....	10
1.A. Conselheiros e Diretores Executivos.....	10
1.B. Consultores.....	10
1.C. Auditores	10
Item 2. Estatística da Oferta e Cronograma Previsto	10
Item 3. Informações Chave	11
3.A.1-2. Dados Financeiros Seleccionados	11
3.A.3. Taxas de Câmbio	13
3.B. Estrutura de Capital e Endividamento	15
3.C. Razões para a Oferta e Utilização de Resultados	16
3.D. Fatores de Risco	16
Item 4. Informações sobre a Empresa	26
4.A.1-3. Constituição da Sociedade	26
4.A.4. Desenvolvimento da Empresa.....	26
4.A.5. Investimentos de Capital e Desinvestimentos.....	31
4.A.6. Atuais Investimentos de Capital e Desinvestimentos.....	31
4.A.7. Proposta de Concorrências Públicas para Aquisição de Controle.....	31
4.B., 4.C. e 4.D. Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado	32
Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras.....	74
5.A. Resultados Operacionais	74
5.A.1. Alterações	75
5.A.2. Inflação	81
5.A.3. Flutuações de Moeda	82
5.A.4. Políticas Governamentais	82
5.B. Liquidez e Recursos de Capital.....	82
5.B.1. Liquidez	82
5.B.2. Dívida	83
5.B.3. Orçamento para Aquisição de Imobilizado.....	84
5.C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças Etc.....	85
5.D. Informações sobre Tendências.....	85
Item 6. Conselhos, Diretores Executivos e Funcionários.....	90
6.A., 6.B. e 6.C. Conselhos, Diretores Executivos, Remuneração e Práticas dos Conselhos.....	90
6.D. Funcionários.....	97
6.E. Participação Acionária.....	98
Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas.....	99
7.A. Principais Acionistas.....	99
7.B. Transações com Partes Relacionadas.....	105
7.C. Interesses de Peritos e Consultores Jurídicos.....	106
Item 8. Informações Financeiras.....	106
8.A.1-6. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras	106
8.A.7. Processos Judiciais.....	106
8.A.8. Distribuição de Dividendos.....	107
8.B. Alterações Significativas	109
Item 9. Oferta e Registro em Bolsas de Valores.....	109
9.A.1-3 Detalhes da Oferta	109
9.A.4. Histórico dos Preços de Ações	109
9.A. 5-7. Detalhes do Registro em Bolsa	110
9.B. Plano de Distribuição.....	110
9.C. Mercados.....	110
9.D., 9.E. e 9.F. Venda de Ações, Diluição e Despesas de Emissão	110

Item 10. Informações Adicionais.....	111
10.A. Capital Social.....	111
10.B. Memorando de Constituição e Contrato Social.....	111
10.C. Contratos Relevantes.....	122
10.D. Controles de Câmbio e Outras Restrições que Afetam os Detentores de Títulos Mobiliários.....	122
10.E. Tributação.....	124
10.F. Dividendos e Agentes de Pagamento.....	131
10.G. Demonstrações dos Peritos.....	131
10.H. Documentos Exibidos.....	132
10.I. Informações de Subsidiárias.....	132
Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre o Risco de Mercado.....	133
Item 12. Descrição de Títulos e Valores Mobiliários exceto Títulos Patrimoniais.....	137
PARTE II	138
Item 13. Descumprimentos, Dividendos Atrasados e Inadimplências.....	138
Item 14. Modificações Relevantes dos Direitos dos Detentores de Títulos Mobiliários e Uso das Receitas...	138
Item 15. (Reservado).....	138
Item 16. (Reservado).....	138
Item 17. Demonstrações Contábeis	138
PARTE III	139
Item 18. Demonstrações Contábeis.....	139
Índice as Demonstrações Contábeis Consolidadas.....	139
Índice dos Relatórios de Auditores Independentes Listados.....	139
Item 19. Anexos.....	140
Assinaturas.....	142

Termos de Mineração

Alumina	Óxido de alumínio. É extraído da bauxita em um processo de refino químico, constituindo a principal matéria-prima no processo eletro-químico a partir do qual o alumínio é produzido.
Bauxita	Rocha composta fundamentalmente de óxidos de alumínio hidratados. É o principal minério da alumina, a matéria-prima a partir da qual o alumínio é produzido.
Beneficiamento	O processo de separação, concentração e classificação do minério por tamanho de partícula ou por meio de alguma outra característica (por exemplo, gravidade específica, suscetibilidade magnética, química de superfície etc.) a fim de obter o mineral ou metal de interesse.
CIF.....	<i>Cost insurance e freight</i> (Custo, seguro e frete). Indica que o vendedor paga pelo embarque, seguro e por todos os outros custos relacionados ao transporte das mercadorias até seu destino.
CIL	Carbono-em-Lixívia. Um método para a recuperação de ouro em solução a partir de fluxos de pasta semifluida por meio do contato do carbono ativado com a celulose durante o processo de lixiviação dentro de recipientes agitados e pela separação do carbono carregado a partir da celulose por meio de triagem.
CIP	Carbono-em-Pasta. Um método de recuperação de ouro e prata extraídos a partir de soluções impregnadas de soluções de cianeto por meio da absorção de metais preciosos em relação a grânulos de carbono ativado, que se constituem tipicamente de cascas de coco esmerilhado.
Concentração	Processo físico, químico ou biológico para aumentar o grau do metal ou mineral de interesse.
DR	Redução direta. As pelotas de minério de ferro de redução direta são utilizadas por siderúrgicas que empregam tecnologia de minilaminador.
DWT	Dead weight ton (Tara). A unidade de medida da capacidade de carga de um navio, óleo combustível, depósitos e tripulação, medida em toneladas métricas de 1.000 kg. A tara total de um navio corresponde ao peso total que o navio pode levar quando carregado no que diz respeito a uma linha de carga específica.
Finos	Refere-se ao minério de ferro com partículas na proporção de 0,10 mm a 6,35 mm de diâmetro.
FOB	<i>Free on Board</i> (Livre a Bordo). Indica que o comprador paga pelo embarque, seguro e por todos os outros custos relacionados ao transporte da mercadoria a seu destino.
Grau	A proporção de metal ou mineral presente no minério ou em qualquer outro material hospedeiro.
HL	<i>Heap Leaching</i> . Um método de baixo custo de extração de metais, tais como ouro e cobre, a partir de minérios de baixa classificação. Consiste na formação de um conjunto de minério e na aplicação de uma solução (lixivante) que dissolve o metal para produzir uma solução impregnante (produto de lixiviação) a partir da qual o metal é recuperado por precipitação e fundição, ou por métodos de absorção de carbono, triagem e eletro-produção.

Caulim	Uma argila branca fina de silicato de alumínio utilizada como agente de revestimento, obturador, expansor e absorvente nas indústrias de papel, cerâmica e farmacêutica.
Minério Granulado.....	<i>Lump Ore</i> - Minério de ferro ou manganês com tamanho de partículas mais grossas entre 6,35 mm a 75 mm de diâmetro, mas variando, ligeiramente, entre diferentes minas e minérios.
Manganês	Um elemento metálico duro quebradiço encontrado fundamentalmente nos minerais pirolusita, hausmanita, manganato.
Depósito(s) de mineral(is) ou material(is) mineralizado(s)	Refere-se a um corpo mineralizado que foi objeto de intersecção por um número suficiente de furos de sondagem espaçados um próximo do outro e/ou amostras subterrâneas/de superfície para sustentar tonelagem suficiente e o grau de metal(is) ou de mineral(is) de interesse para garantir ainda o trabalho de desenvolvimento - exploração. A jazida não se qualifica como um corpo mineral até que a mesma possa ser legal e economicamente extraída por ocasião da determinação de reserva de minério.
Mineração a céu aberto.....	O método de extração pelo qual a superfície ou rocha improdutiva é removida, de forma que o minério possa ser retirado utilizando escavadeiras mecânicas, carregadores de extremidade frontal, escavadeiras hidráulicas, cabos de reboque etc.
Minério	Rocha a partir da qual metal(is) ou mineral(is) podem ser economicamente extraídos.
Óxidos	Compostos de oxigênio com um outro elemento. Por exemplo, a magnetita ($Fe(3)O(4)$) é um mineral de óxido formado pela união química do ferro com o oxigênio.
Minério Fino	<i>Pellet feed</i> - Partículas de minério de ferro finas (de 0,10 mm a 6,35 mm) e ultrafinas (inferior a 0,10 mm) geradas pela mineração, classificação, manipulação e transporte de minério de ferro, sem aplicação prática direta na indústria de aço, a menos que o material seja agregado em pelotas, por meio de um processo de aglomeração.
Pelotas	Bolas de partículas finas e ultrafinas aglomeradas de minério de ferro com tamanho e qualidade apropriados para processos específicos de siderurgia. O tamanho de nossas pelotas varia de 8 mm a 18 mm.
Potássio	Um composto de cloreto de potássio, especialmente KCl, utilizado na indústria e agricultura.
Reservas prováveis (indicadas)	Reservas em relação às quais a quantidade e grau e/ou qualidade são calculados a partir de informações semelhantes às utilizadas para reservas provadas (medidas), mas em que os locais para inspeção, amostragem e medição ficam bastante afastados ou se encontram, de outra maneira, espaçados de forma menos adequada. O grau de garantia, ainda que inferior ao das reservas provadas (medidas), é suficientemente alto para admitir a continuidade entre os pontos de observação.

Reservas provadas (medidas).....	Reservas em relação às quais (1) a quantidade é calculada a partir de dimensões reveladas em afloramentos, cortes na terra, furos broqueados ou de trabalho; (2) o teor e/ou a qualidade são calculados a partir dos resultados da amostragem detalhada; e (3) os locais para inspeção, amostragem e medição são espaçados de maneira tão próxima, e a característica geológica é tão bem definida, que o tamanho, forma, profundidade e teor mineral das reservas são bem estabelecidos.
Produto recuperável	Porção de interesse no minério que pode ser fisicamente recuperada por meio de processamento.
Reserva	Refere-se àquela parte de uma jazida mineral que poderia ser legal e economicamente extraída ou produzida por ocasião da determinação da reserva.
Minério natural	<i>Run-of-mine</i> - O minério em seu estado natural (não processado), da maneira como é minerado antes de ser britado.
Comércio Marítimo	O mercado de produtos de minério de ferro que são embarcados em navios que possuem uma capacidade superior a 50.000 DWT.
Minério para Sinterização.....	<i>Sinter Feed</i> - Minério de ferro ou de manganês apropriado para sinterização.
Sinterização	Refere-se à aglomeração de pequenas partículas em uma massa consistente mediante aquecimento sem fusão.
S/P	<i>Stockpile</i> (reservas de matérias-primas). Refere-se ao minério ou materiais acumulados ou empilhados na superfície para futura utilização.
Sulfetos	Compostos de enxofre com mais de um elemento e sulfetos metálicos (tais como galena, PbS e a calcopirita, CuFeS ₂) que se apresentam como minerais.

Apresentação de Informações Financeiras

Elaboramos nossas demonstrações contábeis que aparecem no presente relatório anual em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (“US GAAP”), que diferem, em determinados aspectos, dos princípios contábeis brasileiros (“BR GAAP”). Os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (“BR GAAP”) são determinados pelas exigências da Lei nº 6.404, datada de 15 de dezembro de 1976, conforme emenda recebida (“Lei Brasileira das Sociedades Anônimas”) e as normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, órgão equivalente no Brasil à *Securities and Exchange Commission - SEC*. Publicamos as Demonstrações Contábeis no Brasil, de acordo com a Legislação Societária Brasileira, tendo elaborado as mesmas em conformidade com os “BR GAAP”. Utilizamos nossas Demonstrações Contábeis pela Legislação Societária Brasileira para:

- relatórios aos acionistas brasileiros,
- arquivamentos junto à CVM,
- determinação de pagamentos de dividendos, e
- determinação de obrigações fiscais.

Nossas demonstrações contábeis, e as outras informações financeiras que aparecem no presente relatório anual, foram reavaliadas (convertidas) de reais para dólares norte-americanos, nos termos explanados na nota 2(a) às nossas Demonstrações Contábeis, a menos que indicado de outra maneira.

Como alguns números incluídos neste relatório anual foram arredondados.

Referências aos termos “real”, “reais” ou “R\$”, constituirão referências aos reais brasileiros (plural) e ao real brasileiro (singular), a moeda oficial do Brasil; e referências a “U.S. dólares”, “dólares” ou “US\$” constituem referências aos dólares norte-americanos.

A menos que de outra maneira especificado, foram utilizadas unidades métricas, por exemplo, o termo “toneladas” refere-se a toneladas métricas.

Referências aos termos “Grupo CVRD”, “nosso” ou “nós” constituem referências à Companhia Vale do Rio Doce, suas controladas consolidadas e suas *joint ventures*, bem como coligadas. Referências ao termo “Vale Overseas” constitui referência à Vale Overseas Limited. Referências ao termo “coligadas” referem-se àquelas Companhias em que a CVRD tem uma participação minoritária e excluem as coligadas de controle compartilhado que são consolidadas somente para fins de demonstrações contábeis.

Referências aos nossos ADSs ou Ações de Depósitos Americanos incluem tanto nossas Ações Ordinárias de Depósitos Americanos (nossas ADSs ordinárias), cada um representando uma ação ordinária da CVRD, e nossas Ações Preferenciais de Depósitos Americanos (nossas ADSs preferenciais), cada um representando uma ação preferencial classe A da CVRD. Ações de Depósitos Americanos são representadas por Recibos de Depósitos Americanos (ADRs) emitidas pelo J.P. Morgan Chase Bank, como depositário.

Apresentação de Informações Pertinentes a Reservas

As estimativas das reservas provadas e prováveis e outras jazidas minerais das minas do Grupo CVRD e as estimativas de vida útil das minas, em 31 de dezembro de 2001, incluídas no presente relatório anual, foram calculadas de acordo com as definições técnicas requeridas pela *Securities and Exchange Commission – SEC*, conforme descrito em *Termos de Mineração*. Obtivemos estimativas de vida útil de minas descritas no presente relatório anual a partir dessas estimativas de reservas. Vide *Item 3.D. – Fatores de Risco – Riscos relacionados a Indústria de Mineração*.

O Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, ou DNPM, reúne estimativas de reserva de mineração nacionais e estrangeiras utilizando critérios que podem diferir das definições técnicas requeridas pela Comissão. Ajustamos as estimativas de reservas de minério em relação às perdas e diluição durante a extração.

Informações Sobre a Visão do Futuro

Este relatório anual contém declarações sobre a visão do futuro de acordo com a *Private Securities Litigation Reform Act* de 1995. Estas declarações aparecem em uma série de locais neste relatório anual e incluem declarações relativas à nossa intenção, conhecimento ou atuais expectativas com relação a:

- nossa direção e operação futura,
- implantação de nossas principais estratégias operacionais, incluindo nossa potencial participação nas transações de privatização, aquisição ou *joint venture*, ou em outras oportunidades de investimento,
- nossos planos de desinvestimento,
- a implantação de nossa estratégia de financiamento e planos de investimento de capital,
- a exploração de reservas minerais e o desenvolvimento de recursos de mineração,
- o esgotamento de minas e reservas minerais,
- a declaração ou o pagamento de dividendos,
- outros fatores ou tendências que afetem nossa condição financeira ou os resultados das operações, e
- aos fatores discutidos no *Item 3.D. Fatores de Risco*, começando na página 16.

Estes riscos e incertezas inclui fatores: relacionados com a economia brasileira e o mercado de títulos mobiliários, ao lado da volatilidade e que pode ser afetado negativamente pelo desenvolvimento de outros países, relacionados ao negócio de minério de ferro e sua dependência da indústria mundial de aço, que é cíclico por natureza, e relacionados a alta competitividade das indústrias nas quais operamos. Para informações adicionais sobre os fatores que poderiam causar aos nossos resultados atuais diferenças em relação ao esperado nas declarações que visam o futuro, por favor vide *Item 3. Informações Chaves*, e nossos relatórios arquivados na CVM e na *U.S. Securities and Exchange Commission - SEC*.

Ressaltamos que quaisquer dessas declarações sobre a visão do futuro não constituem garantias de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas, e que os resultados reais podem diferir significativamente daqueles contidos nas declarações que visam o futuro em função de vários fatores.

PARTE I

Item 1. Identidade dos Conselheiros, Diretores Executivos e Consultores

1.A. Conselheiros e Diretores Executivos

Vide *Item 6.A., 6.B. e 6.C. – Conselhos, Diretores Executivos, Remuneração e Práticas dos Conselhos – Conselheiros e Diretores Executivos.*

1.B. Consultores

Davis Polk & Wardwell atua na qualidade de nosso consultor jurídico nos EUA. O endereço da empresa é:

Davis Polk & Wardwell
450 Lexington Avenue
New York, NY 10017
U.S.A.

1.C. Auditores

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes atua como nossos auditores independentes. O endereço da empresa é:

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Rua da Candelária 65
15º andar
Rio de Janeiro, Brasil

A PricewaterhouseCoopers é membro do Instituto Brasileiro de Contadores – IBRACON, registrada sob o nº CRC – SP – 160 – S – RJ..

Contratamos a *AMEC Engineering and Construction Services*, ou AMEC (antiga MDRI) para efetuar a auditoria e verificar algumas de nossas estimativas de reservas provadas e prováveis, assim como a vida das minas com base em 31 de dezembro de 2001. O endereço da empresa é:

AMEC Engineering and Construction Services.
2001 W. Camelback Road, Suite 300
Phoenix, AZ 85015
U.S.A

A menos que especificamente expresso, nossas estimativas de reserva não foram auditadas pela AMEC.

Item 2. Estatística da Oferta e Cronograma Previsto

Não aplicável.

Item 3. Informações Chave

3.A.1-2. Dados Financeiros Selecionados

A tabela abaixo apresenta nossas informações financeiras consolidadas selecionadas levantadas nos períodos indicados, e relacionadas aos mesmos. Essas informações devem ser lidas juntamente com nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas que aparecem neste relatório anual.

	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	1997	1998	1999	2000	2001
	(em milhões de US\$)				
<u>Demonstração do Resultado</u>					
Receitas operacionais líquidas	\$ 3.748	\$ 3.553	\$ 3.076	\$ 3.935	\$ 3.990
Custo de produtos e serviços	(2.653)	(2.272)	(1.806)	(2.429)	(2.327)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(207)	(171)	(138)	(225)	(241)
Pesquisa e desenvolvimento	(51)	(48)	(27)	(48)	(43)
Participação dos empregados nos lucros	(46)	(29)	(24)	(29)	(38)
Custos de reestruturação	(87)	(9)	-	-	-
Outros (despesas)	(79)	(175)	(165)	(278)	(412)
Lucro operacional	625	849	916	926	929
Receita (despesa) não operacional:					
Receita (despesa) financeira.....	(3)	151	(33)	(107)	(200)
Ganho (perda) cambial e monetária/ de conversão..	7	(108)	(213)	(142)	(393)
Ganho na venda de investimentos.....	-	-	-	54	784
	4	43	(246)	(195)	191
Resultado antes do imposto de renda, resultados da equivalência patrimonial, participações minoritárias e itens extraordinários					
	629	892	670	731	1.120
Imposto de renda benefício (despesa)	(32)	-	(33)	32	218
Equivalência patrimonial nos resultados de coligadas e <i>joint ventures</i>	155	80	41	260	(49)
Mudança na provisão para perdas em investimentos	(59)	(273)	(268)	62	(4)
Participações minoritárias	(2)	(1)	2	1	2
Itens extraordinários (líquidos de impostos) ⁽¹⁾	(372)	-	-	-	-
Lucro líquido	\$ 319	\$ 698	\$ 412	\$ 1.086	\$ 1.287
Total de dividendos distribuídos	\$ 302	\$ 607	\$ 452	\$ 246	\$ 1.066

	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	1997	1998	1999	2000	2001
	(Em US\$, exceto dividendos e juros sobre o capital próprio por ação e quantidade de ações)				
Dados por Ação					
Lucros por ação ordinária e preferencial Classe A ⁽²⁾ :					
Lucro antes de itens extraordinários	US\$ 1,06	US\$ 1,80	US\$ 1,07	US\$ 2,82	US\$ 3,34
Itens extraordinários	(0,96)	-	-	-	-
Lucro líquido	<u>US\$ 0,10</u>	<u>US\$ 1,80</u>	<u>US\$ 1,07</u>	<u>US\$ 2,82</u>	<u>US\$ 3,34</u>
Dividendos registrados e participação sobre o patrimônio líquido por ação em US\$ ⁽³⁾	US\$ 1,20	US\$ 1,58	US\$ 1,28	US\$ 1,70	US\$ 1,99
Dividendos e participação sobre o patrimônio líquido declarado por ação em reais ⁽³⁾	R\$ 1,33	R\$ 1,86	R\$ 2,28	R\$ 3,33	R\$ 4,61
Média ponderada do número de ações em circulação:					
Ações ordinárias (em milhares)	249.983	249.983	249.983	249.983	249.864
Ações preferenciais da Classe A ⁽²⁾ (em milhares)	<u>138.563</u>	<u>137.965</u>	<u>134.917</u>	<u>134.917</u>	<u>135.042</u>
Total	<u>388.546</u>	<u>387.948</u>	<u>384.900</u>	<u>384.900</u>	<u>384.906</u>

	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	1997	1998	1999	2000	2001
	(em milhões de US\$)				
Dados do Balanço Patrimonial					
Ativo circulante	\$ 2.603	\$ 2.845	\$ 2.490	\$ 2.502	\$ 2.638
Ativo imobilizado, líquido	5.557	5.261	3.943	3.955	3.813
Investimentos em empresas coligadas e <i>joint ventures</i> e demais investimentos, líquidos de provisão para perdas	1.666	1.557	1.203	1.795	1.218
Outros ativos	1.791	1.385	1.052	1.543	1.853
Total do ativo	<u>11.617</u>	<u>11.048</u>	<u>8.688</u>	<u>9.795</u>	<u>9.522</u>
Passivo circulante	2.057	2.030	2.072	2.136	1.921
Exigível a longo prazo (excluindo dívida a longo prazo)	1.157	1.169	601	1.061	786
Dívida a longo prazo ⁽⁴⁾	1.428	1.389	1.321	2.020	2.170
Participação minoritária	69	68	3	9	5
Total do passivo	<u>4.711</u>	<u>4.656</u>	<u>3.997</u>	<u>5.226</u>	<u>4.882</u>
Patrimônio líquido					
Capital social em circulação	1.288	1.740	1.927	1.927	2.211
Capital integralizado excedente ao valor nominal	498	498	498	498	498
Reservas e lucros acumulados	<u>5.120</u>	<u>4.154</u>	<u>2.266</u>	<u>2.144</u>	<u>1.931</u>
Total do Patrimônio líquido	<u>6.906</u>	<u>6.392</u>	<u>4.691</u>	<u>4.569</u>	<u>4.640</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>\$ 11.617</u>	<u>\$ 11.048</u>	<u>\$ 8.688</u>	<u>\$ 9.795</u>	<u>\$ 9.522</u>

(1) Os itens extraordinários em 1997 referem-se a transações relacionadas a 1ª fase do processo de nossa privatização.

(2) Cada Ação de Depósito Americano (ADS) representa uma ação preferencial da Classe A.

(3) A partir de 1997, todas as distribuições foram efetuadas na forma de juros sobre o capital próprio.

(4) Exclui a parcela do circulante. Em 31 de dezembro de 2001, estendemos garantias de empréstimos obtidos por *joint ventures* e empresas coligadas no valor total de US\$702 milhões. Esses passivos contingentes não estão discriminados em nossos balanços patrimoniais consolidados, mas estão descritos na nota 15(a) de nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

	At December 31,				
	1997	1998	1999	2000	2001
	(em milhões de US\$)				
Dados adicionais					
Quociente da receita em relação aos encargos fixos ⁽¹⁾	3.40x	4.28x	3.66x	3.43x	4.28x

(1) Para calcular o quociente da receita em relação aos encargos fixos, calculamos a receita pela adição ao resultado, antes do impostos, da equivalência patrimonial e participações minoritárias, encargos fixos, amortização de capitalização de juros e ganhos na equivalência de investimentos menos os juros capitalizados. Os encargos fixos representam o total de: juros capitalizados, despesas financeiras e dividendos garantidos de ações preferenciais.

3.A.3. Taxas de Câmbio

Há dois mercados de câmbio principais no Brasil:

- mercado de câmbio de taxa comercial, e
- mercado de câmbio de taxa flutuante.

A maioria das transações de câmbio comerciais e financeiras é realizada no mercado de câmbio de taxa comercial. Essas transações incluem a compra ou venda de ações ou o pagamento de dividendos ou juros no que diz respeito a ações. A moeda estrangeira só pode ser comprada por intermédio de um banco brasileiro autorizado para operar nesses mercados. Em ambos os mercados as taxas são livremente negociáveis, sendo, contudo, fortemente influenciadas pela intervenção do Banco Central. Em janeiro de 1999, o Banco Central brasileiro anunciou a unificação das posições cambiais dos bancos brasileiros no mercado de câmbio de taxa flutuante e no mercado de câmbio de taxa comercial, o que conduziu a uma convergência no que se refere ao cálculo de preços e liquidez de ambos os mercados. Desde 1º de fevereiro de 1999, a taxa de mercado flutuante tem se mantido igual a taxa do mercado comercial. Contudo, não há nenhuma garantia de que as taxas continuarão sendo as mesmas no futuro.

Desde o início de sua circulação em 1º de junho de 1994 até março de 1995, o real manteve-se valorizado frente ao dólar americano. Em 1995, o Banco Central anunciou que poderia intervir no mercado e comprar ou vender dólares americanos, estabelecendo uma banda definida dentro da qual a taxa de câmbio entre o real e o dólar pudesse flutuar. Esta política resultou na gradual desvalorização do real frente ao dólar americano. Em 13 de janeiro de 1999, a banda foi estabelecida entre R\$ 1,20 e R\$ 1,32 por US\$ 1,00. Dois dias depois, em 15 de janeiro de 1999, devido as pressões de mercado, o Banco Central aboliu o sistema de banda e permitiu que a taxa de câmbio entre o real e o dólar americano pudesse flutuar livremente. Como resultado, a taxa de câmbio caiu para R\$ 2,1647 para US\$ 1,00 em 3 de março de 1999. Desde então, a taxa de câmbio real/dólar tem sido estabelecida pelo mercado interbancário e tem flutuado consideravelmente. No passado, o Banco Central intervinha ocasionalmente para controlar as flutuações das taxas de câmbio estrangeiras. Não é possível prever se o Banco Central continuará a permitir que o Real flutue livremente ou se o real permanecerá no estágio atual. Desta forma, não será possível prever qual o impacto que política cambial do Governo Brasileiro terá sobre nós. O Governo Brasileiro poderá impor um sistema de bandas no futuro, ou o real poderá desvalorizar ou valorizar significativamente. Para maiores informações sobre estes riscos, vide *Item 3.D. Fatores de Risco* –

Riscos Relacionados ao Brasil.

A tabela abaixo define a taxa de câmbio do final do período, média, menor e maior, expressa em reais por dólar norte-americano (R\$/US\$) em relação aos períodos indicados.

<u>Período</u>	<u>Final</u>	<u>Média</u>	<u>Menor</u>	<u>Maior</u>
1996	1,039	1,008 ⁽¹⁾	0,973	1,041
1997	1,116	1,088 ⁽¹⁾	1,040	1,116
1998	1,209	1,168 ⁽¹⁾	1,117	1,209
1999	1,789	1,851 ⁽¹⁾	1,208	2,165
2000	1,955	1,835 ⁽¹⁾	1,723	1,985
2001	2,320	2,353 ⁽¹⁾	1,936	2,801
Agosto de 2000	2,522	2,502 ⁽²⁾	2,446	2,449
Setembro de 2001	2,671	2,678 ⁽²⁾	2,559	2,801
Outubro de 2001	2,700	2,735 ⁽²⁾	2,687	2,783
Novembro de 2001	2,529	2,571 ⁽²⁾	2,460	2,682
Dezembro de 2001	2,320	2,380 ⁽²⁾	2,293	2,467
Janeiro de 2002	2,418	2,366 ⁽²⁾	2,293	2,438
Fevereiro de 2002	2,348	2,408 ⁽²⁾	2,348	2,469
Março de 2002	2,324	2,345 ⁽²⁾	2,324	2,366
Abril de 2002	2,362	2,320 ⁽²⁾	2,271	2,369
Mai de 2002	2,522	2,453 ⁽²⁾	2,377	2,530
Junho de 2002	2,827	2,684 ⁽²⁾	2,541	2,827

(1) Média das taxas do último dia de cada mês no período.

(2) Média entre a maior e a menor taxa de câmbio em relação a cada mês.

Fonte: Banco Central.

Em 24 de junho de 2002, a taxa comercial para venda foi de R\$ 2,827 por US\$1,00.

3.B. Estrutura de Capital e Endividamento

A tabela abaixo expõe nosso passivo circulante e a estrutura de capital em 31 de dezembro de 2001.

	Em 31 de dezembro de 2001 (em milhões de US\$)
Passivo circulante	
Parcela circulante da dívida de longo prazo	\$ 296
Dívida de curto prazo	589
Outros.....	1.036
Total do passivo circulante	\$ 1.921
Exigível a longo prazo	
Dívida de longo prazo	
Garantida	\$ 633
Sem Garantias	1.537
Total da dívida de longo prazo	2.170
Empréstimos provenientes de partes relacionadas	21
Outros	765
Total do exigível a longo prazo	2.956
Participações minoritárias	5
Patrimônio líquido	
Ações preferenciais Classe A - 600.000.000 ações autorizadas e 138.575.913 emitidas...	820
Ações ordinárias - 300.000.000 ações autorizadas e 249.983.743 emitidas	1.479
Ações em tesouraria – 91 ações preferenciais e 4.715.170 ações ordinárias	(88)
Capital integralizado excedente ao valor nominal	498
Lucros acumulados	5.396
Outro resultado abrangente cumulativo.....	(3.465)
Total do patrimônio líquido	4.640
Total da estruturação do capital (Total do patrimônio líquido + dívida de longo prazo.....	\$ 6.810

Para financiar nossos projetos de larga escala, fizemos uso extensivo de *joint ventures* e companhias coligadas com sócios nacionais e estrangeiros. Nessas oportunidades entramos como garantidores para suportar a dívida destas *joint ventures* e empresas coligadas. Em 31 de dezembro de 2001, estendemos garantias de empréstimos obtidos por *joint ventures* e empresas coligadas no montante de US\$ 702 milhões, dos quais US\$ 492 milhões eram denominados dólares norte-americanos e os restantes, US\$ 210 milhões em reais. Essas garantias não aparecem no quadro acima.

Em 31 de dezembro de 2001, US\$ 458 milhões de nossa dívida total de longo prazo era garantida por entidades não pertencentes ao Grupo CVRD em conformidade com uma transação que tiveram sua origem a partir de nossa privatização.

Vale Overseas

A tabela abaixo demonstra a estrutura de capital da Vale Overseas em 31 de março de 2002.

	Em 31 de Dezembro de 2001 (Em milhares de US\$)
Dívida de longo prazo	300.000
Patrimônio líquido	1
Total	300.001

3.C. Razões para a Oferta e Utilização de Resultados.

Não aplicável.

3.D. Fatores de Risco

Riscos Relacionados ao Brasil

O Governo Brasileiro tem exercido, e continua a exercer, uma significativa influência sobre a economia brasileira. As condições econômicas e políticas brasileiras tem um impacto direto sobre nossos negócios e sobre os preços de mercado.

O Governo Brasileiro freqüentemente intervém na economia brasileira, e ocasionalmente faz mudanças drásticas na política. As medidas adotadas pelo Governo Brasileiro para controlar a inflação e levar a efeito outras políticas, freqüentemente envolvem o controle de salários e preços, desvalorizações da moeda, controles de capital e limites sobre as importações, entre outras coisas. Nosso negócio, condição financeira e resultado das operações podem ser afetados de maneira adversa pelas mudanças na política envolvendo tarifas, controles cambiais e outros assuntos, além de outros fatores fora do nosso controle tais como:

- Flutuações na moeda;
- Inflação;
- Política monetária e taxas de juros;
- Política fiscal;
- Interrupções de energia; e
- Outras políticas, desenvolvimentos sociais e econômicos afetando o Brasil.

A inflação e determinadas medidas governamentais para inibir a inflação poderão resultar em incertezas em relação aos mercados de títulos brasileiros e conseqüentemente afetar de modo adverso o valor de mercado de nossos títulos.

O Brasil experimentou taxas de inflação extremamente elevadas em um passado recente. Desde a implantação do Plano Real em julho de 1994, a taxa de inflação brasileira tem ficado substancialmente mais baixa. A inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), caiu em 1,8% em 1998, depois aumentou para 20,1% em 1999 como resultado da desvalorização do Real frente ao dólar em Janeiro de 1999, e decaiu novamente para 9,9% em 2000, 10,4% em 2001 e 1,1% nos primeiros quatro meses de 2002. No entanto, não podemos assegurar que esta tendência de queda permaneça. Futuras medidas governamentais, incluindo ações para ajustar o valor do Real, poderão ocasionar aumento na inflação. Se o Brasil experimentar taxas de inflação mais altas no futuro, nossas despesas operacionais e custos com empréstimos podem crescer, nossas margens operacionais e líquidas podem cair e se a confiança de nossos investidores diminuir, o preço de mercado de nossos títulos podem decair. Para maiores detalhes sobre este tópico, vide o *Item 5.A.2 - Inflação*.

A inflação e as medidas governamentais para o combate desta primeira têm resultado em efeitos negativos sobre a economia brasileira. Desde 1999, ações do governo para inibir a inflação tem incluído aumento das taxas de juros e intervenção no controle das taxas de câmbio através da venda de US dólares e títulos públicos atrelados ao dólar americano. Estas medidas podem produzir efeitos substancialmente desfavoráveis sobre a economia brasileira, sobre os mercados financeiros brasileiros e, portanto, sobre o preço pelo qual nossos títulos são comercializados.

A flutuação no valor do real em relação ao valor do dólar norte-americano pode resultar em incertezas na economia brasileira e no mercado de títulos brasileiros, oferecendo a possibilidade de baixar o valor de mercado de nossos títulos.

A moeda brasileira tem historicamente sofrido freqüentes desvalorização e depreciação, o Governo Brasileiro implantou vários planos econômicos e utilizou uma série de políticas de taxas de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas durante as quais a freqüência de ajustes variou de diária para mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxas de câmbio múltiplos. Ainda que durante longos períodos de tempo as depreciações da moeda brasileira estivessem, de modo geral, relacionadas com a taxa da inflação no Brasil, as depreciações durante períodos mais curtos resultaram em flutuações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar norte-americano e outras moedas.

Em 1999, o real depreciou 48% frente ao dólar americano e em 2000, desvalorizou 9%. Durante 2001 o real experimentou um período de significativa depreciação, parte em função das incertezas econômicas na Argentina, da recessão econômica mundial e da crise energética no Brasil. O real depreciou 18,7% frente ao dólar norte-americano durante 2001. Não existem garantias de que a taxa de câmbio entre o real e o dólar ficará estabilizado nos níveis atuais ou que o real se valorizará frente ao dólar americano.

A desvalorização do real em relação ao dólar americano poderá reduzir o valor em dólar americano das distribuições e dividendos sobre as ações de depósitos americanos (ADS) e também poderá reduzir o valor de mercado dos nossos títulos mobiliários. A depreciação também cria uma pressão adicional inflacionária no Brasil geralmente pelo aumento do preço dos produtos importados e exigência da política recessiva governamental para segurar a demanda agregada. Por outro lado, a valorização do real em relação ao dólar americano pode levar a uma deteriorização das contas atuais e da balança de pagamentos, além de frear o crescimento das exportações. Para uma discussão mais detalhada sobre a flutuação das taxas de câmbio e as medidas governamentais brasileiras objetivando a estabilização do real, vide *Item 3.A.3 Taxas de Câmbio*.

Desenvolvimento em outros países de mercado emergente poderão afetar os mercados de títulos brasileiros.

Investidores internacionais consideram o Brasil, de forma geral, como sendo um mercado emergente. Consequentemente, as condições econômicas e de mercado em outros países considerados como mercados emergentes, especialmente aqueles da América Latina, influenciam o mercado no que se refere a títulos mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Desde o quarto trimestre de 1997, o mercado financeiro internacional experimentou uma volatilidade significativa, e um amplo número de índices de mercado, incluindo aqueles no Brasil, teve um declínio acentuado. Por exemplo, os mercados financeiros brasileiros foram afetados, de maneira adversa, pela crise financeira asiática no final de 1997 e pela crise financeira russa em 1998. Em 2001, depois de longos períodos de recessão, seguido de instabilidade política, a Argentina anunciou que não poderá arcar com sua dívida interna pública. A fim de diminuir o agravamento da crise econômica e social, o Governo Argentino abandonou sua antiga política de indexação cambial do

dólar ao peso, permitindo a flutuação monetária. O peso argentino experimentou uma desvalorização de 260% em relação ao dólar americano de 1º de janeiro a 31 de maio de 2002.

A continuação da recessão argentina e a recente desvalorização do peso argentino frente ao dólar americano poderá afetar a economia brasileira, uma vez que a Argentina é um dos principais sócios comerciais brasileiros, respondendo por 8,6% das exportações brasileiras em 2001. A crise Argentina poderá afetar também a percepção do risco Brasil pelos investidores estrangeiros. Embora, a expectativa de que problemas semelhantes ocorressem no Brasil, não tenha se concretizado, a volatilidade dos preços no mercado de títulos mobiliários brasileiros aumentou no início de 2001. No entanto, se os fatos na Argentina continuam a piorar, eles poderão afetar nossa capacidade de captação de fundos numa taxa de juros aceitável para aumentar capital quando necessário ou para financiar aquisição de imobilizado. Aproximadamente 63.9% das nossas dívidas de longo prazo em 31 de dezembro de 2001 está com vencimentos programados para 2003 e 2004. Assim, acontecimentos adversos na Argentina ou em outro país de economia emergente podem prejudicar nossos resultados operacionais e levar a uma redução na demanda e no preço de mercado das nossas ADSs.

As medidas de racionamento de energia elétrica do Governo Brasileiro podem afetar-nos de maneira desfavorável.

Somos um consumidor significativo da energia elétrica brasileira produzida e fomos responsáveis por 4,5% do total consumido em 2001. O Brasil enfrentou um racionamento de energia elétrica durante a segunda metade do ano de 2001, como resultado do aumento da demanda em virtude do crescimento econômico, da expansão inadequada de geração elétrica nos últimos anos e das condições hidrológicas desfavoráveis. Devido a estes fatores, o Governo Brasileiro impôs um programa de racionamento de eletricidade, cujo o objetivo era reduzir o consumo desta em pelo menos 20%. Este programa teve um impacto negativo sobre a *performance* econômica do nosso país e também sobre as taxas de inflação. Como consequência, reduzimos temporariamente nossa produção de alumínio e ferro ligas. No final do ano de 2001, as condições climáticas melhoraram, reduzindo o risco imediato de escassez de energia elétrica. Então, o Governo brasileiro acabou com as restrições ao uso da energia em 31 de dezembro de 2001 para a região norte do Brasil e em 28 de fevereiro de 2002 para o resto do Brasil. Contudo, ainda existem previsões de diminuição da capacidade de geração de energia elétrica. Desta forma, não temos como avaliar o impacto que a proposta governamental em relação as interrupções de energia no futuro produzirá sobre nossas operações.

Nosso Negócio poderá ser afetado pela Instabilidade Política no Brasil.

A próxima eleição presidencial no Brasil ocorrerá em Outubro de 2002 e a legislação brasileira não permite que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo mandato, tente um terceiro mandato. Mudanças na composição da coalização governista, na identificação dos partidos favoráveis ao governo na formação do gabinete ou da presidência pode potencialmente minar a confiança do investidor ou produzir mudanças políticas que possam afetar de maneira adversa nossas operações e/ou o preço de nossas ADSs.

Fatores Relacionados aos Nossos Negócios

Devido à nossa dependência da indústria global de aço, quaisquer flutuações na demanda de aço poderão afetar, de maneira desfavorável, a nossa atividade comercial.

Os preços e volumes de vendas na indústria mundial de extração de minério de ferro dependem do nível de demanda vigente e esperado por minério de ferro na indústria de aço mundial. A indústria de aço mundial é cíclica. Uma série de fatores, sendo que os mais significativos são o nível de demanda mundial vigente por produtos de aço, influencia a indústria de aço mundial. Durante períodos de crescimento econômico regional ou mundial moroso ou declinante, a demanda por produtos de aço, de modo geral, diminui, levando a correspondentes reduções na demanda por minério de ferro. A produção mundial de aço em 2001 diminuiu em 0,08%, de 847.600 toneladas produzidas em 2000 para 846.900. Isto poderá levar a quedas na demanda por minério de ferro e ter um efeito desfavorável nos preços e volumes de vendas contratados mundialmente para o mercado de minério de ferro. Prolongadas reduções ou declínios nos preços ou volumes contratados para o minério de ferro poderão ter um efeito adverso sobre nossas receitas. Além disso, precárias condições no mercado mundial de aço podem resultar na falência de alguns dos nossos clientes gerando por conseguinte, aumento das nossas despesas com clientes insolventes.

A indústria mineradora é intensamente competitiva e não podemos garantir a nossa capacidade de continuar competindo de maneira eficaz com outras companhias de mineração no futuro.

A intensa concorrência caracteriza a indústria de minério de ferro em todo o mundo. Competimos com uma série de grandes empresas de mineração, incluindo empresas internacionais de mineração. Parte destas concorrentes possuem substanciais jazidas minerais de minério de ferro em locais mais próximos de nossos principais clientes asiáticos e europeus. Desta forma, é possível que a concorrência de produtores brasileiros de minério de ferro ou estrangeiros, no futuro, possa reduzir nossa participação de mercado e receitas. Nossas atividades relacionadas a produção de ouro, alumínio, manganês e outras também estão sujeitas a esta concorrência.

A competição no setor de geração de energia elétrica tende a intensificar-se.

Como resultado da privatização e reestruturação do setor de energia nacional, regulamentada pelo Governo brasileiro, esperamos um aumento na concorrência de geração de eletricidade, que poderão ocasionar queda nos preços da energia. A partir de 1º de janeiro de 2003, a provisão para serviços de eletricidade estarão sujeitas a desregulamentação do setor e a concorrência poderá aumentar ainda mais em função da entrada de novos competidores. A manutenção de queda nos preços de energia poderão reduzir o nosso retorno esperado para o capital investido nesta área de negócio.

Estamos sujeitos à periodicidade e volatilidade de preços no que se refere ao minério de ferro, o alumínio e outros minerais.

Nossas atividades de produção de minério de ferro, alumínio, ouro e outras atividades de mineração são afetadas por mudanças cíclicas e por outras mudanças incontroláveis nos preços de mercado mundial desses produtos. Em particular, o alumínio e o ouro são vendidos num mercado ativo e negociados em bolsa de valores, tais como a *London Metals Exchange* e a *Commodity Exchange, Inc.* Além disso, os preços destes metais são mais voláteis do que os de minério de ferro e pelotas, uma vez que respondem as mudanças diárias de demandas e ofertas do mercado.

Declínios prolongados nos preços de mercado mundiais em relação aos nossos produtos poderão ter um efeito substancialmente desfavorável sobre nossas receitas.

Nossas atividades de exploração dependem de autorizações de agências reguladoras. Mudanças nessas regulamentações poderão produzir um efeito desfavorável sobre nossa atividade comercial.

Nossas atividades de mineração no Brasil dependem de autorizações e concessões por parte de agências reguladoras do Governo Brasileiro. Nossas atividades de exploração, mineração e de processamento mineral também estão sujeitas às leis e regulamentações brasileiras, que sofrem mudanças periodicamente. No futuro, caso venham a ocorrer alterações nessas leis e regulamentações, poderemos ser requisitados a modificar nossas tecnologias e operações, gerando por conseguinte, um dispêndio não orçado para aquisição de imobilizado, podendo levar a um aumento dos nossos custos com endividamento. Para maiores detalhes a respeito de autorizações e concessões por agências reguladoras do Governo brasileiro as quais nossas atividades de mineração estão relacionadas, vide *Item 4.B, 4.C e 4.D - Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado – Áreas de Negócios – Não-Ferrosos – Questões regulamentares.*

Nosso negócio de energia elétrica está sujeito a uma intensa regulamentação governamental.

O negócio de geração de energia elétrica brasileira depende de concessões dadas pelo Governo e é regulada e supervisionada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Dado que o Brasil enfrenta possibilidade de futura escassez de energia como a experimentada na segunda metade do ano de 2001, o Governo brasileiro tem anunciado sua intenção de baixar futuras instruções aplicáveis ao sistema de energia. Mudanças na legislação, regulamentações ou políticas governamentais relacionadas a indústria de geração de energia elétrica, o *Marketing* da energia no mercado distribuidor ou pré-requisitos para concessões poderão diminuir o nosso retorno esperado para o investimento feito nesta área de negócio. Para maiores detalhes a respeito de regulamentações governamentais sobre o nosso negócio de energia, vide *Item 4.B, 4.C e 4.D - Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado – Áreas de Negócios – Não-Ferrosos – Questões regulamentares.*

Nossas operações também são regidas por leis ambientais brasileiras. Mudanças futuras nestas leis podem afetar, de maneira desfavorável, nossos negócios de mineração e energia.

Nossas operações freqüentemente envolvem o uso, manipulação, desinvestimento e descarte de materiais perigosos no meio ambiente, estando, por essa razão, sujeitas às leis e regulamentações ambientais do Brasil. A regulamentação ambiental brasileira tem se tornado mais severa nos últimos anos, havendo a possibilidade de mais regulamentações ou de exigências mais agressivas quanto ao cumprimento de regulamentações existentes virem a afetar-nos de forma desfavorável por intermédio da imposição de restrições a nossas atividades, criando novos requerimentos para a emissão ou renovação das licenças ambientais, elevando nossos custos, ou exigindo que nos envolvamos em onerosos processos de reclamações. Estamos sendo atualmente processados pelo município de Itabira, situado no Estado de Minas Gerais, no que se refere à legislação ambiental. Embora creiamos que o processo não possua méritos, caso não sejamos vencedores viremos a contrair despesa significativa. Para maiores detalhes sobre legislação ambiental e mudanças legais que poderemos enfrentar, vide *Item 4.B, 4.C e 4.D - Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado – Áreas de Negócios – Questões Ambientais e Item 8.A.7 – Processos Judiciais.*

Nossas estimativas de reserva podem ser significativamente diferentes das quantidades de minerais realmente recuperáveis, e as flutuações no preço de mercado e mudanças nos custos operacionais e de capital podem fazer com que certas reservas de minério e depósitos minerais sejam anti-econômicos para explorar.

Nossas reservas de minério e jazidas minerais relatadas constituem quantidades estimadas de minério e minerais que, sob condições atuais e previstas, apresentam potencial para serem economicamente exploradas e processadas pela extração de seu teor mineral. Existem diversas incertezas inerentes a estimativa de quantidades de reservas e na projeção de potenciais taxas futuras de produção mineral incluindo muitos fatores fora do nosso controle. Adicionalmente, a engenharia de reserva constitui um processo subjetivo de estimativa de jazidas minerais subterrâneas que não pode ser avaliado de forma exata. A precisão de qualquer estimativa de reserva existe em função da qualidade de dados disponíveis, e da interpretação e julgamento geológicos e de engenharia. Estimativas de diferentes engenheiros podem variar e os resultados de nossa extração e produção subsequentemente a data de uma estimativa podem justificar a revisão de estimativas. Estimativas de reserva podem requerer revisões baseadas na experiência atual da produção e outros fatores. Por exemplo, flutuações no preço de mercado dos metais, reduzem as taxas de recuperação ou aumentam os custos de produção devido a inflação ou outros fatores podendo gerar reservas provadas e prováveis contendo baixos teores de minerais que acabem por inviabilizar a exploração econômica e resultar numa reavaliação da estimativa das reservas.

Enfrentamos uma série de riscos que poderiam levar a acidentes graves e conseqüências que nos fossem prejudiciais do ponto de vista econômico.

Nossas atividades comerciais, de modo geral, estão sujeitas a uma série de riscos e perigos, incluindo:

- acidentes industriais,
- disputas trabalhistas,
- condições geológicas inesperadas,
- desabamentos,
- perigos ambientais,
- interrupções no fornecimento de eletricidade,
- falhas de equipamentos ou em embarcações, e
- condições climáticas e outros fenômenos naturais.

Tais ocorrências poderiam resultar em danos ou destruição de propriedades minerais, instalações de produção, recursos de transporte, equipamentos ou embarcações. Poderiam ainda resultar em lesões corporais ou morte, danos ao meio ambiente, perda de recursos ou de produtos intermediários, atrasos ou interrupção nas atividades de extração, produção ou transporte, prejuízos monetários e possível responsabilidade jurídica. O seguro que mantemos contra riscos são os típicos de nossa área de negócio, que podem não oferecer uma cobertura adequada. O seguro contra determinados riscos (incluindo responsabilidades relativas à poluição do meio ambiente ou a

determinados perigos ou contra a interrupção de determinadas atividades comerciais) pode não ser disponibilizado a um custo razoável ou em sua real extensão. Portanto, acidentes ou evoluções desfavoráveis que envolvam nossas instalações de extração, produção ou recursos de transporte poderiam produzir um efeito substancialmente desfavorável para nós.

Nossos esforços de exploração poderão não conduzir a um reabastecimento de nossas reservas, o que poderia afetar de forma desfavorável nossas futuras perspectivas de exploração.

Dedicamo-nos à exploração mineral principalmente relacionada ao cobre e ouro. A exploração mineral é altamente especulativa por natureza, envolvendo muitos riscos e frequentemente não produtiva. No que diz respeito às nossas operações de exploração de ouro, é possível que os nossos programas de exploração não resultem na expansão ou na reposição de reservas existentes que a produção atual esgotou. Se não desenvolvermos novas reservas, poderemos não ser capazes de sustentar nosso atual nível de produção além do período de vida remanescente das minas existentes.

Mesmo que minerais sejam descobertos, ainda estamos sujeitos há riscos de perfuração e produção, que poderiam afetar desfavoravelmente o nosso processo de exploração.

Uma vez descoberta a mineralização, é possível que levemos vários anos desde as fases iniciais de perfuração até a produção, período no qual a viabilidade econômica de produção poderá sofrer alterações. Levará tempo e capital para:

- estabelecer reservas de minério por meio de perfuração,
- determinar os processos metalúrgicos a fim de otimizar a recuperação de metais contidos no minério,
- obter o minério ou extrair os metais a partir do mesmo, e
- construir instalações de mineração e de processamento no caso de novas propriedades.

É possível que um projeto venha a se comprovar como sendo inviável na época em que estejamos aptos a explorá-lo, neste caso poderíamos incorrer em baixas substanciais.

Enfrentamos custos crescentes de extração na proporção que nossas jazidas diminuem.

Reservas minerais sofrem redução gradual no curso normal de suas operações de mineração. À medida que as reservas sofrem redução torna-se necessária às empresas de mineração a utilização de processos mais onerosos para a extração do minério remanescente. Consequentemente, empresas de mineração, com o passar do tempo, experimentam, de modo geral, custos de extração unitários crescentes no que diz respeito a uma mina específica. Várias de nossas minas estiveram em operação durante longos períodos, e provavelmente experimentaremos custos de extração crescentes por unidade no futuro.

Fatores Relacionados ao Grupo CVRD.

Parte de nossas operações depende de joint ventures e poderia ser afetada de forma desfavorável se nossos parceiros em joint ventures não cumprirem com seus compromissos.

Operamos, no momento, parte importante de nossas atividades comerciais de produção de alumínio, pelletização, exploração de cobre, logística e energia por intermédio de *joint ventures* com outras empresas. Nossos planos e previsões em relação a essas *joint ventures* pressupõem que nossos parceiros nas *joint ventures* cumpram com suas obrigações relativas a aporte de capital, compra de produtos e, em alguns casos, disponibilizem talentos gerenciais. Se qualquer de nossos parceiros em *joint ventures* não cumprirem com seus compromissos, é possível que a *joint venture* afetada não seja capaz de operar de acordo com os seus planos comerciais, ou que tenhamos de aumentar o nível de investimentos para que tais planos sejam levados a efeito. Para maiores detalhes sobre *joint ventures*, vide *Item 4.B, 4.C e 4.D - Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado – Áreas de Negócios – Ferrosos – Pelotas, – Áreas de Negócios – Não-Ferrosos – Projetos de Cobre, - Áreas de Negócio – Logística, - Áreas de Negócios – Energia e – Áreas de Negócios – Participações – Negócio de Alumínio – Bauxita, - Alumina e – Alumínio.*

Nossa joint venture Albras está sujeita a aumentos de custos substanciais com eletricidade.

A eletricidade constitui um componente significativo do custo de produção do alumínio. Nossa fábrica de alumínio, a ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A., obtém energia elétrica com taxas reduzidas a partir da Eletronorte, empresa estatal fornecedora de energia elétrica. O contrato por meio do qual a Albras compra eletricidade desta empresa vence em 2004. Não é provável que esta continue a se beneficiar de custos de eletricidade abaixo dos custos de mercado após o encerramento do contrato. Entretanto, a Albras está atualmente tentando negociar um novo contrato e examinando outras alternativas. Não podemos prever o impacto que o mesmo produzirá sobre a estrutura de custos da Albras.

Uma interrupção no fornecimento de eletricidade que afete nossas operações de alumínio poderia ocasionar danos substanciais.

Uma única linha de energia elétrica de 300 quilômetros fornece eletricidade à Albras. Qualquer interrupção no fornecimento de energia elétrica à Albras que tenha duração superior a seis horas poderá ocasionar danos substanciais nas cubas instaladas na Albras. Cubas são equipamentos usados no processo de transformação de alumina em alumínio. Cubas irão parar se privadas de energia por seis horas consecutivas, e podem ser danificadas seriamente como resultado desse processo. A Albras experimentou uma interrupção de quatro horas no fornecimento de energia elétrica, e diversas outras interrupções com duração inferior a uma hora em 1996 em virtude de uma falha na subestação geradora de Tucuruí, que já foi reparada. Entretanto, é difícil garantir que futuras interrupções de mais de seis horas não ocorrerão.

Estamos vulneráveis a evoluções desfavoráveis que afetem outras economias.

Em 2001, 7,3% de nossas receitas operacionais brutas consolidadas foram atribuíveis a vendas a clientes japoneses, 12,3% foram atribuíveis a vendas a outros clientes asiáticos e 29,7% foram atribuíveis a vendas a clientes europeus. Em 2001, 1,7% de nossas vendas foram feitas para clientes argentinos. Como citado anteriormente, a Argentina continua passando por severas dificuldades econômicas.

Um número importante de economias asiáticas, incluindo o Japão e a Coréia do Sul, experimentaram dificuldades em períodos recentes. Dificuldades econômicas prolongadas no mercado asiático poderiam reduzir a demanda local por minério de ferro e pelotas, o que, por sua vez, poderia produzir um efeito substancialmente desfavorável para nós. Economias asiáticas poderiam ser prejudicadas por uma economia recessiva nos Estados Unidos e um enfraquecimento desta economia poderia produzir um efeito desfavorável sobre a economia européia. Um enfraquecimento da economia Asiática ou Européia poderia reduzir a demanda em relação a nossos produtos em nossos primários mercados.

Nosso principal acionista e o Governo Brasileiro poderiam ter uma grande influência sobre a nossa empresa.

A VALEPAR, nosso principal acionista, detém atualmente 42% de nosso capital em ações ordinárias e 27% do nosso capital total. Litel Participações S.A. detém 42% das ações da VALEPAR e detém diretamente 10% das nossas ações ordinárias. Para uma descrição mais detalhada de nossa participação acionária, vide *Item 7.A. - Principais Acionistas – Principal Acionista*. Em consequência de suas detenções acionárias, a VALEPAR e a Litel têm significativa influência na determinação do resultado de qualquer ato que exija a aprovação dos acionistas, tal como a eleição de nossos diretores e conselheiros. BNDESPAR, uma subsidiária integral do BNDES, um banco brasileiro de investimento, detém uma *golden share*, na VALEPAR, dando ao Governo brasileiro um poder de voto especial sobre alguma decisão desta holding. Além disso, o Governo brasileiro, adicionalmente detém uma participação direta no nosso conselho, uma *golden share*, que proporciona o direito de veto sobre alguma ação proposta pela Companhia. Para maiores detalhes a respeito da descrição do poder de veto garantida ao Governo brasileiro em virtude de sua *golden share*, vide *Item 10.B. - Memorando de Constituição e Contrato Social – Ações Ordinárias e Preferenciais – Geral*.

Estamos Sujeitos a Investigações “Antitrust”.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ou CADE, o órgão brasileiro regulador *antitrust*, iniciou investigações em nossas principais áreas de negócios a fim de determinar se existe alguma concentração de poder nestes segmentos. Não podemos prever o resultado destas investigações.

Se o CADE concluir que existe concentração de poder em uma ou mais áreas de nossos negócios, o CADE poderá impor medidas de salvaguarda da competição na específica área. Estas medidas poderão incluir o desinvestimento de algum negócio ou imposição de restrição de preços.

Nossa estratégia de administração de risco pode não ser eficaz.

Estamos expostos a flutuações nas taxas de juros, na variação das taxas de câmbio e preços de *commodities* relacionadas a nossa produção de minério de ferro, alumínio e ouro. A fim de nos proteger ou minimizar nosso risco de negócio contra uma volatilidade inesperada do mercado, periodicamente entramos em operações de *hedge*. Não assumimos *hedge* contra risco na flutuação de preços do minério de ferro. Vide *Item 11. – Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre o Risco de Mercado*. Contudo, nossa estratégia de *hedge* poderá não ser eficaz em minimizar nossa exposição aos riscos mencionados. Além disso, na extensão da exposição ao risco que assumimos o *hedge*, renunciamos aos benefícios que poderíamos ter se ao contrário experimentássemos um aumento dos *preços das commodities*.

Riscos Relacionados às ADSs

Restrições sobre a movimentação de capital para fora do Brasil poderão ocasionar obstáculos à sua capacidade de receber dividendos e distribuições sobre ADSs e sobre os resultados provenientes de qualquer venda de ADS.

De tempos em tempos, o Governo Brasileiro pode impor restrições à saída de capital que viriam a criar obstáculos ou impedir, o custodiante que atuasse em nome do depositário de ADSs, de converter os resultados de ações subjacentes às ADSs em dólares norte-americanos, e de remeter esses resultados para o exterior. A lei brasileira permite que o Governo imponha tais restrições sempre que houver um sério desequilíbrio na balança comercial do Brasil ou por motivos que possam prever um sério desequilíbrio.

O Governo Brasileiro impôs restrições de remessas por aproximadamente seis meses em 1989 e no início de 1990. Se promulgadas, restrições similares poderiam impedir ou evitar a conversão de dividendos, distribuições ou outros procedimentos de qualquer venda de ações de reais para dólares norte-americanos e a remessa destes dólares para o exterior. Neste caso, o custodiante atuando em nome do depositário de ADSs, ficará com os reais que não poderão ser convertidos para a conta dos detentores de ADSs que não terão sido pagos. O depositário não investirá os reais e não será responsável pelos juros destes valores, uma vez que qualquer tais reais retidos ficarão sujeitos ao risco de desvalorização.

Se você trocar ADS pelas ações subjacentes, você corre o risco de perder o direito de remeter moeda estrangeira para o exterior e certas vantagens tributárias brasileiras

O custodiante brasileiro de ações subjacentes aos nossos ADSs, irá obter junto ao Banco Central do Brasil, um certificado de registro que permitirá a remessa de dólares ao exterior para pagamento de dividendos e outras distribuições relacionadas as ações subjacentes aos ADSs ou sobre direitos dessas ações. Se você decidir trocar seus ADSs pelas subjacentes ações, você poderá continuar se baseando no certificado de registro de capital do Depositário durante apenas cinco dias úteis após tal permuta. Consequentemente, você pode não ser capaz de obter e remeter dólares para o exterior, apesar da disponibilidade ou de distribuição relacionadas às subjacentes ações, a menos que você obtenha o seu próprio registro de investimento das mesmas, de acordo com as regras baseadas na Lei nº 4.131 ou Resolução nº 2.689 do Conselho Monetário Nacional, que permite investidores estrangeiros comprar e vender ações na Bolsa de Valores de São Paulo. Para maiores informações sobre controle cambial, vide *Item 10.D. Controles de Câmbio e Outras Restrições que Afetam os Detentores de Títulos Mobiliários*. Se você tentar obter seu próprio certificado de registro, você poderá incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo que podem atrasar o seu recebimento de dividendos ou distribuição relativas às subjacentes ações ou a recuperação do seu capital em tempo hábil. Nós não podemos garantir que o custodiante do certificado de registro ou qualquer certificado de registro de capital estrangeiro obtido por você não será afetado por modificações futuras na legislação ou que restrições aplicáveis a você, com relação a disponibilidade de ações subjacentes ou o repatriamento de capital na venda não serão impostas no futuro.

Tendo em vista que não somos obrigados a arquivar o relatório de registro referente aos direitos relativos a nossas ações, há a possibilidade de não se conseguir exercer estes direitos.

Detentores de ADR residentes nos E.U.A. podem não ser capazes a exercer direitos de preferência ou outros tipos com relação as subjacentes ações. A habilidade de exercer os direitos de preferência não é assegurada sem que um relatório de registro seja efetivo com respeito àqueles

direitos ou que uma dispensa dos requisitos de registro do Ato de Garantias esteja disponível. Não somos obrigados a arquivar o relatório de registro relativo aos direitos referentes às ações e não podemos assegurar que iremos arquivar algum relatório de registro. Caso algum relatório não seja arquivado e não exista uma dispensa do registro, JP Morgan Chase Bank, como depositário, tentará vender os direitos, e vocês serão designados para o recebimento dos resultados da venda. Entretanto, os direitos irão expirar se o depositário não puder vendê-lo. Para uma descrição mais completa dos direitos de preferência relativos às ações, vide *Item 10.A. Capital Social – Direitos de Preferências*.

Detentores de nossas ADR podem encontrar dificuldades em exercer direito de voto.

Detentores das nossas ações ordinárias são autorizados a votar sobre assuntos relacionados aos acionistas enquanto detentores de ações preferenciais não são autorizados a votar, exceto em situações excepcionais. Poderá ser encontrada alguma dificuldade para o exercício de certos direitos de acionista se detentor de nossas ADSs ou suas subjacentes ações. Por exemplo, sob algumas circunstâncias, tais como nossa falha em fornecer ao depositário materiais com instrução de voto em tempo hábil, poderá não ser capaz de votar através de instruções aos depositários de como votar para você. Para uma descrição mais detalhada dos seus direitos como detentor de ADR, vide *Item 10.A. Capital Social – Direitos de Preferências*.

Item 4. Informações sobre a Empresa

4.A.1-3. Constituição da Sociedade

Nossa denominação jurídica e comercial é Companhia Vale do Rio Doce. Somos uma sociedade anônima devidamente constituída em 11 de janeiro de 1943, e existente em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil. O prazo de constituição de nossa sociedade é indeterminado. Nossa sede social fica na Avenida Graça Aranha, nº 26, CEP 20005-900 Rio de Janeiro, RJ, Brasil e nosso telefone é (011) 55-21-3814-4540.

Vale Overseas é uma subsidiária integral da Companhia Vale do Rio Doce. Foi registrada e constituída nas Ilhas Cayman como uma Companhia de responsabilidade limitada com benefícios fiscais no dia 3 de abril de 2001, sob o número de registro 113637. Foi constituída para funcionamento por um período indefinido de tempo. Seu escritório registrado fica na Walker House, P.O. Box 908 GT, Mary Street, Georgetown, Grand Cayman, Cayman Islands.

4.A.4 Desenvolvimento da Empresa

A seguir descrevemos alguns dos recentes desenvolvimentos importantes em nossos negócios.

Mineração

Em 31 de dezembro de 2001, operações com subsidiárias e controladas obtivemos 4,0 bilhões de toneladas de reservas de minério de ferro provadas e prováveis e, aproximadamente, 130 milhões de toneladas por ano da capacidade de produção de minério de ferro. Em 2001, adquirimos um adicional de 15 milhões de toneladas de capacidade de produção e 263 milhões de toneladas de reservas minerais. Descrevemos as aquisições de mineração significativas a seguir.

Samitri. Em maio de 2000, adquirimos o controle acionário na S.A. Mineração da Trindade, conhecida como Samitri. Em setembro de 2000, por meio de uma concorrência pública, adquirimos

ações adicionais que aumentaram nossa participação a 99,3% do capital votante e a 99,2% do capital total da Samitri. Em fevereiro de 2001 aumentamos nossa participação na Samitri para 100% por meio da permuta de 140.023 de nossas ações preferenciais Classe A pelas ações na Samitri que ainda não detínhamos. Em outubro de 2001, incorporamos a Samitri na CVRD. O custo total da aquisição da Samitri foi de US\$ 710,5 milhões, que financiamos com o fluxo de caixa operacional. A Samitri opera os complexos de exploração de minério de ferro de Alegria, Morro Agudo e Córrego do Meio, no Estado de Minas Gerais, e é uma das maiores produtoras de minério de ferro do Brasil. Sua capacidade de produção é de 17,5 milhões de toneladas por ano e a mesma possui reservas minerais provadas e prováveis de 691 milhões de toneladas de hematita de alto teor, assim como outros depósitos minerais de 11,6 bilhões de toneladas de itabirito. A aquisição da Samitri permitiu que adquiríssemos uma participação de 50% nas operações de pelotização da Samarco Mineração S.A., descrita posteriormente.

Ferteco. Em abril de 2001, adquirimos 100% da Ferteco Mineração S.A. da Thyssen Krupp Stahl AG por aproximadamente US\$ 523 milhões. A Ferteco é uma das maiores produtoras de minério de ferro no Brasil, com uma capacidade de produção de 15 milhões de toneladas por ano. Possui um total de reservas estimadas correspondente a 263 milhões de toneladas de minérios de hematita e de itabirito, com qualidade similar às nossas reservas do Sistema Sul. Opera duas minas de minério de ferro a céu aberto, Fábrica e Feijão, e uma usina de pelotas na região do quadrilátero ferrífero no Estado de Minas Gerais que possui capacidade de produção de 4 milhões de toneladas por ano. A Ferteco foi responsável por 2% da produção mundial de minério de ferro em 2001.

Adicionalmente, a Ferteco é detentora de 9,8% do capital total da MRS Logística S.A., uma companhia ferroviária brasileira. A MRS tem 1.612 quilômetros de estradas de ferro que ligam os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, com capacidade de transporte de 80 milhões de toneladas por ano. A Ferteco também opera um terminal marítimo por intermédio de sua subsidiária integral, a Companhia Portuária Baía de Sepetiba S.A., no Porto de Sepetiba, Rio de Janeiro.

Baovale. Em agosto de 2001, firmamos um acordo estratégico com a Baosteel, uma siderúrgica localizada na República Popular da China, para o fornecimento de aproximadamente 6 milhões de toneladas de minério de ferro pelo prazo de 20 anos. Além disso, nós e a Baosteel concordamos em formar a *joint venture* Baovale Mineração S.A. Em outubro de 2001, cedemos nossos direitos minerários relativos ao Complexo Água Limpa, localizado no Sistema Sul, para a Baovale, que resultou num decréscimo de 68,8 milhões de toneladas em nossas reservas provadas e prováveis. Em contrapartida, a Baosteel nos pagou US\$18,9 milhões por sua participação de 50% na Baovale. Em troca de uma quantia mensal, a Baovale nos arrenda os direitos sobre a jazida, a qual continuamos a operar. Esperamos que este negócio aumente nossa presença no mercado asiático.

Belém. Em setembro de 2001 adquirimos uma participação de 99,99% na Belém Administrações e Participações Ltda. (“Belém”), da Bethlehem Steel Corporation e da Bethlehem Steel International Corporation, por aproximadamente US\$25 milhões. A Belém é uma empresa não-operacional que possui participação de 9,9% no capital social da Empreendimentos Brasileiros de Mineração, uma companhia fechada controlada pela Caemi Mineração e Metalurgia S.A., uma produtora brasileira de minério de ferro e pelotas, bem como de caulim e bauxita refratária.

Sossego. Em outubro de 2001, adquirimos todas as ações da Phelps Dodge Exploration Corporation na Mineração Serra do Sossego S.A., por US\$42,5 milhões. Como resultado desta transação, detemos agora 100% da Sossego. Sossego é um projeto de cobre na região de Carajás, no estado do Pará, com uma reserva estimada de minério de cobre de 313 milhões de toneladas.

Codelco. Em novembro de 2001, nós acordamos formar uma *joint venture* 50/50 para explorar novas oportunidades de produção e processamento de cobre com a Corporación Nacional del Cobre de Chile (“Codelco”), a maior produtora mundial de cobre.

Caemi. Em dezembro de 2001, adquirimos 50% das ações com direito a voto da Caemi por US\$ 278,7 milhões. Concluímos a operação depois da efetiva aprovação concedida pela Comissão Européia, que para autorizar esta transação requisitou que a Caemi vendesse seus 50% de participação na Quebec Cartier Mining Company, conhecida como QCM, uma produtora Canadense de minério de ferro e pelotas. A Caemi vem cumprindo todos os requerimentos interpostos pela Comissão Européia e está em processo de venda de suas ações na QCM mas ainda não concluiu esta negociação oficialmente. Atualmente, detemos 50% do capital votante e 17% do capital total da Caemi. A Mitsui & Co. Ltd., detém ainda os 50% restantes de capital com direito a voto. A Caemi foi responsável por 3% da produção mundial de minério de ferro em 2000. Somos obrigados a indenizar o vendedor de quem compramos nossa participação na Caemi contra determinados passivos relacionadas a transação. Em uma causa em julgamento, outros ex-acionistas da Caemi que também venderam suas participações, alegaram que o vendedor deveria ter fechado o negócio antes, e que determinadas ações do vendedor acarretaram um menor preço de venda de suas ações. Este processo está em seu estágio inicial e não é possível prever a probabilidade de êxito, embora não exista a expectativa de que qualquer valor de indenização venha a ser relevante.

Nucor. Em Abril de 2002, assinamos um memorando de cooperação para identificar potenciais oportunidades de negócios em minério e aço para desenvolvimento conjunto com a Nucor Corporation, uma siderúrgica da América do Norte. Estamos avaliando oportunidades com a Nucor, incluindo projetos que ofereçam posição estratégica na América do Norte e do Sul e oportunidades mutualmente vantajosas que podem surgir como resultado de reestruturações da indústria siderúrgica norte-americana.

Salobo. Em junho de 2002, adquirimos 50% da participação da Anglo American Plc na Salobo Metais S.A, através da nossa coligada Caulim do Brasil S.A., da por US\$ 50,9 milhões. Salobo é o maior dos cinco projetos de cobre que atualmente estamos desenvolvendo, com capacidade estimada de reservas minerais de 784 milhões de toneladas. Agora, detemos, direta e indiretamente, 100% do capital total da Salobo.

Antofogasta. Em junho de 2002, assinamos um memorando de intenções com a Antofogasta PLC, uma das maiores produtoras de cobre do Chile, para desenvolver uma *joint venture* 50/50 de pesquisa e exploração mineral próxima a Cuzco, no sul do Peru. Temos a intenção de investir US\$ 6,7 milhões pelos próximos três anos nesta *joint venture*.

Pelotas

Em 2001, adquirimos uma capacidade anual adicional de produção de pelotas, da ordem de 4 milhões de toneladas, através da aquisição da Ferteco. Nossas *joint ventures* de pelotização têm uma capacidade anual de produção combinada de 35,8 milhões de toneladas. Desse total, 17,9 milhões de toneladas correspondiam à nossa participação acionária nas *joint ventures* de pelotização em 31 de dezembro de 2001, representando assim nossa parcela atribuível. Além disso, em 31 de dezembro de 2001, nossas operações de pelotização de detenção integral tinham uma capacidade de produção anual combinada de 9,2 milhões de toneladas.

Samarco. A Samarco é uma das maiores exportadoras de pelotas do mundo. Adquirimos o controle acionário da Samarco por meio de nossa aquisição da Samitri descrita anteriormente.

Quando adquirimos a Samitri, esta detinha 51% da Samarco, e os 49% remanescentes da Samarco eram detidos pela Broken Hill Proprietary Company Limited, ou BHP, um empreendimento de mineração australiano. A Samitri subsequentemente vendeu 1% da participação na Samarco para a BHP por US\$ 8 milhões, a fim de igualar as participações acionárias das partes.

São Luís. Em março de 2002, concluímos a construção de nossa nova unidade de pelletização em São Luís. Esperamos produzir 2 milhões de toneladas de pelotas em 2002, e até 2003, alcançar uma capacidade anual nominal de 6 milhões de toneladas. Este investimento agregará a nossa capacidade consolidada de produção de pelotas, 33,1 milhões de toneladas ao ano. Nossa investimento total em ativo imobilizado para a fábrica foi de US\$ 188 milhões.

Energia.

Em 2001 e em 2000, consumimos 12,5 TWh e 13,8 TWh de eletricidade, respectivamente. O gerenciamento e o fornecimento de energia tornou-se uma prioridade para nós, devido tanto ao programa de racionamento de energia do Governo Brasileiro, quanto ao risco de aumento dos preços e racionamento de eletricidade em função das interrupções de energia, tais como as experimentadas na segunda metade do ano de 2001. Estamos percebendo oportunidades favoráveis de investimento no setor elétrico brasileiro e estamos aproveitando para investir em projetos de geração de energia hidroelétrica. Atualmente detemos participação em nove projetos de usinas hidroelétricas (Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga, Aimorés, Capim Branco I, Capim Branco II, Foz do Chapecó e Santa Isabel), as quais têm uma capacidade total projetada de 3.364MW. As usinas de Igarapava e de Porto Estrela iniciaram sua operação em janeiro de 1999 e de setembro de 2001, respectivamente. Nossos demais projetos de geração de energia estão programados para iniciar suas operações nos próximos seis anos. Estes projetos poderão vender sua produção para terceiros no mercado atacadista, e como resultado nosso departamento de energia estará completamente envolvido nas atividades de comercialização. Nosso negócio de energia compreende a venda mas não a distribuição da eletricidade. Poderemos usar alguma energia gerada por estes projetos para nossas necessidades internas. Como somos um grande consumidor de eletricidade, esperamos que o investimento feito no negócio de energia ajudará a nos proteger da volatilidade de preços da eletricidade.

Desinvestimentos

Em linha com a nossa estratégia de concentração das nossas principais atividades na exploração de minério, logística e energia, decidimos reduzir nossas participações em ativos não estratégicos. Vendemos quase todos os nossos ativos na área de papel e celulose e também continuamos a venda de ativos na área de siderurgia e transportes que não estão estrategicamente ligados ao nosso principal negócio.

Na área de papel e celulose, em março de 2001, concluímos a venda de nossa participação na Bahia Sul Celulose S.A., conhecida por Bahia Sul, por aproximadamente US\$ 318 milhões. Em setembro de 2001, fechamos a venda de nossa participação na Celulose Nipo Brasileira S.A., conhecida por Cenibra, para nosso antigo sócio por US\$ 670,5 milhões. Em junho de 2002, assinamos uma carta de intenção de venda de aproximadamente 70.000 acres de floresta de Eucalipto na região de São Mateus, no estado do Espírito Santo para a Aracruz Celulose S.A. e Bahia Sul. Uma vez finalizada esta operação, teremos vendido nosso último ativo no segmento de negócio papel e celulose.

Na indústria de siderurgia, em dezembro de 2000, nos desfizemos da participação de 2,3% que detínhamos na AÇOMINAS por US\$ 10 milhões em ações preferenciais da Gerdau S.A., uma

companhia siderúrgica de capital aberto, cujas ações pretendemos vender no futuro. Adicionalmente, em março de 2001, nos desfizemos de nossa participação de 10,3% na Companhia Siderúrgica Nacional ou CSN. Transferimos nossa participação na CSN, avaliada em US\$ 249 milhões para a Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, conhecida por VALIA, fundo de pensão dos nossos funcionários, a fim de quitarmos uma obrigação que tínhamos com a VALIA. Para maiores detalhes sobre esta transação com a VALIA, vide *Item 6.D. – Funcionários*. Finalmente, começamos o processo de desinvestimento da nossa frota de navio graneleiros. Em fevereiro de 2002, a Docenave vendeu seis dos seus navios cargueiros, com capacidade total de 592.240 DWT, para a empresa Naviera Elcano S.A., uma companhia espanhola, por US\$ 53 milhões. Posteriormente, a Docenave vendeu outros três navios por US\$7,5 milhões. Planejamos vender no futuro todos os navios graneleiros remanescentes da Docenave mas ainda não chegamos a um acordo referente a data de efetivação deste negócio.

Na área de Logística, em agosto de 2001, vendemos nossa parcela de 50% no terminal marítimo Rio Doce Pasha, localizado no porto de Los Angeles em Los Angeles, Califórnia, para o nosso sócio nesta *joint venture*, o Grupo Pasha por aproximadamente US\$ 10 milhões. Este terminal marítimo lida principalmente com importação de placas de aços para a California Steel Industries Inc., nossa *joint venture* de siderurgia.

Descruzamento de nossas Participações Societárias com a CSN

Adquirimos uma participação societária na Companhia Siderúrgica Nacional, ou CSN quando de sua privatização em 1993, em contrapartida, a CSN adquiriu uma participação indireta de 6,8% do nosso capital social na primeira etapa do nosso processo de privatização em 1997, através de sua participação na Valepar, nosso acionista controlador. Consoante com a nossa estratégia para consolidar e concentrar nossos esforços nas áreas de mineração, logística e energia, no primeiro trimestre de 2001, implantamos um programa para o descruzamento de nossas relações recíprocas de participação acionária com a CSN.

Em março de 2001, a CSN concluiu a venda de suas ações na Valepar para a Litel Participações S.A., a Bradesplan Participações S.A. e a Bradespar S.A. A Bradesplan e a Bradespar transferiram, subseqüentemente, suas ações de emissão da Valepar para a Babié Participações S.A. A Babié é uma empresa de participações pertencente à Bradesplan e à Bradespar.

Em março de 2001, transferimos nossa participação acionária de 10,3% na CSN, avaliada em US\$249 milhões, para a VALIA, nosso fundo de pensão para funcionários. Para maiores detalhes sobre esta contribuição vide *Item 6.D. Funcionários*.

Como parte da transação de descruzamento, a CSN concedeu-nos os seguintes direitos de preferência com relação à mina Casa de Pedra da CSN, tendo cada um deles um período de vigência de 30 anos:

- o direito de comprar qualquer minério de ferro produzido pela mina excedente ao consumido pela CSN;
- o direito de comprar ou arrendar a mina caso a CSN decida vendê-la ou arrendá-la; e
- o direito de nos tornarmos parceiros em qualquer *joint venture* que venha a ser constituída caso a CSN decida constituir uma *joint venture* de pelotização com um terceiro, utilizando minério de ferro produzido pela mina.

Em contrapartida, concedemos à CSN um direito de prioridade relacionado à participação, em conjunto conosco, na construção de qualquer projeto de instalações para produção de aço que venhamos a iniciar nos próximos cinco anos.

A presente transação, como um todo, está sujeita a aprovação por parte do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Não acreditamos que o descruzamento de nossas participações societárias com a CSN terá qualquer efeito significativo sobre nossas operações e resultados financeiros..

4.A.5. Investimentos de Capital e Desinvestimentos

A tabela abaixo disponibiliza informação sobre nossos investimentos de capital por uma área de negócio nos períodos indicados. Nosso investimento de capital tem sido historicamente mais intensivo na segunda metade do ano.

<u>Área de Negócio</u>	<u>Exercício findo em 31 de dezembro de</u>		
	<u>1999</u>	<u>2000</u>	<u>2001</u>
	(em milhões de US\$)		
Ferrosos	\$ 183	\$ 354	\$ 454
Não ferrosos	56	50	40
Logística	4	14	25
Papel e celulose	18	19	52
Centro corporativo	4	10	24
	<u>\$ 265</u>	<u>\$ 447</u>	<u>\$ 595</u>

Os investimentos de capital relacionados a produtos ferrosos cresceu em 42,9%, de US\$ 354 milhões em 2000, para US\$ 506 milhões em 2001, primeiramente devido a construção da unidade de pelletização de São Luís (US\$ 84 milhões) e da infra-estrutura necessária para sua instalação (US\$55 milhões) e a aquisição de locomotivas para transporte de minério de ferro (US\$21 milhões).

Para a descrição de nossos desinvestimentos, vide *Item: 4.A.4. Desenvolvimento da Empresa – Desinvestimentos*.

4.A.6. Atuais Investimentos de Capital e Desinvestimentos

Vide *Item 5.B.3. – Orçamento para Aquisição de Imobilizado*, para uma descrição dos atuais Investimentos de Capital.

Vide *Item 4.A.4. – Desenvolvimento da Empresa*, para uma descrição dos atuais desinvestimentos.

4.A.7. Propostas de Concorrências Públicas para Aquisição de Controle

Não aplicável.

4.B., 4.C. e 4.D. Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado

Visão Geral de Negócios

Somos um dos maiores produtores e exportadores mundiais de minério de ferro, além da maior empresa de mineração diversificada da América Latina por capitalização de mercado e uma das maiores companhias brasileiras. Nós detemos autorizações de pesquisa mineral cobrindo 7 milhões de hectares (17,3 milhões de acres). Operamos dois grandes sistemas de ferrovias que estão integrados com nossas atividades de mineração. Através de *joint ventures*, temos os maiores investimentos na produção de alumínio.

Para o exercício de findo em 31 de dezembro de 2001, temos receita operacional bruta consolidada de US\$ 4.132 milhões, das quais 62,9% são atribuídas as vendas de minério de ferro e pelotas, 14,7% a transportes de terceiros, 6,9% as vendas de produtos do setor de alumínio e 3,4% as vendas de ouro. Para o exercício de findo em 31 de dezembro de 2001, registramos resultado operacional consolidado de US\$ 929 milhões e lucro líquido consolidado de US\$ 1.287 milhões. Nosso resultado de equivalência patrimonial, incluindo coligadas e *joint ventures* e provisões para perdas e baixas de investimentos agregaram um total de US\$ 53 milhões no período.

Nossas principais linhas de negócios são a mineração, a logística e a energia e estão, de forma geral, agrupadas segundo os segmentos de negócios abaixo:

- *minerais ferrosos*: segmento que compreende negócios de minério de ferro e pelotas, além de negócios de manganês e ferro-ligas;
- *minerais não ferrosos*: compreende os negócios de ouro, caulim, potássio e cobre;
- *logística*: compreende ferrovias, portos e terminais marítimos, bem como demais negócios de navegação;
- *energia*: compreende os negócios de geração de energia; e
- *participações societárias*: compreende alumínio, aço, fertilizantes e comércio eletrônico.

Mineração. Nossas principais atividades de mineração envolvem minério de ferro. Operamos dois sistemas integrados de primeira linha no Brasil para a produção e a distribuição de minério de ferro, cada um formado por minas, ferrovias e terminais marítimos. O Sistema Sul, com base nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, contém um total de reservas de minério de ferro provadas e prováveis de aproximadamente 2,3 bilhões de toneladas. O Sistema Norte, com base nos Estados do Pará e Maranhão, contém um total de reservas de minério de ferro provadas e prováveis de aproximadamente 1,2 bilhão de toneladas. Também operamos dez usinas de pelotização, seis delas organizadas como *joint ventures* com parceiros internacionais. Detemos participação de 50% no capital social da Samarco, localizado em Ponta do Ubu, que possui e opera duas usinas de pelotização.

Ativos de Pesquisa. Como parte de nossas atividades de desenvolvimento e prospecção mineral no Brasil, adquirimos extensa experiência em técnicas e processos de pesquisa especialmente projetados para utilização em áreas tropicais do mundo. Nossos atuais esforços de pesquisa mineral são realizados principalmente no Brasil e focados fundamentalmente na pesquisa de cobre, ouro, níquel, manganês e caulim. As despesas com nosso programa de pesquisa mineral no período findo em 31 de dezembro de 2001 foram de US\$43 milhões. Atualmente detemos autorizações de pesquisa mineral de aproximadamente 7 milhões de hectares (17,3 milhões de acres).

Logística. Em nosso negócio de logística, prestamos aos nossos clientes diversos serviços de transporte e outros serviços correlatos, tais como armazenagem e serviços portuários. Somos um dos líderes no setor de transportes brasileiro. Cada complexo de minério de ferro possui uma rede ferroviária integrada ligada a portos e terminais marítimos automatizados, e é projetado para transportar minério de ferro, carga geral e passageiros, armazenar cargas em terminais e realizar serviços de carregamento de navios para nós e terceiros. Em 2001, nossas ferrovias transportaram aproximadamente 55,4% do total da tonelage dos fretes transportados por ferrovias brasileiras, ou aproximadamente 167,1 milhões de toneladas de carga, das quais 79,6 milhões de toneladas foram de minério de ferro e pelotas. Do total transportado, 51% foram para terceiros e 49% foram para nós mesmos. Nossas duas ferrovias de controle integral, a Estrada de Ferro Vitória-Minas e a Estrada de Ferro de Carajás, servem fundamentalmente ao transporte de nossos produtos de minério de ferro das minas localizadas no interior aos portos e terminais marítimos na costa. Além disso, a Estrada de Ferro Vitória-Minas transporta quantidades significativas de cargas de terceiros, bem como passageiros.

Energia. Em 2001, começamos a considerar a energia como um negócio principal, embora atualmente a produção não represente uma parcela significativa de nossas atividades. Atualmente detemos participação em nove projetos de usinas hidroelétricas (Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga, Aimorés, Capim Branco I, Capim Branco II, Foz do Chapecó e Santa Isabel), as quais têm uma capacidade total projetada de 3.364MW. As usinas de Igarapava e de Porto Estrela iniciaram sua operação em janeiro de 1999 e de setembro de 2001, respectivamente. Nossos demais projetos de geração de energia estão programados para iniciar sua operação nos próximos cinco anos. Dependendo das condições do mercado, a energia gerada por estas usinas será vendida no mercado e/ou usada para nossas próprias operações. Vide Item 4.B, 4.C e 4.D. Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado – Áreas de Negócios – Energia.

Operações com Alumínio. Através de *joint ventures*, nossa controlada integral, a Aluvale, comanda nossas principais operações de produção de alumínio. Elas incluem a extração de bauxita, o refino de alumina e a fundição e comércio de alumínio. A Aluvale conduz suas operações de extração de bauxita através de uma participação de 40,0% na *joint venture* MRN, que detém substanciais reservas de bauxita com baixo índice de separação e alta taxa de recuperação. A MRN, uma das maiores produtoras mundiais de bauxita, produziu 10,7 milhões de toneladas de bauxita em 2001. A Aluvale atualmente detém uma participação de 50,3% no capital votante de nossa *joint venture* de refino de alumina, a Alunorte, a qual possui capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas de alumina por ano. A Aluvale participa em duas *joint ventures* de fundição de alumínio, a Albras, na qual detém participação de 51,0%, e a Valesul, na qual detém participação de 54,5%. Estas duas *joint ventures* possuem uma capacidade combinada de produção de 500 mil toneladas de alumínio por ano. Nossas operações integradas com alumínio encontram-se entre as maiores da América Latina em termos de volume de produção.

Vale Overseas. A Vale Overseas, nossa controlada integral, é uma companhia financeira do grupo CVRD. Seu negócio é captar dinheiro fora do Brasil através da emissão de títulos para financiar as atividades da CVRD fora do Brasil ou para emprestar as demais empresas do grupo CVRD. Em 8 de março de 2002, a Vale Overseas emitiu notas com juros de 8,625% vencíveis em 8 de março de 2007, prorrogáveis até 8 de setembro de 2008, para captar US\$ 300 milhões. A emissão destes títulos foi sua primeira captação.

Estratégia de Negócios

Por meio de aquisições selecionadas, e do crescimento orgânico e disciplinado, continuaremos a buscar o desenvolvimento de nossas capacidades de mineração, logística e energia e o aumento de escala de nossas atividades ao mesmo tempo em que trabalhamos para reduzir custos. Buscamos o crescimento dos ganhos e o aumento na geração de caixa, ao mesmo tempo em que maximizamos nosso retorno sobre o capital empregado e o retorno total a nossos acionistas. Estamos mantendo o foco sobre nossas principais atividades de mineração, logística e energia para alcançarmos essas metas da seguinte forma:

- preservar nossa posição de liderança no mercado mundial de minério de ferro;
- expandir nossas instalações de pelotização para atender às demandas correntes de mercado;
- incrementar nossa atividade de logística;
- desenvolver nossos recursos de cobre;
- aumentar nossas atividades de alumínio;
- desenvolver projetos de geração de energia.

Manutenção de Nossa Posição de Liderança no Mercado Mundial de Minério de Ferro

Em 2001, produzimos 14% da produção mundial de minério de ferro, mais do que qualquer outro produtor. Em 2001, adquirimos a Ferteco, que foi responsável por 2% da produção mundial de minério de ferro deste ano, e adquirimos metade do controle da Caemi, que respondeu por 3% da produção anual de minério de ferro neste mesmo ano. Estamos comprometidos com a manutenção de nossa posição no mercado mundial de minério de ferro por meio da manutenção de estreito contato com nossos clientes, enfocando nossa linhas de produtos visando capturar as tendências industriais e controlando custos. Acreditamos que nossos fortes relacionamentos com importantes clientes, a linha de produtos personalizada e as vantagens logísticas nos possibilitarão o alcance dessa meta.

Expansão de Nossas Instalações de Pelotização para Atender às Demandas Correntes de Mercado

Acreditamos que a demanda global por pelotas continuará a aumentar e, por essa razão, planejamos continuar investindo no desenvolvimento desse segmento dinâmico do mercado de minério de ferro. Construimos uma nova unidade de pelotização em São Luís, que começou a operar comercialmente em junho de 2002 e por volta de 2003 terá uma capacidade de produção anual de pelotas da ordem de 6 milhões de toneladas. Estamos expandindo a nossa capacidade de produção em nossas operações de pelotização em Tubarão e Samarco. Quando esses investimentos tiverem sido concluídos teremos aliados as nossas *joint ventures* uma capacidade adicional de produção de 5,2 milhões de toneladas por ano, e um total de 56,2 milhões de toneladas de capacidade de produção anual.

Crescimento de Nossa Atividade de Logística

A privatização e a nova regulamentação das atividades de transporte revitalizaram o mercado de logística brasileiro. Acreditamos que existe potencial para crescimento num futuro próximo decorrente da desregulamentação do setor e da conversão do transporte rodoviário hoje existente para o transporte ferroviário, e, em prazo mais longo, a partir do aumento da carga a granel resultante do crescimento econômico brasileiro. Acreditamos que a qualidade de nossos ativos ferroviários e que nossos muitos anos de experiência como operadores de ferrovias e portos nos coloque em posição vantajosa no que se refere a esse mercado, estabelecendo-nos como empresa brasileira líder em logística, atendendo tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo. Planejamos focalizar a integração física e comercial de nossos ativos de logística, e ainda tirar vantagem da nova tecnologia do comércio eletrônico.

Desenvolvimento de Nossos Recursos de Cobre

A demanda global por cobre vem crescendo rapidamente desde o início dos anos 90. De 1993 a 2001, o consumo mundial de cobre aumentou de 10.967.000 toneladas para 15.281.000 toneladas por ano. Embora esse crescimento tenha sido afetado de maneira negativa pela recessão econômica de 2001, temos expectativa de fortalecimento do crescimento como tendência de continuidade para toda a próxima década, impulsionada pelas indústrias de computadores, telecomunicações e aparelhos elétricos. Acreditamos que nossos projetos de cobre, todos situados na região de Carajás, possam se colocar entre os mais competitivos do mundo em termos de custo de investimentos e de valor por tonelada de minério. Quando nossas minas de cobre iniciarem sua produção estas se beneficiarão de nossos recursos de transporte que servem ao Sistema Norte. Adicionalmente, em março de 1997, assumimos junto com o BNDES, um contrato de riscos minerais para fornecimento de recursos a serem utilizados em minerais não explorados em aproximadamente 2 milhões de hectares de terras na região de Carajás, além de participação proporcional em qualquer receita obtida com a implantação destes recursos. Para maiores detalhes sobre o contrato de risco mineral, vide *Item 4.B, 4.C e 4.D - Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado – Áreas de Negócios – Ferrosos – Pelotas, – Áreas de Negócios – Não-Ferrosos – Projetos de Cobre – Contrato de Risco Mineral*.

Aumento de Nossas Atividades de Alumínio

Acreditamos que a demanda global por alumínio continuará a crescer durante a próxima década, impulsionada principalmente pela indústria de transportes e armazenamento. Planejamos, portanto, desenvolver e aumentar a capacidade de produção em nossas operações integradas de alumínio. Nossa *joint venture* de bauxita, a MRN, está aumentando a capacidade de produção anual de 11,0 para 16,3 milhões de toneladas até 2003. Nossa *joint venture* de alumina, a ALUNORTE, está aumentando a capacidade de produção anual de 1,5 para 2,3 milhões de toneladas por ano até 2002. Nossa *joint venture* de alumínio, a ALBRAS, está aumentando a produção em torno de 40.000 toneladas em 2001. Adicionalmente, possuímos um grande depósito, inexplorado, de alta qualidade de bauxita nos estados do Pará e Maranhão que nos possibilitará oportunidades de crescimento no setor de alumínio.

Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia

Em 2001 e 2000, consumimos 12,5 TWh e 13,8 TWh de eletricidade, respectivamente. O gerenciamento e o fornecimento de energia tornou-se uma prioridade para nós, decorrente do programa de privatização do Governo brasileiro nesta indústria e pelo risco do aumento de preços e racionamento de energia devido as interrupções de energia tais como as experimentadas na segunda

metade do ano de 2001. Percebemos oportunidades favoráveis de investimentos no setor elétrico brasileiro e tiraremos vantagens das mesmas para investir em projetos de geração de energia hidroelétrica. Estes projetos poderão vender suas produções para terceiros no mercado de energia, como consequência, nosso departamento de energia poderia envolver-se no desenvolvimento de atividades no mercado atacadista. Nosso negócio de energia compreende a venda de energia mas não a distribuição da mesma. Poderemos utilizar parte desta eletricidade destes projetos para nossas necessidades internas. Como somos um grande consumidor de energia esperamos que estes investimentos ajudem-nos a proteger nosso negócio contra a volatilidade do preço da energia elétrica.

Em 2001, gastamos US\$ 52 milhões em investimentos em projetos energéticos. Atualmente, estamos investindo na participações de dois projetos de construção de usinas hidroelétricas (Igarapava e Porto Estrela), que já estão em funcionamento. Ambas se localizam no estado de Minas Gerais. Estamos também investindo na construção de cinco hidroelétricas e desenvolvendo estudos de viabilidade econômica e de meio ambiente para outros dois projetos para quais obtivemos junto com nossos sócios (*joint ventures*), o termo de concessão. Quando concluídos, esses projetos nos fornecerão o equivalente a aproximadamente metade do nosso consumo de eletricidade em 2001 (consumo este de aproximadamente 12,5 TWh). Estamos também analisando outros projetos de plantas hidroelétricas que demandarão investimentos adicionais.

ÁREAS DE NEGÓCIOS

Nossas principais áreas de negócios se constituem em mineração e logística. Para fins de administração interna, agrupamos nossas operações de alumínio em conjunto com outras participações acionárias significativas em aço, papel e celulose. Vide *Item 4.B, 4.C e 4.D - Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado – Áreas de Negócios – Participações Societárias*.

Ferrosos

Nosso segmento comercial de produtos ferrosos compreende a extração de minério de ferro e a produção de pelotas, bem como os recursos de transporte nos Sistemas Norte e Sul (incluindo ferrovias, portos e terminais marítimos) conforme estes tenham relação com as operações de mineração. A extração de manganês e de ferro ligas igualmente constitui parte de nossa atividade comercial relacionada a produtos ferrosos.

A tabela abaixo estipula nossas receitas de produtos ferrosos por mercado geográfico e por categoria em relação aos períodos indicados, conforme retratado em nossas Demonstrações Contábeis consolidadas.

	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	1999	2000	2001
	(em milhões de US\$)		
<u>Receita classificada por destinação geográfica</u>			
Vendas de exportação			
América Latina	\$ 149	\$ 224	\$ 238
Estados Unidos	147	252	247
Europa	621	969	1.469
Oriente Médio	146	209	216
Japão	351	544	525
Ásia, exceto o Japão	575	651	864
Outros	-	-	-
	1.989	2.849	3.559
Vendas domésticas	639	1.000	1.082
Total	\$ 2.628	\$ 3.849	\$ 4.641
<u>Receitas classificadas por categoria</u>			
Minério de ferro	\$ 1.859	\$ 2.710	\$ 3.438
Pelotas	632	769	860
Manganês e ferro ligas	137	370	343
Total	\$ 2.628	\$ 3.849	\$ 4.641

Minério de Ferro

Conduzimos nossa atividade comercial de minério de ferro basicamente à nível da Companhia Controladora.

Estrutura do Sistema

A tabela abaixo disponibiliza informações referentes às nossas reservas provadas e prováveis em 31 de dezembro de 2001. As estimativas de reservas minerais foram auditadas e verificadas pela AMEC Engineering and Construction Services, or AMEC, peritos em geologia mineração e determinação de reservas.

	Reservas Provadas e Prováveis	
	Toneladas de Minério	Teor ⁽¹⁾
	(milhões)	(% Fe)
Sistema Sul		
Distrito de Itabira		
Cauê	15,5	46,9
Conceição	319,5	56,7
Dois Córregos ⁽²⁾	403,7	59,5
Total do Distrito de Itabira	738,7	58,0
Timbopeba ⁽⁶⁾	115,8	55,1
Complexo Gongo Soco ⁽⁸⁾	486,7	54,7
Capanema/Ouro Fino ⁽³⁾	26,7	59,2
Fazendão	237,2	50,6
Samitri		
Complexo Alegria ⁽⁹⁾	619,4	54,2
Complexo Morro Agudo ⁽¹⁰⁾	64,1	45,4
Complexo Córrego do Meio ⁽¹¹⁾	7,2	58,6
Total da Samitri ⁽¹⁰⁾	690,6	53,2
Samarco ⁽⁹⁾	595,4	46,2
Total do Sistema Sul	2.891,1	53,2
Sistema Norte		
Carajás ⁽⁴⁾	1.100,7	65,3
Total do Grupo CVRD	3.991,9	56,5

(1) A participação societária da CVRD é de 100% quando não mencionada.

(2) Compreende várias minas.

(3) CVRD detém 51% de controle.

(4) Inclui 4 minas em atividade.

(5) O total e subtotal incluíram graus médios de teor de ferro.

(6) As reservas são baseadas no modelo de 2001.

(7) CVRD detém 50% da Samarco.

(8) O Complexo de Gongo Soco é composto pelas jazidas de Gongo Soco, Brucutu, e Gralhos.

(9) Compreende as jazidas de Alegria, Fábrica Nova e Morro da Mina.

(10) Jazidas de Água Limpa e Cururu.

(11) Jazidas do Córrego do Meio e Segredo.

A tabela abaixo disponibiliza informações referentes às nossas minas. As datas de exaustão projetadas se baseiam nos níveis de produção em 2001.

Mina	Início de Operações	Data Estimada de Exaustão	Nossa Participação Acionária (percentual)	Produção		
				Exercícios Findos em 31 de dezembro de		
				1999	2000	2001
				(milhões de toneladas)		
Sistema Sul						
Distrito de Itabira						
Cauê	1942	2014	100	17,8	20,1	19,7
Conceição.....	1957	2014	100	18,8	19,8	19,2
Dois Córregos.....	-	-	-	-	-	-
Total do Distrito de Itabira...	-	-	-	36,6	39,9	38,9
Timbopeba	1984	2006	100	7,4	7,6	5,5
Complexo Gongo Soco ⁽¹⁾	2000	2010	100	0,7	6,6	6,7
Capanema / Ouro Fino	1982	2003	51	3,7	5,3	3,9
Fazendão	1997	- ⁽⁷⁾	100	0,9	1,2	1,0
Samitri						
Complexo Alegria ⁽²⁾	2000	2040	100	-	9,4	9,7
Complexo Morro Agudo ⁽³⁾	2000	2009	100	-	3,7	2,5
Complexo Córrego do Meio ⁽⁴⁾ ...	2000	2006	100	-	1,5	1,2
Total Samitri	-	-	-	-	14,6	13,4
Urucum ⁽⁵⁾	1993	-	100	0,6	0,7	0,6
Total do Sistema Sul	-	-	-	49,9	75,9	70,0
Sistema Norte						
Carajás ⁽⁶⁾	1986	2021	100	44,0	47,6	52,4
Total do Grupo CVRD				93,9	123,5	122,4

- (1) O Complexo Gongo Soco consiste nas jazidas de Gongo Soco, Brucutu, Baú e Gralhos.
(2) O Complexo de Alegria é constituído das jazidas de Alegria, Fábrica Nova e Morro da Mina.
(3) O Complexo de Água limpa se constitui das jazidas de Água Limpa e Cururu.
(4) O Complexo de Córrego do Meio é constituído de Córrego do Meio e Segredo.
(5) Não existe nenhuma reserva provada e provável em Urucum.
(6) Inclui quatro minas ativas.

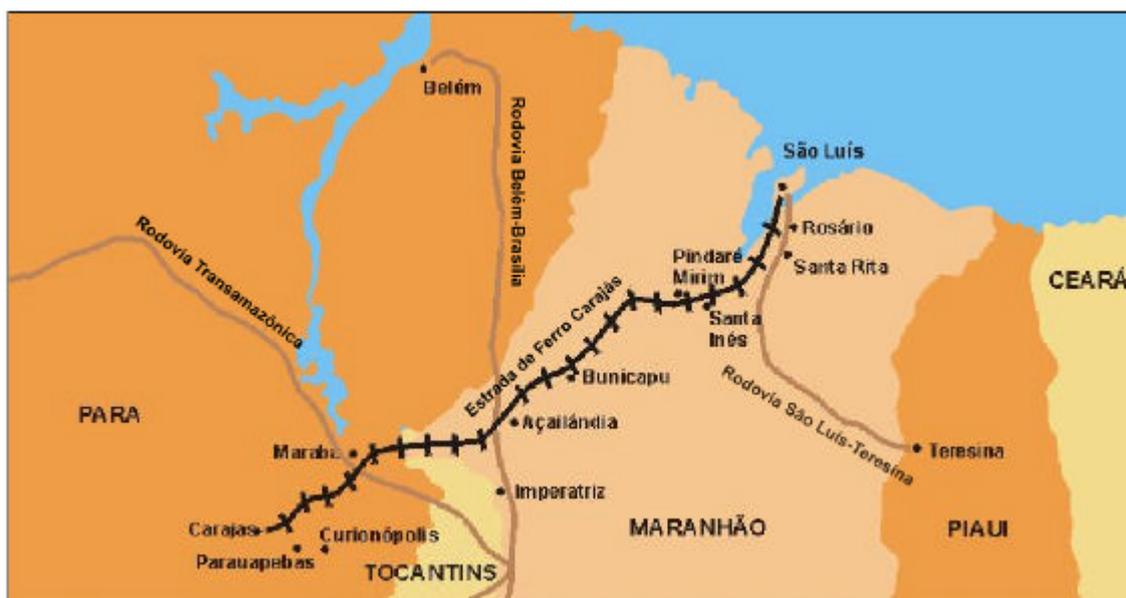
Sistemas Integrados

Nossas atividades de exploração de minério de ferro e operações relacionadas estão concentradas em duas regiões do Brasil, o Sistema Sul e o Sistema Norte. O Sistema Sul se localiza nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e o Sistema Norte se situa nos Estados do Pará e Maranhão. Cada sistema inclui reservas de minério de ferro e outras jazidas minerais, minas, instalações de processamento de minério e recursos de transporte por ferrovia e terminais integrados. Nossas ferrovias ligam cada um dos sistemas e trazem produtos das minas para nossos terminais marítimos situados em Tubarão e Praia Mole, no Sistema Sul, e Ponta da Madeira, no Sistema Norte. A operação de dois sistemas independentes, cada um com capacidade de transporte sob nosso controle, aumenta a credibilidade e a consistência dos serviços prestados a nossos clientes.

O minério de ferro no Sistema Sul é explorado por métodos de mina a céu aberto. Essas reservas minerais exibem elevadas proporções de minério de itabirito em relação ao minério de hematita. Itabirito é uma rocha de hematita que contém quartzo com um teor médio de ferro de 35% a 65%, requerendo a concentração para obter um grau de remessa, o que se situa acima de um teor médio de ferro de 64%. As minas no Sistema Sul geralmente processam seu minério natural por meio de etapas de trituração, classificação e concentração padrão, produzindo minério para sinterização, minério granulado e *pellet feed*.

Nossa Estrada de Ferro Vitória-Minas transporta minério de ferro do Sistema Sul para o terminal marítimo de Tubarão, situado em Vitória, no Estado do Espírito Santo. O Sistema Sul possui instalações para o carregamento de trens com capacidade de transporte diário de 300.000 toneladas de minério de ferro. Um trem composto de duas locomotivas elétricas a diesel e até 240 vagões de minério sem cobertura, completa uma viagem de ida e volta ao terminal marítimo a cada 43 horas. O complexo do terminal marítimo de Tubarão/Praia Mole possui uma capacidade de armazenamento de 4,5 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas. A capacidade de armazenamento relacionada aos dois cais de atracação do complexo, que têm 25 metros de profundidade e 600 metros de largura, garante o acesso a navios com até 365.000 DWT. Nosso sistema de carregamento se constitui de uma desempilhadeira de roda de alcatruzes, esteiras transportadoras e um carregador de navio para cada embarcadouro, o que representa uma capacidade total de carregamento de 32.000 toneladas por hora ao terminal.

Sistema Norte



O Sistema Norte é um sistema integrado de mina, ferrovia e porto, incluindo minas a céu aberto e um complexo de processamento de minério. O Sistema Norte está localizado na região de Carajás, nos Estados do Pará e Maranhão, ao norte do Brasil (na bacia do Rio Amazonas) em terrenos públicos com relação aos quais possuímos autorizações para extração mineral. As reservas do Sistema Norte estão entre as maiores jazidas de minério de ferro do mundo, com vida útil de mais de 21 anos em níveis de produção de 2001. Estas reservas estão divididas em duas áreas principais (norte e sul), situadas aproximadamente a 35 quilômetros de distância. As atividades de

extração de minério de ferro no Sistema Norte atualmente estão sendo realizadas na faixa norte, que é dividida em quatro principais corpos de extração mineral (N4E, N4WC, N4WN e N5).

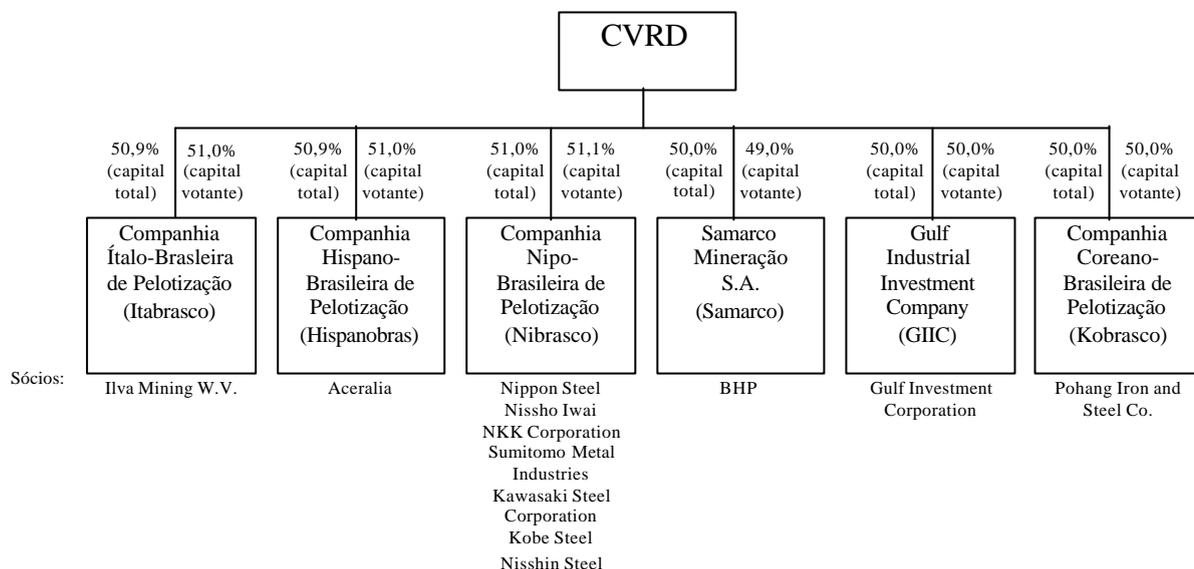
O depósito N4E é a maior mina em operação na Região Norte. As operações de mineração em escala industrial iniciaram nesta mina em 1985. Selecionamos a mina N4E como o primeiro corpo mineral a ser desenvolvido no Sistema Norte, pois o desenvolvimento do N4E facilitaria o acesso aos depósitos N4W e N5, que podem compartilhar o complexo de beneficiamento do N4E e o terminal ferroviário de carga. As operações de extração do N4W iniciaram em 1994, abrindo duas minas (N4WC e N4WN). Completamos a construção de dois sistemas de moagem localizadas nas minas N4E e N4WN no final de Dezembro de 1998. As minas N4E e N4W empregam o tradicional banco de mina aberto, com brocas e explosões para abrir uma frente seguido por um carregamento através de pá. Durante 1998, também iniciamos operações nas minas N5 (N5W e N5E).

Devido ao elevado teor de ferro (65,4% em média) no Sistema Norte, não temos que operar uma unidade de concentração em Carajás. O processo de beneficiamento para a criação de minério para sinterização, pelotas, finos especiais de minério para processos de redução direta e *pellet feed* negociáveis, consiste simplesmente de operações de classificação por tamanho, incluindo seleção, hidrociclone, trituração e filtração. Portanto, podemos produzir minério de ferro negociável no Sistema Norte a um custo menor que no Sistema Sul. O resultado do processo de beneficiamento consiste em minério para sinterização, finos, finos especiais de minério para processos de redução direta e minério granulado, que tem amostra regularmente retirada antes do armazenamento no depósito de Carajás por sistemas automáticos de amostragem que estão de acordo com as normas do ISO 9002. Após o processo de beneficiamento nossa Estrada de Ferro Carajás transporta minério de ferro do Sistema Norte para o terminal marítimo de Ponta da Madeira localizado em São Luís, no Estado do Maranhão, no Oceano Atlântico. O Sistema Norte tem instalações de carregamento de trem com uma capacidade total de carregamento nominal de 14.000 toneladas por hora. Um trem composto de três locomotivas a diesel-elétrico e 206 vagões de minério abertos, cada vagão tendo uma capacidade líquida de 105 toneladas, realiza um trajeto de ida e volta até o terminal marítimo a cada 54,5 horas. No terminal marítimo de Ponta da Madeira, um canal natural com 100 quilômetros de extensão (com pelo menos 23 metros de profundidade e 500 metros de largura) garante o acesso para navios de até 420.000 DWT. Com uma capacidade de armazenamento de 3,5 milhões de toneladas, um sistema de carregamento constituído de desempilhadeiras de roda de alcatruzes, correias transportadoras e carregadores de navio com pau de carga único em dois embarcadouros, o terminal marítimo pode operar navios de 20.000 até 420.000 DWT sem reposicionamento.

Nosso Complexo em Carajás é acessível por via terrestre, aérea e ferroviária. Obtém energia elétrica em taxas de mercado de companhias de fornecimento de energia elétrica regionais. Para dar suporte às nossas operações em Carajás e reduzir a rotatividade do pessoal de extração mineral, possuímos dependências de alojamento e outras instalações para o pessoal em um local próximo do campo de exploração.

Pelotas

Realizamos nossas atividades comerciais de pelletização por intermédio de participações em *joint ventures* e também a nível da Controladora, conforme demonstrado abaixo:



A tabela abaixo disponibiliza informações relativas à nossa produção de pelotas e à produção de pelotas de nossas *joint ventures* em relação aos períodos indicados.

Produtoras de Pelotas	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	1999	2000	2001
	(em milhões de toneladas)		
CVRD	4,8	5,0	5,1
Itabrasco	3,4	3,3	3,3
Hispanobrás	3,6	3,8	3,7
Nibrasco	6,1	8,5	7,1
Kobrasco	3,8	4,4	4,2
Samarco	-	12,7	9,9
GIIC	-	3,6	2,7
Total	21,7	41,3	36,0
Porcentagem de pelotas DR	25,9%	23,5%	26,2%

Exceto no que se refere à GIIC, que se situa em Bahrain, e à Samarco, que fica em Ponta do Ubú, todas as nossas operações de pelletização são efetuadas no Sistema Sul, em nosso complexo de Tubarão. Adquirimos a Samarco em maio de 2000 e a GIIC em outubro de 2000.

Em Abril de 2001, adquirimos uma capacidade adicional de produção anual de pelotas de US\$ 4 milhões através da aquisição da Ferteco Mineração S.A., conhecida por Ferteco.

Em março de 2002, concluímos a construção de nossa unidade de pelletização em São Luís. Nosso investimento total nesta fábrica foi de US\$ 188 milhões. A fábrica será alocada ao nosso Sistema Norte.

Nossas atividades de pelletização aumentam nosso mercado para produtos de minério de ferro finos e *pellet feed*. Vendemos minério para nossas *joint ventures* de pelotas com base nos

preços de mercado. Historicamente, fornecemos todo o *pellet feed* para nossas *joint ventures* localizadas no Sistema Sul.

A tabela abaixo disponibiliza informações relativas às remessas de minério de ferro para nossas *joint ventures* de pelotas em relação aos períodos indicados.

<i>Joint venture</i>	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	1999 ⁽¹⁾	2000 ⁽¹⁾	2001 ⁽¹⁾
	(em milhões de toneladas)		
Kobrasco	4,1	4,7	4,5
Itabrasco	3,6	3,6	3,6
Hispanobrás	4,0	4,1	3,9
Nibrasco	6,6	9,3	7,8
Samarco.....	-	1,9	1,9
GIIC.....	-	2,0	1,7
Total	18,3	25,6	23,4

(1) As remessas em 2001, 2000 e 1999 representam o minério de ferro vendido e entregue às *joint ventures* em bases *tolling*.

Cientes, Vendas e Marketing (Minério de Ferro e Pelotas)

Utilizamos todo o nosso minério de ferro e pelotas (incluindo nossa participação na produção de pelotas em *joint venture*) para fornecimento à indústria siderúrgica. Os níveis vigentes e esperados de demanda por produtos de aço afetam a demanda por nosso minério de ferro e pelotas. A demanda por produtos do aço é influenciada por muitos fatores, tais como as taxas esperadas de crescimento econômico.

Historicamente, exportamos mais de dois terços das nossas remessas de minério de ferro. Exportamos minério de ferro principalmente para a Ásia e Europa, com clientes no Japão, China, Coreia do Sul e Alemanha, correspondendo a aproximadamente 53,5% das exportações em 2001. Nossos dez maiores clientes compraram, em termos consolidados, 37,6 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas, representando 41,7% de nossas remessas de minério de ferro e pelotas em 2001, e aproximadamente 40% de nossa receita total. Nenhum cliente individual foi responsável por mais de 7,0% de nossas vendas de produtos de minério de ferro no que se refere a qualquer um dos três últimos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001.

Enfatizamos intensamente o atendimento ao cliente a fim de melhorar nossa competitividade. Trabalhamos com nossos clientes para compreender seus objetivos principais e então personalizar nosso minério de ferro de forma a satisfazer as necessidades específicas do cliente. Fornecemos um produto personalizado, obtemos vantagens em função de nosso grande número de reservas de minério de ferro a fim de produzir múltiplos produtos de minério de ferro possuindo diferentes classificações de ferro, sílica e alumina e variando propriedades físicas, inclusive o tamanho do grão. Acreditamos que oferecemos aos nossos clientes mais variedade do que nossos concorrentes na Austrália e Canadá. Essa variedade nos ajuda a compensar quaisquer desvantagens em relação aos concorrentes que possam estar mais convenientemente localizados do ponto de vista geográfico. Além de dar assistência técnica aos nossos clientes, operamos escritórios de suporte de vendas em Tóquio, Bruxelas, Nova York e Xangai. Estes escritórios nos permitem permanecer em contato direto com os nossos clientes, monitorar suas exigências e nosso cumprimento de contrato e garantir que os nossos clientes recebam as entregas no prazo

programado. Nossa sede central de vendas no Rio de Janeiro coordena as atividades destes escritórios.

Distribuição (Minério de Ferro e Pelotas)

A propriedade e operação dos sistemas de transportes concebidos para o transporte eficiente de produtos de minério de ferro complementa nossa atividade comercial de exploração de minério de ferro. Operamos uma rede integrada de ferrovias e terminais tanto no nosso Sistema Norte quanto no nosso Sistema Sul. Essa rede transporta nossos produtos de minério de ferro de localidades de extração mineral do interior para o terminal marítimo e para clientes nacionais. A Estrada de Ferro Vitória-Minas oferece a conexão ferroviária para o Sistema Sul, possuindo capacidade diária de transporte de 300.000 toneladas de minério de ferro. A Estrada de Ferro Carajás disponibiliza a conexão ferroviária para o Sistema Norte, tendo capacidade diária de transporte de 130.000 toneladas de minério de ferro.

Nossas instalações portuárias nos Sistemas Sul e Norte recebem minério de ferro e pelotas a partir de nossas ferrovias para despacho em navios transoceânicos. Embarcamos um total de 118 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas em 2001. O complexo do terminal marítimo de Tubarão/Praia Mole, localizado próximo ao Porto de Vitória no Estado do Espírito Santo, atende ao Sistema Sul. A Estrada de Ferro Vitória-Minas transporta minério a partir das reservas de minério de ferro no Sistema Sul diretamente do terminal de Tubarão para suas instalações de carregamento de navios. O complexo do terminal marítimo de Ponta da Madeira, localizado próximo ao Porto de São Luís no Estado do Maranhão, atende ao Sistema Norte. A Estrada de Ferro Carajás transporta minério de ferro a partir das minas do Sistema Norte diretamente do terminal de Ponta da Madeira para suas instalações de carregamento de navio.

Estamos procurando alienar nossa frota de navios graneleiros pertencentes aos nosso negócio de navegação devido a falta de rentabilidade deste setor e ao fato de no futuro próximo existir a necessidade de um aporte de capital expressivo para renovar a frota existente. Vide *Item 4.B, 4.C e 4.D - Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado – Áreas de Negócios – Logística – Portos e Terminais – Navegação*.

Concorrência (Minério de Ferro e Pelotas)

O mercado internacional de minério de ferro é altamente competitivo. Alguns grandes produtores dominam esse mercado. Os principais fatores que afetam a concorrência são o preço, qualidade, variedade de produtos oferecidos, confiabilidade e custos de transporte. Em 2001, o mercado asiático (principalmente o Japão, Coréia do Sul e China) e o mercado europeu se constituíram como os principais mercados em relação ao nosso minério de ferro.

Nossos maiores concorrentes no mercado asiático estão localizados na Austrália e incluem coligadas da Broken Hill Proprietary Company Limited, ou BHP, e a The Rio Tinto Corporation Plc. Ainda que os custos de transporte de entrega do minério de ferro australiano para clientes asiáticos sejam de modo geral inferiores aos nossos devido à proximidade geográfica, acreditamos que somos capazes de permanecer competitivos no mercado asiático por dois motivos principais. Primeiro, os produtores de aço de modo geral procuram obter os tipos (ou misturas) de minério de ferro que tenham a capacidade de produzir, tanto do ponto de vista econômico quanto de eficiência, o máximo em termos do produto final pretendido. O minério de ferro brasileiro possui baixo teor de alumina em comparação com o minério australiano, o que resulta, de modo geral, em custos menores de processamento. Segundo, as usinas de aço também dependem, de modo geral, de uma mistura consistente de tipos de minério específicos e desenvolvem, com frequência, relações de

vendas baseadas em um fornecimento confiável de um mix específico de minério de ferro. Temos uma política agressiva de *marketing* cujo foco é atender sempre que possível as necessidades de nossos clientes, incluindo a designação de um especialista para contato direto com nossos clientes a fim de determinar a mistura que melhor cabe aquele cliente em particular. Vendemos nossos produtos na modalidade FOB a partir dos nossos portos, significando que o preço da nota fiscal inclui o custo do transporte da mercadoria como nossa despesa, apenas a parcela até o porto e nada mais. Em geral, nossa propriedade do processo de produção e transporte do minério de ferro até os nossos portos ajudam-nos a garantir que o nosso produto cheguem até nosso portos nas datas programadas e a preços competitivos. Como consequência, acreditamos que a venda de nossos ativos de navegação a granel não afetará nossa competitividade uma vez que não subsidiamos nossos custos de transporte marítimo com clientes que utilizam nossa frota de navegação. Acreditamos que transportadores terceirizados podem muito bem atender a nossos clientes.

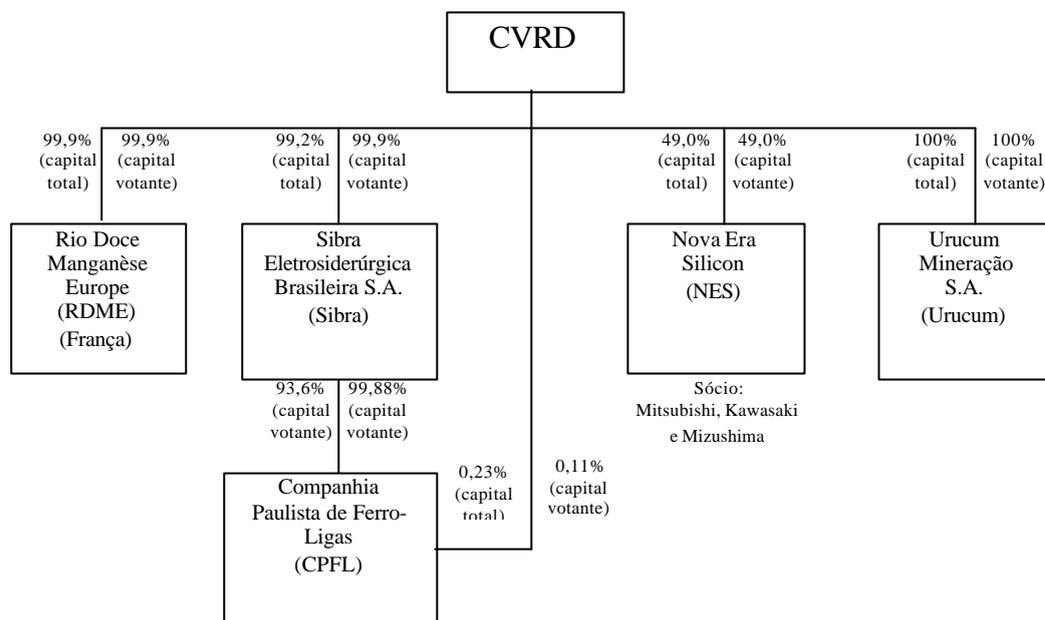
Somos competitivos no mercado europeu em virtude das razões descritas acima, bem como em função da qualidade de nosso minério de ferro de Carajás e à proximidade das instalações portuárias de Ponta da Madeira em relação a nossos clientes europeus. Nossos principais concorrentes na Europa são:

- Anglo American (Reino Unido) e coligadas;
- Iron Ore Co. (Canadá);
- Quebec Cartier Mining Co. (Canadá);
- Luossavaara Kiirunavaara AB (Suécia);
- Société Nationale Industrielle et Minière (Mauritânia);
- Kumba Resources (África do Sul);
- BHP (Austrália), Rio Tinto (Reino Unido) e coligadas.

O mercado de minério de ferro brasileiro é altamente competitivo, com um amplo leque de produtores menores. Ainda que o preço seja um fator determinante, qualidade e credibilidade constituem igualmente fatores competitivos importantes. Acreditamos que os nossos sistemas de transportes integrados, o minério de alta qualidade, e a prestação de serviços técnicos fazem de nós um forte concorrente em vendas nacionais. Os preços vigentes no mercado de exportações, com ajustes negociados para compensar os custos de transporte menores para clientes nacionais, influenciam as vendas de minério de ferro no mercado nacional.

Manganês e Ferro Ligas

Operamos nossa atividade comercial de manganês e ferro ligas basicamente por intermédio de coligadas e *joint ventures*, conforme indicado abaixo:



Em 2001, fomos a maior produtora de minério de manganês do Brasil, com vendas totais de aproximadamente 1,7 milhões de toneladas. As vendas de minério de manganês e ferro ligas geraram US\$ 315 milhões em receitas brutas em 2001.

Fabricamos produtos de minério de manganês a partir da mina Azul, na região de Carajás, no Estado do Pará e a partir da mina Urucum na região do Pantanal, no Estado do Mato Grosso do Sul. Operamos unidades de beneficiamento *in loco* tanto na mina Azul quanto na Urucum. Ambas as minas são acessíveis por rodovia e obtêm energia elétrica com base nas taxas de mercado de companhias de fornecimento de energia elétrica da região.

Nossas minas de manganês oferecem três tipos de produtos de manganês:

- minério metalúrgico fundamentalmente utilizado para a produção de ferro-ligas;
- bióxido de manganês natural apropriado para a fabricação de baterias eletrolíticas, e
- minério químico utilizado em várias indústrias para a produção de fertilizantes, pesticidas e ração de animais e utilizado como um pigmento na indústria cerâmica.

A produção de ferro ligas consome demanda significativa de eletricidade. O Governo brasileiro como parte de seu programa de racionamento, requisitou a partir de 1º junho de 2001, uma redução de 25% no consumo de energia elétrica nas atividades no setor de ferro ligas. Em junho de 2001, em resposta a estas medidas do Governo, iniciamos um plano para reduzir nossa produção de ferro ligas no período de seis meses a se encerrar em 30 de novembro de 2001, em cerca de 46.000 toneladas, das 220.000 toneladas anteriormente planejadas para 174.000 toneladas.

Esta redução representa uma perda de US\$ 26 milhões. Acreditamos que a produção remanescente será suficiente para suprir nossos clientes no Brasil e no restante da América Latina, nossos principais mercados de ferro ligas. Paralelamente a esta redução temporária obrigatória, continuamos perseguindo nosso planejamento de expansão das operações de ferro ligas a longo prazo. Para maiores detalhes sobre os riscos associados ao programa de racionamento de energia elétrica do Governo brasileiro, vide *Item 3.D. - Fatores de Risco – Riscos Relacionados ao Brasil – Programa de Racionamento de Energia Elétrica do Governo Brasileiro Pode nos Afetar de Maneira Adversa.*

A tabela abaixo disponibiliza informações relativas às nossas reservas de manganês em 31 de dezembro de 2001. As estimativas de reservas minerais foram auditadas e verificadas pela AMEC.

<u>Mina</u>	<u>Tipo</u>	<u>Reservas Provadas e Prováveis</u>	
		<u>Tonelagem de Minério</u> (Em milhões de toneladas)	<u>Grau</u> ⁽³⁾ (% Mn)
Azul	Céu aberto ⁽¹⁾	15,0	44,5
	empilhado	0,6	49,3
Urucum	Subterrânea ⁽²⁾	15,6	48,7
		7,5	47,5
Total		23,1	45,6

(1) Relatado como toneladas úmidas de produto (14,5% de conteúdo misto).

(2) Relatado como toneladas secas de produto.

(3) Relatado como grau de produto recuperável.

A tabela abaixo disponibiliza informações relativas às nossas minas de manganês e a recente produção de minério de manganês em 31 de dezembro de 2001. As datas projetadas para exaustão têm como base os níveis de produção de 2001.

<u>Mina</u>	<u>Início de Operações</u>	<u>Data Estimada de Exaustão</u>	<u>Nossa Participação Acionária</u>	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro de</u>		
				<u>1999</u>	<u>2000</u>	<u>2001</u>
(Em milhões de toneladas)						
Azul	1986	2014	100%	0,9	1,4	1,4
Urucum	1976	2035	100%	0,2	0,3	0,3
Total				1,1	1,7	1,7

A tabela abaixo disponibiliza informações relativas à nossa produção de ferro ligas.

<u>Usinas</u>	<u>Capacidade de Produção</u> (Em milhares de toneladas por ano)	<u>Produção em 2001</u> (Em milhares de toneladas)
RDME	140,0	120,0
CPFL/SIBRA	311,6	220,0
NES	45,0	32,0

Até dezembro de 1999, detínhamos 50% de participação na Vale Usiminas Participações S.A. ou VUPSA. Em dezembro de 1999, concordamos na aquisição, por um valor nominal, de 50% da participação na VUPSA, que ainda não detínhamos, de nosso antigo sócio, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A., conhecida como USIMINAS. Na troca do nosso contrato de aquisição da

parcela da USIMINAS na VUPSA, a USIMINAS foi liberada da sua dívida com a Companhia Paulista de Ferro Ligas ou CPFL e com a Sibra Eletrosiderúrgica Brasileira S.A., ou SIBRA, dois grandes produtores brasileiros de ferro ligas, que foram de propriedade da Ferro Ligas do Norte S.A., uma controlada da VUPSA. Esta aquisição nos proporcionou a integração das operações das minas de manganês com as fábricas de Ferro Ligas. Em dezembro de 2000, depois de uma reorganização societária, tornamo-nos o controlador da SIBRA e indiretamente controlador da CPFL.

Não Ferrosos

Nosso segmento de negócio não ferrosos inclui a produção de ouro e de outros minerais não ferrosos, tais como o caulim e o potássio. Incluímos também nossos esforços de exploração de cobre neste segmento.

A tabela abaixo disponibiliza informações referentes a nossas receitas de não ferrosos e as vendas por mercado geográfico em relação aos períodos indicados.

	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	1999	2000	2001
	(Em milhões de US\$)		
Receita classificada por destinação geográfica			
Vendas de exportação:			
Estados Unidos	\$ 139	\$ 156	\$ 139
Europa	-	35	33
Japão	-	4	-
Ásia, exceto o Japão	4	3	1
	\$ 143	\$ 198	\$ 173
Vendas domésticas	96	90	79
Total	\$ 239	\$ 288	\$ 252
Receitas classificadas por categoria			
Ouro	\$ 155	\$ 156	\$ 139
Potássio	84	85	71
Outros minerais	-	47	42
Total	\$ 239	\$ 288	\$ 252

Ouro

Operamos nossas atividades comerciais de ouro basicamente a nível da Controladora.

Iniciamos operações de produção de ouro em 1984 e em 31 de dezembro de 2001, operamos três minas de ouro. Somos uma das maiores produtoras de ouro da América Latina, com uma produção total de ouro de 513.300 de *onças troy* em 2001. Fomos responsáveis por aproximadamente 32% de todo o ouro produzido em escala industrial no Brasil durante o ano de 2001. As vendas de ouro geraram US\$ 139 milhões de receitas brutas em 2001.

A tabela abaixo disponibiliza informações relativas às reservas estimadas de ouro provadas e prováveis em 31 de dezembro de 2001. As estimativas de reservas minerais foram auditadas pela AMEC.

Mina ⁽¹⁾	Tipo de Minério ⁽²⁾	Tonelagem de Minério (Em milhões de toneladas)	Reservas Provadas e Prováveis				
			Grau (grama/ton)	Ouro Contido (toneladas)	Recuperação de Metal (porcentagem)	Ouro Recuperável (toneladas) (Em milhões de onças troy) ^{(3) (4)}	
Igarapé Bahia ⁽⁴⁾ ...	Sulfeto CIP	0,78	3,80	2,96	90	2,67	0,086
	Sulfeto Empilhado	0,06	3,51	0,21	90	0,19	0,006
	Óxido HL	0,79	1,28	1,01	70	0,71	0,023
	Óxido Empilhado	0,43	1,05	0,45	70	0,32	0,010
	Total Igarapé.....	2,06	2,25	4,64	84	3,88	0,125
Fazenda Brasileiro	Sulfeto CIP	2,33	5,18	12,08	94,6	11,43	0,367
Itabira	CIL <i>in situ</i>	0,34	2,05	0,70	96	0,67	0,022
	Empilhado HL	0,10	0,55	0,06	60	0,03	0,001
Subtotal Itabira .	0,45	1,70	0,76	0,71	0,003		
Total.....	4,84	3,61	17,48	92	16,02	0,495	

(1) Cada mina relacionada é de propriedade integral da Companhia. Todas as minas são a céu aberto, exceto a Fazenda Brasileiro que é subterrânea.

(2) CIP refere-se a *Carbon-in-Pulp*, HL refere-se a *Heap Leaching* e CIL refere-se a *Carbon-in-Leach*.

(3) Uma onça troy equivale a 31,103 gramas.

(4) A mina de Igarapé Bahia está exaurida na data da emissão deste relatório anual. A reserva declarada equivale a produção desde 1º de janeiro de 2002 até o término da mina.

A tabela abaixo disponibiliza informações relativas às nossas minas de ouro e à recente produção de ouro. As datas de exaustão dos projetos estão baseadas nos níveis de produção de 2001.

Mina	Início das Operações	Data Estimada de Exaustão	Exercício findo em 31 de dezembro de		
			1999	2000	2001
(em milhares de onças troy) ⁽¹⁾					
Igarapé Bahia	1991	2002	357,5	333,9	328,3
Fazenda Brasileiro	1984	2009	141,2	154,6	165,2
Almas	1985	2001	16,0	13,2	0,6
Caeté	1996	2001	17,4	11,0	0,4
Itabira	1984	2003	20,0	22,4	18,8
Total			552,1	535,1	513,3
Custo médio de produção total (US\$ por onça troy) ⁽¹⁾			US\$143	US\$165	US\$146

(1) Uma onça troy equivale a 31,103 gramas.

Nossas minas de ouro estão localizadas nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pará. Todas as minas de ouro são a céu aberto, com exceção da Fazenda Brasileiro, que é subterrânea. Cada mina inclui uma instalação de processamento no local para produzir barras *doré* a partir de minério bruto. Remetemos barras de *doré* para uma refinaria de terceiros para tratamento químico e de refundição, que rende barras de ouro com 99,99% de pureza. Nosso ouro é garantido desde o momento em que colocamos o mesmo em suas arqueaduras de mina até a entrega ao cliente.

Em 31 de dezembro de 2001, nossas reservas de ouro provadas e prováveis representaram três anos de produção nos níveis de resultado de 2001. Em 2001, investimos US\$ 5,7 milhões para a exploração de ouro e desenvolvimento de recursos, incluindo US\$ 0,4 milhão com relação à

exploração de novas minas e US\$ 4,7 milhões destinados à ampliação de reservas existentes. Dessas despesas, US\$ 0,6 milhão foi reembolsado de acordo com o Contrato de Risco de Mineral. Vide – *Atuais Projetos de Cobre - Contrato de Risco Mineral*.

A perfuração indicou que Igarapé Bahia tem mineralização de ouro em níveis distintos. A mineralização no nível mais elevado, que consiste fundamentalmente de minério de ouro oxidado, está esgotada desde a data deste relatório anual. Atualmente estamos estudando o início da extração mineral na segunda e terceira zonas de minério para produzir cobre concentrado com teor de ouro. A segunda zona é uma zona de transição que muda de minério baseado em óxido para sulfeto, e a terceira zona consiste integralmente em sulfeto de minério com cobre.

Caulim

Operamos nosso negócio de caulim por intermédio de nossa participação na Pará Pigmentos S.A., que iniciou suas operações em agosto de 1996. Nossa participação total e com direito a voto na Pará Pigmentos é de 75,5% e 80,0%, respectivamente. Nossos sócios na Pará Pigmentos são a Mitsubishi Corporation e a International Finance Corporation.

O caulim é uma argila branca fina de silicato de alumínio, utilizada nas indústrias de papel, cerâmica e farmacêutica como um agente de revestimento e enchedor. Em 2001, a Pará Pigmentos registrou receitas de US\$ 39 milhões e uma perda líquida de US\$ 1,7 milhões. Atualmente, a Pará Pigmentos tem aproximadamente US\$ 61 milhões de dívidas de longo prazo em aberto, das quais garantimos US\$ 50 milhões. A Pará Pigmentos está operando um programa de investimentos em quatro fases para aumentar a capacidade de produção em resposta a uma expectativa de aumento na demanda por caulim.

A tabela a seguir estabelece o cronograma do programa de investimentos que a Pará Pigmentos espera levar a efeito até 2007:

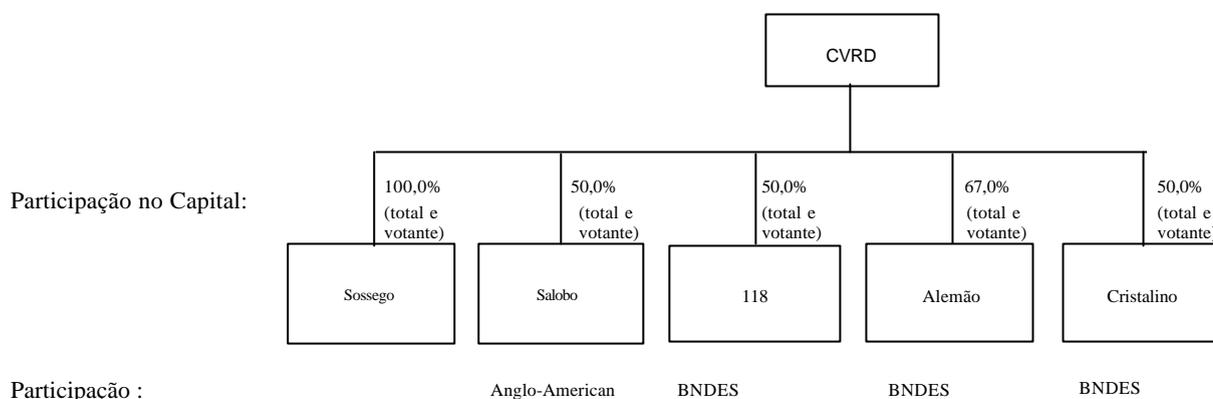
Fase de Investimento	Produção	Investimento Total	Data da Conclusão
	kt/ano	(Em milhões de US\$)	
I	320	\$ 140,0	Concluído
II	600	29,0	Concluído
III	800	24,4	2003
IV	1.000	26,3	2007

Potássio

Potássio é uma importante matéria-prima para a produção de fertilizante. Arrendamos uma mina de potássio no Estado de Sergipe da Petróleo Brasileiro S.A., ou Petrobrás, companhia de petróleo estatal brasileira. É a única mina desse tipo no Brasil, tendo capacidade atual correspondente a 600.000 toneladas por ano. Tivemos receitas líquidas de US\$ 70,9 milhões de vendas de potássio em 2001.

Estágios Atuais dos Projetos de Cobre

Em 31 de dezembro de 2001, nossa atividade de exploração das minas e desenvolvimento de projetos relacionados estão sendo feitos de cobre por intermédio de participação nas seguintes *joint ventures*:



A tabela abaixo disponibiliza informações, em 31 de dezembro de 2001, relativas ao status e potencial produtividade de nossas operações de prospecção de cobre (Cu), todas tendo como característica o subproduto ouro (Au).

Projeto	Status	Recursos (milhões de toneladas)	Expectativa Total de Dispêndio de Capital (Em milhões de US\$)	Data de Início Prevista
Sossego	Viabilidade plena Maio de 2001	313 sendo 1,02% Cu e 0,3 g/t Au	\$ 383	2004
Salobo	Pré-viabilidade em andamento	784 sendo 0,96% Cu e 0,6 g/t Au	1,005	2007
Projeto 118	Pré-viabilidade em andamento	100 sendo 0,80% Cu	140	2004
Alemão	Exploração Avançada	170 sendo 1,60% Cu e 0,90 g/t Au	550	2006
Cristalino	Exploração Avançada	300 sendo 0,49% Cu e 0,2 g/t Au	500	2006

Adicionalmente, estamos junto com o BNDES, prospectando na região de Carajás, novos projetos de exploração de cobre. Vide *Exploração – Contrato de Risco Mineral*.

Exploração

Como parte de nossas atividades de prospecção mineral e de desenvolvimento no Brasil, adquirimos ampla experiência nas técnicas de exploração e em processos especificamente concebidos para utilização em áreas tropicais do mundo. Nossos atuais esforços de exploração mineral no Brasil estão focados primeiramente sobre o cobre. Os investimentos efetuados em relação a nosso programa de exploração mineral em 2001 foram de US\$ 43 milhões e o orçamento para 2002 é de US\$ 40 milhões.

Desde 1998, estamos focando nossos esforços de exploração em áreas onde o conhecimento geológico estava mais avançado, inicialmente em ouro e cobre, e deixando prescrever aqueles direitos que não considerávamos economicamente atrativos. Como resultado os direitos sobre

terras não exploradas decresceram de aproximadamente 31,2 milhões de hectares em 31 de dezembro de 1997 para 7,0 milhões de hectares em 31 de dezembro de 2001.

Contrato de Risco Mineral

Em março de 1997, celebramos junto com o BNDES, um contrato, conhecido como Contrato de Risco Mineral, relacionado as autorizações de exploração mineral em regiões de mineração onde a perfuração e exploração ainda estão em seus estágios iniciais. O Contrato de Risco Mineral prevê o desenvolvimento conjunto de determinadas jazidas minerais inexploradas em aproximadamente dois milhões de hectares de terra identificados na região de Carajás, que faz parte do Sistema Norte, além de conceder participação proporcional em quaisquer benefícios financeiros obtidos a partir do desenvolvimento desses recursos. As jazidas de minério de ferro e manganês já identificadas e sujeitas a desenvolvimento foram especificamente excluídas do Contrato de Risco Mineral.

Conforme o Contrato de Risco Mineral, concordamos juntamente com o BNDES, em disponibilizar US\$ 205 milhões, que representa metade dos US\$ 410 milhões de investimentos estimados como necessários para concluir os projetos de exploração geológica e de desenvolvimento de recursos minerais na região durante um período superior a cinco anos. Sob determinadas circunstâncias, esse período poderá ser prorrogado por mais dois anos. Supervisionaremos esses projetos e o BNDES nos adiantará metade de nossos custos em bases trimestrais. De acordo com o Contrato de Risco Mineral, em 31 de dezembro de 2001, tanto nós quanto o BNDES, individualmente, tínhamos ainda compromissos remanescentes de contribuir um valor adicional de US\$ 89 milhões destinados a atividades de exploração e desenvolvimento. Ambos têm expectativas no sentido de aportar anualmente parcela dessas contribuições até 2001. Caso qualquer um de nós deseje realizar outras atividades de exploração e desenvolvimento após ter despendido esses US\$ 205 milhões, o contrato prevê que cada uma das partes poderá optar por igualar as contribuições da outra, ou então optar por ter sua participação financeira proporcionalmente diluída. Se a participação de uma das partes no projeto for diluída para um montante inferior a 40% do valor investido em relação aos projetos de exploração e desenvolvimento, então o Contrato de Risco Mineral prevê que a parte diluída perderá (1) todos os direitos e benefícios previstos no mesmo e (2) qualquer valor previamente investido em relação ao projeto.

De acordo com o Contrato de Risco Mineral, o BNDES concordou em compensar-nos por nossa contribuição aos direitos de desenvolvimento e de propriedade existentes na região de Carajás, por meio de um *royalty* de produção como comissão de agente promotor sobre recursos minerais que sejam descobertos e postos em produção. Essa comissão de agente promotor é equivalente a 3,5% das receitas oriundas da venda de metais do grupo do ouro, prata e platina e 1,5% das receitas oriundas da venda de outros minerais, incluindo o cobre, e excluindo o ouro e outros minerais descobertos na Serra Leste, pelos quais a comissão de agente promotor é equivalente a 6,5% das receitas.

A Estrada de Ferro Vitória-Minas consiste em duas linhas férreas que se estendem por 601 quilômetros para permitir o trajeto ferroviário contínuo em direções opostas e desvios de linha única com 304 quilômetros. Indústrias localizadas próximas a esta área e as principais regiões agrícolas adjacentes têm acesso à esta estrada de ferro. A frota de material rodante da Vitória-Minas compõe-se de aproximadamente 197 locomotivas, 7.603 vagões de minério, 5.639 vagões para cargas em geral e 61 vagões para passageiros. Em 2001, a Estrada de Ferro Vitória-Minas transportou um total de 109,9 milhões de toneladas de minério de ferro e outras cargas, das quais 78,6 milhões de toneladas foram cargas transportadas para terceiros. A Estrada de Ferro Vitória-Minas também transportou aproximadamente um milhão de passageiros em 2001.

As principais cargas da Estrada de Ferro Vitória-Minas são:

- minério de ferro próprio, transportados por nós;
- aço, carvão e ferro gusa para siderúrgicas localizadas ao longo da linha férrea; e
- calcário para pequenas siderúrgicas localizadas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Cobramos tarifas de mercado pelo frete a terceiros, incluindo pelotas, alumínio, papel e celulose de *joint ventures* e outras empresas das quais não somos detentores de 100% do patrimônio. As tarifas de mercado variam de acordo a distância percorrida, o tipo de produto e o peso do frete em questão.

A tabela abaixo disponibiliza informações relativas às cargas que a Estrada de Ferro Vitória-Minas transportou em relação aos períodos indicados:

Cargas	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	1999	2000	2001
	(em milhares de toneladas)		
Terceiros			
Minério de ferro e pelotas	53.292	56.986	53.295
Aço	4.745	5.542	5.621
Carvão	4.223	4.905	4.892
Ferro gusa	2.042	2.585	2.688
Calcário e dolomita	2.149	2.609	1.551
Grãos	1.655	2.410	2.377
Carvão para coque	525	854	1.048
Petróleo	285	334	372
Outros	4.143	4.284	6.801
Subtotal de Terceiros	73.059	80.509	78.645
Grupo CVRD			
Minério de ferro	26.322	29.338	30.162
Celulose	726	756	-
Outros	722	1.281	1.072
Subtotal do Grupo CVRD	27.770	31.375	31.234
Total	100.829	111.884	109.879

Estrada de Ferro Carajás. Operamos a Estrada de Ferro Carajás através de uma concessão renovável de 30 anos outorgada pelo Governo Brasileiro em junho de 1997. Essa ferrovia, localizada no Sistema Norte, começa na nossa mina de minério de ferro Carajás, no estado do Pará e se estende por 892 quilômetros até as nossas instalações no terminal marítimo de Ponta da

Madeira, localizadas próximo ao Porto de São Luís no Estado do Maranhão. A Estrada de Ferro Carajás consiste em uma linha férrea com desvios e dispositivos para desvio de ferrovias a fim de permitir a passagem de trens em direções opostas. A frota da Estrada de Ferro Carajás compõe-se de aproximadamente 88 locomotivas, 4.006 vagões de minério, 745 vagões para cargas em geral e 37 vagões para transporte de passageiros. Em 2001, a Estrada de Ferro Carajás transportou um total de 57,2 milhões de toneladas de minério de ferro e outras cargas, das quais 6,3 milhões de toneladas ou 11%, eram cargas transportadas para terceiros. A Estrada de Ferro Carajás também transportou aproximadamente 431.000 passageiros em 2001.

A tabela abaixo disponibiliza informações relativas às cargas que a Estrada de Ferro Carajás transportou em relação aos períodos indicados:

Cargas	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	1999	2000	2001
	(em milhares de toneladas)		
Minério de ferro			
Grupo CVRD.....	41.683	45.353	49.475
Terceiros.....	2.246	2.544	3.229
Minério de manganês			
Grupo CVRD.....	807	1.339	1.411
Ferro gusa	1.321	1.526	1.879
Veículos	120	142	86
Combustíveis	383	394	472
Grãos de soja	426	491	515
Outros	114	127	158
Total	47.100	51.916	57.225

Outros Investimentos. Detemos uma participação de 20% no capital com direito a voto da Ferrovia Centro-Atlântica, que opera a rede de ferrovia regional centro-leste do sistema brasileiro de ferrovias nacionais através de uma concessão renovável de 30 anos, outorgada em 1996. A rede centro-leste contém aproximadamente 7.000 quilômetros de linhas férreas que se estende pelos estados de Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Conecta-se com a nossa Estrada de Ferro Vitória-Minas próximo às cidades de Belo Horizonte e Vitória. A Ferrovia Centro-Atlântica atualmente opera na mesma bitola de trilho que a nossa Estrada de Ferro Vitória-Minas. Em 2001, a Ferrovia Centro-Atlântica registrou receitas líquidas de US\$ 101,4 milhões e um prejuízo líquido de US\$ 47 milhões.

Também detemos uma participação de 30% na Malha Nordeste por intermédio da Companhia Ferroviária do Nordeste, conhecida como CFN. A Malha Nordeste é uma linha férrea que opera através de uma concessão de 30 anos outorgada pelo Governo brasileiro em dezembro de 1997. A Malha Nordeste é uma linha férrea de 4.342 quilômetros que se estende pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. A Malha Nordeste fica próxima à nossa linha de Carajás no Sistema Norte, mas foi construída em bitola mais estreita. A Malha Nordeste requer modernização significativa, e os proprietários atualmente estão discutindo o valor do investimento necessário a esta empreitada. Em 2001, a CFN registrou receitas líquidas de US\$ 7,8 milhões e um prejuízo líquido de US\$ 26,3 milhões.

Participamos de um consórcio que venceu o leilão relativo a uma concessão de 30 anos para a Malha Paulista em novembro de 1998. Atualmente, detemos uma participação de 18,7% neste consórcio, que foi constituído como Ferrovias Bandeirantes S.A., ou FERROBAN. Celebramos esta concessão, que é renovável por um período adicional de 30 anos, por um preço de US\$ 205,7 milhões. A FERROBAN é uma ferrovia de 4.236 quilômetros que liga os estados de São Paulo,

Minas Gerais e Paraná. Em 2001, a FERROBAN registrou receitas líquidas de US\$ 63 milhões e um prejuízo líquido de US\$ 44,5 milhões.

Em 2001, adquirimos 100% da Ferteco Mineração S.A.. A Ferteco detém 9,6% do capital total e 17,2% do capital votante da MRS Logística S.A.. A MRS é uma ferrovia de 1.612 quilômetros que liga os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, com capacidade para transportar 80 milhões de toneladas por ano. A MRS opera através de uma concessão renovável de 30 anos outorgada pelo Governo brasileiro em novembro de 1996.

O Governo Brasileiro tem a opção de prorrogar o prazo das nossas concessões quando o prazo expirar. A tabela abaixo demonstra as datas de encerramento das nossas concessões:

Ferrovias	Data de encerramento da Concessão
Centro-Atlântica.....	Agosto de 2026
MRS.....	Dezembro de 2026
Vitória-Minas	Junho de 2027
Carajás	Junho de 2027
Malha Nordeste.....	Dezembro de 2027
Malha Paulista.....	Dezembro de 2028

Portos e Terminais

Operamos portos e terminais principalmente como meios para completar a distribuição de minério de ferro e pelotas próprios, em navios transoceânicos, atendendo ao mercado de exportação. Vide – *Ferrosos – Pelotas – Distribuição – Minério de Ferro e Pelotas*. Utilizamos também nossos portos e terminais para manipular cargas de terceiros. Em 2001, 30% das cargas manipuladas em nossos portos e terminais representaram cargas para terceiros.

Terminal Marítimo de Tubarão/Praia Mole. O complexo do terminal marítimo de Tubarão/Praia Mole, que abrange uma área de aproximadamente 18 quilômetros quadrados, está localizado próximo ao Porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo e possui dois embarcadouros. No embarcadouro I podem atracar dois navios de uma só vez, um de até 80.000 DWT na posição sul e um de até 120.000 DWT na posição norte. No embarcadouro II pode atracar um navio de até 300.000 DWT de cada vez. No embarcadouro I existem dois carregadores de navio que podem carregar até um total combinado de 14.000 toneladas por hora. No embarcadouro II existem dois carregadores de navio que operam de maneira alternada e cada um pode carregar até 16.000 toneladas por hora. Operamos um terminal de grãos, acessível por rodovia na área de Tubarão, com uma capacidade anual de 1,5 milhão de toneladas e uma velocidade de carregamento máxima de 1.500 toneladas por hora. Também operamos um terminal de granéis líquidos com capacidade para 2,0 milhões de metros cúbicos. Há dois ancoradouros no terminal de Tubarão. Um para o transporte de grãos, com uma capacidade para 3 milhões de toneladas por ano, e o outro para o transporte de cargas em geral e de fertilizantes.

A tabela abaixo disponibiliza informações sobre as cargas remetidas por meio do nosso terminal marítimo de Tubarão/Praia Mole, por tonelage, em relação aos períodos indicados:

Cargas	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	1999	2000	2001
	(em milhares de toneladas)		
Minério de ferro e pelotas			
Grupo CVRD.....	42.017	39.397	46.262
Terceiros.....	23.433	31.629	20.925
Carvão	7.497	8.252	8.250
Grão	1.302	1.889	2.073
Carvão para coque	603	999	1.016
Ferro gusa	1.867	2.081	1.862
Fertilizantes	405	334	513
Outros	3.023	4.770	5.039
Total	80.147	89.351	85.940

Terminal Marítimo de Ponta da Madeira. O complexo do terminal marítimo de Ponta da Madeira está localizado próximo ao Porto de São Luís, no Estado do Maranhão. Nas instalações portuárias de Ponta da Madeira podem atracar dois navios. No embarcadouro I podem atracar navios de até 420.000 DWT. No embarcadouro II podem atracar navios de até 155.000 DWT. Os dois ancoradouros têm uma taxa de carregamento máxima de 16.000 toneladas por hora no embarcadouro I e 8.000 toneladas por hora no embarcadouro II.

A tabela abaixo disponibiliza informações sobre as cargas remetidas por meio do nosso terminal marítimo de Ponta da Madeira, por tonelage, em relação aos períodos indicados:

Cargas	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	1999	2000	2001
	(em milhares de toneladas)		
Grupo CVRD			
Minério de ferro	41.531	46.178	49.351
Minério de manganês	787	1.293	1.513
Terceiros			
Ferro gusa	1.223	1.533	1.879
Grãos de soja	451	561	622
Total	43.992	49.565	53.364

Outros Investimentos. Em setembro de 1994, obtivemos a concessão para exploração do Terminal Marítimo Inácio Barbosa, localizado no Estado de Sergipe próximo à nossa mina de potássio. De acordo com os termos do contrato de dez anos que celebramos com a Sergiportos, uma companhia portuária estatal, recebemos 40% do lucro operacional líquido do terminal, e devemos administrar o terminal.

Em maio de 1998, celebramos um arrendamento de 25 anos para o terminal marítimo de Capuaba, na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo. Remetemos 1.818.000 toneladas de cargas durante o ano de 2001 e 1.833.000 de toneladas durante o ano de 2000.

Em setembro de 1998, adquirimos uma participação indireta de 50% no arrendamento do terminal de contêineres de Sepetiba, operado pela Sepetiba Tecon S.A.. A Companhia Siderúrgica Nacional, ou CSN, detém os 50% restantes da Sepetiba Tecon. O arrendamento tem um prazo de 25 anos e podemos renová-lo por um período adicional de 25 anos. O preço da concessão foi de aproximadamente US\$ 79 milhões, dos quais já pagamos US\$ 33 milhões. O restante é devido em 276 parcelas mensais, com a primeira vencível após o término de determinados investimentos a serem efetuados pela Companhia Docas do Rio de Janeiro, obrigatórios segundo o contrato de concessão. Esperamos que os pagamentos se iniciem em janeiro de 2003.

Transporte Marítimo

A Navegação Vale do Rio Doce S.A., conhecida como DOCENAVE e suas coligadas operam nossas principais atividades de transporte marítimo. Fundada em 1962 para suportar nossa distribuição de minério de ferro, a DOCENAVE desde então tem ampliado sua capacidade de transporte para atender clientes nacionais e estrangeiros.

Atualmente, estamos buscando o desinvestimento de nossas participações na atividade comercial de transporte marítimo a granel. Em fevereiro de 2002, a Docenave vendeu de seis dos seus navios, com capacidade total de 592.240 DWT, para a Empresa Naviera Elcano S.A., uma companhia espanhola, por US\$ 53 milhões. Posteriormente, a Docenave vendeu três outros navios por US\$ 7,5 milhões. Temos a intenção vender os navios graneleiros restantes da frota, mas não chegamos a um acordo sobre a data efetiva da transação.

A tabela abaixo disponibiliza informações a respeito das operações de carga em relação aos períodos indicados.

Cargas	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	1999	2000	2001
	(em milhares de toneladas)		
Minério de ferro			
Grupo CVRD.....	1.328	3.058	7.179
Terceiros.....	12.514	15.608	7.748
Carvão	6.541	7.452	3.824
Outros	8.142	9.031	7.036
Total	28.525	35.149	25.787

Os principais clientes da DOCENAVE em 2001 incluíam siderúrgicas (exportações de minério de ferro), a ALUNORTE (compras nacionais de bauxita) e siderúrgicas brasileiras (importações de carvão).

Concorrência no setor logístico. Os baixos custos do transporte ferroviário em comparação com os custos do transporte rodoviário nos itinerários supridos pela Estrada de Ferro Carajás restringem a concorrência. A concorrência com a Estrada de Ferro Vitória-Minas é limitada no que diz respeito aos principais minerais e cargas de produtos a granel devido à vantagem dos custos de transporte ferroviário, em comparação ao do transporte rodoviário, em relação aos mesmos itinerários. O transporte por caminhões promove concorrência com a Estrada de Ferro Vitória-Minas no que diz respeito a cargas que não sejam a granel. A Ferrovia Centro-Atlântica concorre basicamente com o setor já consolidado de transporte por caminhões nas regiões por ela atendidas.

O terminal marítimo de Ponta da Madeira não enfrenta uma concorrência significativa devido à sua distância geográfica de outros terminais marítimos comparáveis e sua ligação direta com a Estrada de Ferro Carajás. O terminal marítimo de Tubarão/Praia Mole enfrenta concorrência

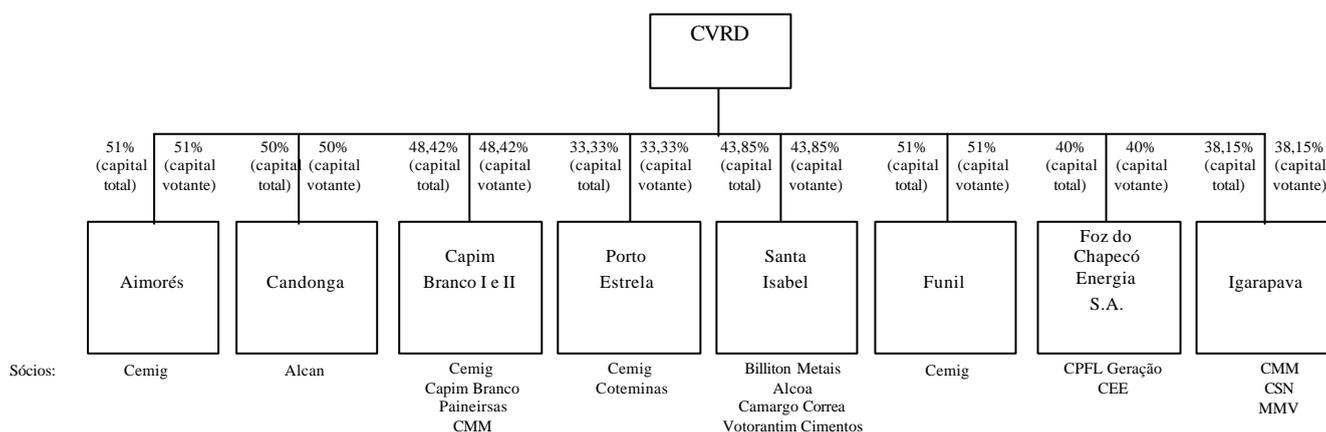
limitada para a maioria dos tipos de cargas devido a sua ligação direta com a Estrada de Ferro Vitória-Minas. Contudo, com relação a alguns tipos de cargas e origens, o mesmo enfrenta a concorrência do Porto do Rio de Janeiro e do Porto de Santos.

Nossos serviços de navegação concorrem com um grande número de companhias internacionais no transporte de longo curso a granel. A concorrência por tonelagem pode ser bastante intensa. Depende principalmente do preço, bem como do tamanho, idade, condição e da capacidade de um navio e seu operador serem aceitos pelo cliente. A variação de fatores econômicos pode causar amplas oscilações na tarifa de frete e mudanças imprevisíveis nos padrões de tráfego. A reequipagem de navios e a construção de novos navios também podem levar a uma supercapacidade de navios oferecendo os mesmos serviços ou operando no mesmo mercado.

Energia

Em 2001 e 2000, consumimos 12,5 TWh e 13,8 TWh de eletricidade, respectivamente. O Gerenciamento e o fornecimento de energia tem se tornado uma prioridade para nós, devido tanto ao Programa de Privatização do Governo Brasileiro para este setor quanto pelo risco de aumento nos preços e racionamento da eletricidade em função de interrupções de energia elétrica, tais como as experimentadas pelo Brasil na segunda metade do ano de 2001. Vislumbramos oportunidades favoráveis de investimento no segmento de energia elétrica brasileira e estamos nos aproveitando disto para investir em projetos de geração de energia hidroelétrica, como os mencionados abaixo. Estes projetos poderão ter sua produção vendida para terceiros no mercado energético, como consequência, nosso departamento de energia estará empenhado nas atividades de comercialização. Nosso negócio de energia compreende as vendas mas não a distribuição da eletricidade. Poderemos utilizar parte da eletricidade gerada nestes projetos para nosso consumo interno. Como somos um grande consumidor de eletricidade, esperamos que os investimentos no segmento de energia nos protegerá de uma volatilidade nos preços da mesma.

Estamos participando no segmento de energia através dos seguintes investimentos:



Entre os nossos sócios temos: Companhia Energética de Minas Gerais, conhecida como Cemig e Companhia Estadual de Energia Elétrica, conhecida como CEEE, ambas são empresas controladas por Governos Estaduais. Cemig Capim Branco Energia S.A. é uma coligada da Cemig. Alcan Alumínio do Brasil Ltda., conhecida por ALCAN, é uma coligada da Alcan Inc.. Comercial e Agrícola Paineiras Ltda., conhecida como Paineiras, é uma coligada da Suzano Participações S.A.. Billiton Metais S.A. é uma controlada integral da BHP Billiton. CPFL Geração é uma coligada da CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz. Companhia Mineira de Metais, conhecida como CMM, e Votorantim Cimentos S.A. são coligadas da Votorantim Participações S.A.. Alcoa

Alumínio S.A., conhecida como ALCOA é uma coligada da Alcoa Inc.. Mineração Morro Velho Ltda., conhecida como MMV, é uma coligada da Anglo Brasil Ltda., que por sua vez é coligada da Anglo American Plc.. Companhia de Tecidos do Norte de Minas, conhecida como Coteminas, é uma coligada da Coteminas International Ltd..

A tabela abaixo disponibiliza informações a respeito dos projetos de geração de energia elétrica:

Projetos	Início das Operações	Nossa Participação (Porcentagem)	Capacidade Estimada (Em MW)	Nosso Investimento	Nossos Investimentos
				Total em 31 de Dezembro de 2001	Estimados até 31 de dezembro de 2002
				(Em milhões de US\$)	
Igarapava ⁽¹⁾	Janeiro de 1999	38,1	210	88,1	88,1
Porto Estrela ⁽²⁾	Setembro de 2001	33,3	112	19,2	19,7
Aimorés ⁽³⁾	Dezembro de 2003 ⁽⁷⁾	51,0	330	27,4	99,2
Candongá ⁽³⁾	Novembro de 2003 ⁽⁷⁾	50,0	140	7,7	42,1
Funil ⁽¹⁾	Dezembro de 2002 ⁽⁷⁾	51,0	180	22,3	51,2
Capim Branco I ⁽⁴⁾	Fevereiro de 2005 ⁽⁷⁾	48,4	240	0,5	63,4
Capim Branco II ⁽⁴⁾	Julho de 2005 ⁽⁷⁾	48,4	210	0,2	75,8
Foz do Chapecó ⁽⁵⁾	Novembro de 2006 ⁽⁷⁾	40,0	855	0,4	202,3
Santa Isabel ⁽⁶⁾	Agosto de 2006 ⁽⁷⁾	43,9	1.087	—	—

(1) Localizado no Rio Grande, na divisa de São Paulo e Minas Gerais.

(2) Localizado no Rio Santo Antonio, no estado de Minas Gerais.

(3) Localizado na Bacia do Rio Doce, no estado de Minas Gerais.

(4) Localizado no Rio Araguari, no estado de Minas Gerais.

(5) Localizado no Rio Uruguai, na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

(6) Localizado no Rio Araguaia, na divisa dos estados de Tocantins e Pará.

(7) Data de início das operações para a primeira unidade do projeto.

Nossos investimentos totais em projetos de hidroelétricas como Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga, Aimorés, Capim Branco I, Capim Branco II e Foz do Chapecó estão estimados em US\$ 642 milhões. Não podemos assegurar que o custo agregado não será escalonado ou que os projetos serão concluídos nas datas programadas.

Devido às interrupções de energia em 2001 e em resposta ao programa de racionamento de energia do Governo Brasileiro, reduzimos temporariamente nossas produções de alumínio e ferro ligas. Para maiores detalhes sobre estas medidas, vide *Item 3.D. Fatores de Risco – Fatores Relacionados ao Brasil - As medidas de racionamento de energia elétrica do Governo Brasileiro podem afetar-nos de maneira desfavorável, Item 4.B, 4.C e 4.D - Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado – Áreas de Negócios – Ferrosos – Manganês e Ferro Ligas, – Participações – Negócio de Alumínio – Alumínio – Albrás e – Participações – Negócio de Alumínio – Alumínio – Valesul.*

Participações Societárias

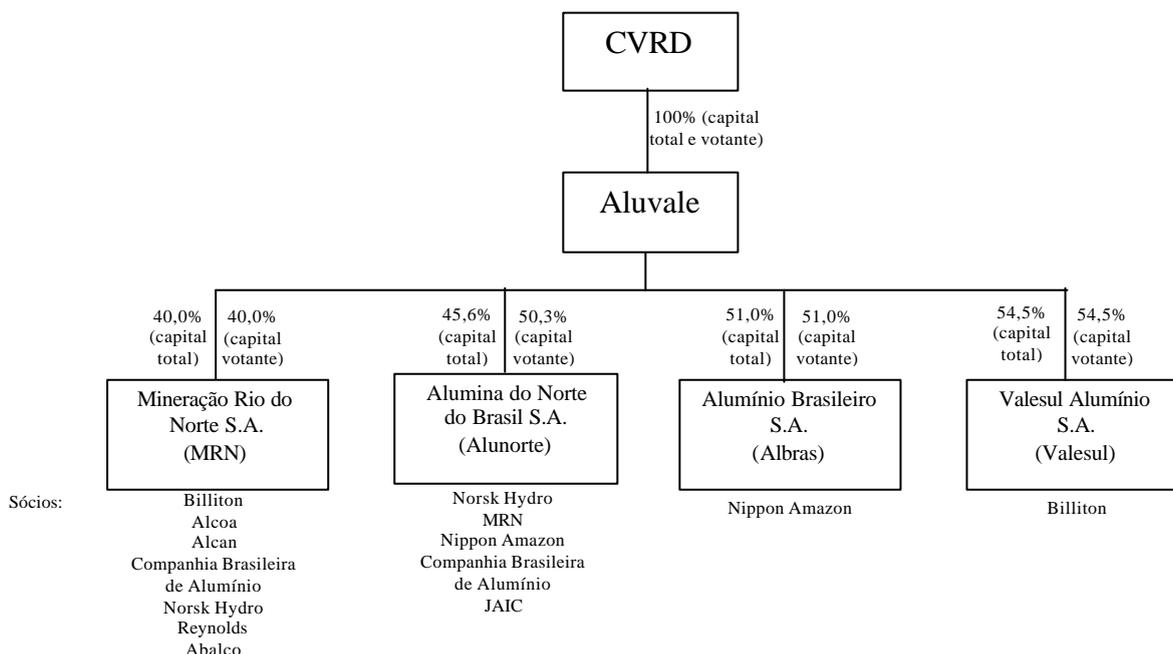
Nossas participações societárias compreendem basicamente nossas operações de alumínio, e nossas participações na indústria do aço. Atualmente, nossa meta é vender parte de nossa participação societária na indústria do aço.

A tabela abaixo disponibiliza informações relativas às nossas receitas oriundas de participações societárias e vendas por setor de mercado geográfico em relação aos períodos indicados:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de					
	1999		2000		2001	
	<u>Papel e Celulose</u>	<u>Alumínio</u>	<u>Papel e Celulose</u>	<u>Alumínio</u>	<u>Papel e Celulose</u>	<u>Alumínio</u>
	(Em milhões de US\$)					
Mercado Europeu						
América Latina	-	5	-	23	-	9
Europa	39	146	48	237	-	173
Oriente Médio	-	-	-	16	-	-
Japão	-	94	-	34	-	12
Estados Unidos	62	23	73	39	47	73
Ásia, exceto o Japão	-	50	-	2	-	15
Outros	-	-	-	-	-	-
	101	318	121	351	47	282
Vendas domésticas	10	62	21	12	8	1
	111	380	142	363	55	283

Alumínio

Em 31 de dezembro de 2001, nossas atividades comerciais de alumínio são operadas por intermédio de controlada e *joint ventures* conforme indicado no gráfico abaixo:



Nossa controlada integral, a Aluvale administra nossas operações de alumínio através de participações em *joint ventures* que se dedicam:

- à extração de bauxita;
- ao refinamento de bauxita em alumina, e
- ao uso de alumina para produzir alumínio primário e ligas de alumínio.

A principal atividade operacional da Aluvale consiste na comercialização do alumínio produzido pela Albras Alumínio Brasileiro S.A., ou ALBRAS, e pela Valesul Alumínio S.A., ou VALESUL. Em 2001, as receitas brutas de produtos de alumínio totalizaram US\$ 284 milhões.

Bauxita

A MRN, maior produtora de bauxita da América Latina e uma das maiores do mundo, produz bauxita para venda a seus sócios. A produção excedente pode ser vendida a terceiros. A MRN opera duas minas de bauxita a céu aberto, que produzem bauxita de alta qualidade. Além disso, a MRN detém outras reservas substanciais de bauxita de alta qualidade que a mesma acredita que possam ser economicamente exploradas no futuro. A MRN registrou receitas líquidas de US\$ 211 milhões e lucro líquido de US\$ 81 milhões em 2001.

As minas da MRN estão localizadas na região norte do Estado do Pará.

A tabela abaixo disponibiliza informações relativas as reservas de bauxita da MRN em 31 de dezembro de 2001. As estimativas de reservas minerais têm sido auditadas e verificadas pela AMEC.

Mina	Tipo	Reservas Provadas e Prováveis ⁽¹⁾	
		Tonelagem de Ferro (Em Milhões de Toneladas)	Teor (% A1203)
Mineração Rio do Norte ⁽²⁾	Céu Aberto	146,6	50,6

(1) Reportado como produto recuperável.

(2) Inclui duas minas ativas.

As operações nas minas da MRN tiveram início em 1979 e as reservas provadas e prováveis têm previsão de exaustão em 2015, nos níveis de produção de 2001. Em relação aos anos de 1999, 2000 e 2001, a produção correspondeu a 11,0, 11,2 e 10,7 milhões de toneladas, respectivamente.

A MRN opera instalações de beneficiamento de minério em suas minas, que são ligadas por ferrovia a um terminal de carregamento e instalações portuárias no Rio Trombetas. O Rio Trombetas é um afluente do Rio Amazonas e nas instalações portuárias da MRN podem atracar navios de até 50.000 DWT. A MRN possui e opera as instalações de ferrovia e porto que atendem suas minas. As minas de bauxita da MRN têm acesso viário a partir da área do porto e obtém eletricidade de sua própria estação de energia termoelétrica.

A MRN está ampliando sua capacidade de 11,0 milhões de toneladas para 16,3 milhões de toneladas em 2003. O custo dessa expansão está estimado em US\$ 206 milhões.

Alumina

A Alunorte iniciou suas operações em julho de 1995 e produz alumina mediante o refinamento da bauxita que a MRN fornece. A fábrica da Alunorte tem uma capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas de alumina por ano. Em 2001, a mesma produziu 1,6 milhão de toneladas. A Alunorte vende a maior parte de sua produção para a Albras, Valesul e Aluvale para a produção do alumínio. A fábrica da Alunorte está localizada próximo à Belém, no Estado do Pará perto das instalações de produção de alumínio da Albras. Isso permite que a Alunorte e seu

principal cliente compartilhem infra-estrutura e outros recursos. A Alunorte registrou receita líquida de US\$ 294 milhões e um prejuízo líquido de US\$ 13 milhões em 2001.

Com exceção da MRN, cada sócio da Alunorte deve comprar, em bases de *take or pay*, toda a alumina produzida pela Alunorte proporcionalmente às suas respectivas participações acionárias. A MRN também tem o direito, mas não a obrigação, de comprar sua parte na produção da Alunorte. As *joint ventures*, individualmente, pagam o mesmo preço, que é determinado por uma fórmula baseada nos preços de mercado mundiais vigentes de alumina e alumínio. No total, estamos comprometidos em *take or pay* de 437.214 toneladas métricas por ano da alumina produzida pela Alunorte que, a um preço de mercado de US\$ 176,08 por tonelada métrica em 31 de dezembro de 2001, representa um compromisso anual de US\$ 77 milhões.

Em 2000, os sócios da Alunorte concordaram em efetuar um aporte de US\$ 126 milhões para ampliar a capacidade da Alunorte de 1,5 milhão de toneladas de alumina por ano para 2,3 milhões de toneladas até 2002, que tem um custo total estimado de US\$ 286 milhões. Nossa parcela da contribuição corresponde a um aporte de US\$ 42 milhões, a ser pago em seis prestações. Em função desse aporte, nossa participação acionária na Alunorte será diluída para 44,4% do total do capital até 2002, apesar de nossa participação com direito a voto permanecer inalterada em 50,3%.

Alumínio

A Albras e a Valesul produzem alumínio utilizando a alumina fornecida pela Alunorte. A Alunorte satisfaz a todas as necessidades de alumina da Albras desde outubro de 1995. A Albras produz lingotes de alumínio e a Valesul produz lingotes, chapas, barras, tarugos e ligas de alumínio. O alumínio é produzido a partir da alumina, por meio de um processo eletro-químico contínuo que requer quantidades substanciais de eletricidade.

Albras

A fábrica da Albras é uma das maiores fábricas de alumínio da América Latina, com capacidade para aproximadamente 460.000 toneladas por ano. A Albras iniciou suas operações em 1985 em uma unidade localizada próximo à Belém, no Estado do Pará. A Albras registrou receitas líquidas de US\$ 472 milhões e lucro líquido de US\$ 8 milhões em 2001.

Os sócios de *joint venture* da Albras devem comprar, em uma base de *take or pay*, todo o alumínio produzido pela Albras proporcionalmente às suas participações acionárias, o que representa um compromisso anual de nossa parte de US\$ 256 milhões. Vide *a nota 15(d) das nossas demonstrações contábeis consolidadas*. Geralmente comercializamos nossa parte da produção da Albras no mercado internacional.

A tabela abaixo disponibiliza informações relativas à recente produção de alumínio da Albras e as nossas compras recentes da mesma:

<u>Alumínio</u>	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro de</u>		
	<u>1999</u>	<u>2000</u>	<u>2001</u>
	(Em milhares de toneladas)		
Produção da ALBRAS	358,0	366,0	333,0
Nossas compras da ALBRAS	183,0	187,0	167,0

Em 31 de dezembro de 2001, a Albras tinha US\$ 532 milhões de dívida de longo prazo em aberto, dos quais US\$ 162 milhões eram denominados em ienes japoneses (dos quais aproximadamente 50% tiveram cobertura de contrato de proteção cambial (*hedge*) em dólares norte-americanos). Para reduzir o impacto de flutuações de preço e garantir o fluxo de caixa adequado, a Albras realiza atividades de *hedging* de tempos em tempos, geralmente por meio de vendas a termo no prazo de um ano. Vide *Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre o Risco de Mercado - Riscos de Preços de Commodities*.

Em 2001, a Albras obteve um pacote de financiamento junto ao BNDES com o objetivo de financiar a ampliação da capacidade de sua fábrica de aproximadamente 366.000 toneladas por ano para aproximadamente 406.000 toneladas por ano. Os custos totais deste projeto, que foi concluído no 4º trimestre de 2001, foram de US\$ 57 milhões. Consequentemente, a capacidade produtiva da Albras aumentou em 40.000 toneladas.

Eletricidade. A produção de alumínio requer um fluxo contínuo de quantidades substanciais de eletricidade. A Albras compra energia elétrica da Eletronorte, uma companhia estatal de fornecimento de energia elétrica. A Eletronorte gera eletricidade na Usina Hidrolétrica de Tucuruí localizada no Rio Tocantins. Esta usina é a única fonte de energia elétrica na região para as quantidades requeridas pelas operações da Albras. A Albras consome aproximadamente um quarto da produção média anual da usina da Eletronorte.

Atualmente nos beneficiamos de um contrato celebrado entre a Albras e a Eletronorte, de acordo com o qual a Albras compra eletricidade com tarifas bastante favoráveis. O vencimento deste contrato está previsto para 2004. Não se pode garantir que seremos capazes de renovar esse contrato sob os mesmos termos ou sob termos similarmente favoráveis. Nós, juntamente com outras produtoras de alumínio da região, estamos no momento investigando fontes alternativas de eletricidade. Vide - *Projetos de Geração de Energia Elétrica*.

Devido as interrupções de energia elétrica e ao programa de racionamento de energia elétrica do governo Brasileiro que requisitaram uma diminuição no consumo de energia de 25% para as atividades relacionadas ao alumínio, reduzimos nossa capacidade de produção de alumínio em 2001 na Albras na ordem de 46.000 toneladas contra uma estimativa planejada anteriormente de 379.000 toneladas. Em janeiro de 2002, a Albras iniciou sua produção a plena capacidade, que alcançou 406.000 toneladas, seguindo a conclusão do seu projeto de expansão. Para maiores detalhes sobre os riscos associados ao programa de racionamento do Governo Brasileiro, vide *Item 3.D. Fatores de Risco – Fatores Relacionados ao Brasil - As medidas de racionamento de energia elétrica do Governo Brasileiro podem afetar-nos de maneira desfavorável*

Valesul

A Valesul iniciou suas atividades em 1982 e opera uma fábrica localizada no estado do Rio de Janeiro. A Valesul produz alumínio primário e ligas de alumínio na forma de lingotes, chapas, barras e tarugos. O alumínio da Valesul é vendido principalmente no mercado brasileiro, na condição à vista. Em 2001, registrou receitas líquidas de US\$ 129 milhões e lucro líquido de US\$ 21 milhões.

A tabela abaixo disponibiliza informações relativas à Valesul: sua recente produção de alumínio primário, sua reciclagem de sucata de terceiros e suas recentes aquisições de *tolling*:

Alumínio	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	1999	2000	2001
	(Em milhares de toneladas)		
Produção	91,7	93,8	80,1
Sucatas de terceiros recicladas	20,1	19,5	20,1
Compras	50,7	-	-

No final de 1999, a Aluvale e a Billiton, os acionistas da Valesul decidiram rescindir o contrato de *tolling* em vigor desde 1987. Consequentemente, a partir de 1º de janeiro de 2000, a Valesul compra, de forma independente, suas necessidades de matéria-prima, e opera como uma empresa investida de plenos direitos.

Eletricidade. A Valesul atualmente obtém aproximadamente 20% de suas necessidades de energia elétrica a partir de quatro usinas hidroelétricas próprias localizadas no Estado de Minas Gerais, e o restante de uma companhia de geração de energia elétrica, com base em tarifas de mercado. O Brasil utiliza o sistema de geração de energia com estrutura de tarifa bifásica (em horário de pico e fora de horário de pico), com a energia fornecida durante horários de pico custando consideravelmente mais do que a energia fornecida fora do horário de pico. A Valesul investiu valores substanciais para reduzir seu custo com energia elétrica fornecida durante horários de pico. Se as suas iniciativas forem bem-sucedidas, a Valesul poderá realizar economias substanciais quanto ao custo no alumínio produzido. Para lidar com a necessidade da Valesul de fontes de energia elétrica confiáveis, construímos uma usina hidroelétrica de dez megawatts em Rio Preto, no Estado de Minas Gerais, que iniciou suas operações em outubro de 1997. A Valesul também é participante de uma outra usina de geração de energia, conhecida como Machadinho, que iniciará suas operações em 2002 e garantirá a auto-suficiência no fornecimento de energia elétrica em horários de pico.

Devido as interrupções de energia elétrica e ao programa de racionamento de energia elétrica do governo Brasileiro que requisitaram uma diminuição no consumo de energia de 25% para as atividades relacionadas ao alumínio, na segunda metade do ano de 2001, reduzimos nossa capacidade de produção de alumínio em 2001 na Valesul na ordem de 13.000 toneladas, de 80.000 toneladas contra uma estimativa planejada anteriormente de 93.000 toneladas. A Valesul reduziu sua produção de lingotes, uma *commodity* comercializada na London Metal Exchange. A Valesul não alterou a produção de seus produtos de maior valor agregado, tais como ligas e tarugos que são vendidos sob cláusulas contratuais aos clientes. Apesar desta redução temporária obrigatória, continuamos a perseguir nossos planos de expansão das nossas atividades de alumínio a longo prazo. Para maiores detalhes sobre os riscos associados ao programa de racionamento do Governo Brasileiro, vide *Item 3.D. Fatores de Risco – Fatores Relacionados ao Brasil - As medidas de racionamento de energia elétrica do Governo Brasileiro podem afetar-nos de maneira desfavorável.*

Concorrência na bauxita, alumina e alumínio

A concorrência no mercado exportador de bauxita tem como base, principalmente, dois fatores-chave: a qualidade da bauxita e a credibilidade dos compradores. Acreditamos que a MRN permaneça competitiva nesse mercado em virtude:

- da elevada qualidade da bauxita brasileira, e
- do nosso sistema de produção de alumínio que garante a utilização interna de nossa produção de bauxita.

A qualidade, o preço e credibilidade de fornecimento acionam a concorrência no mercado de alumina. Acreditamos que a Alunorte é competitiva no mercado de alumina em função de:

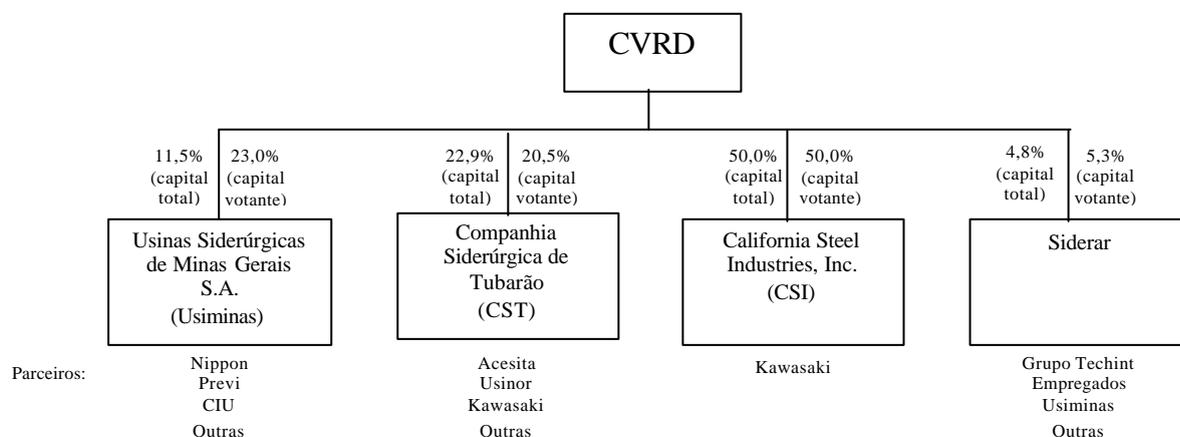
- sua proximidade em relação às minas de bauxita da MRN;
- suas instalações de refinaria recentemente desenvolvidas;
- suas instalações portuárias eficientes, e
- suporte contínuo de seus proprietários no compromisso de comprar uma parte substancial de sua produção anual.

O alumínio é uma commodity e a concorrência está baseada fundamentalmente nos aspectos econômicos de transporte e custos de produção. Acreditamos que a Albras seja competitiva no mercado de alumínio em função de:

- suas instalações portuárias relativamente eficientes e acessíveis, e
- seus menores custos de produção geralmente prevalecentes.

Siderurgia

Em 31 de dezembro de 2001, nossas participações em aço eram as seguintes:



Em linha com nossa estratégia de concentrar o foco nas atividades de mineração e logística em 31 de dezembro de 2000, chegamos a um acordo a respeito do desdobramento de participações

cruzadas com a CSN, que foi concluído em março de 2001. Adicionalmente, em 2000, trocamos nossas participações de 2,28% na Aço Minas Gerais S.A., ou AÇOMINAS, empresa de capital fechado, por US\$ 10 milhões em ações preferenciais da Gerdau S.A., companhia holding de capital aberto que temos a intenção de vender no futuro. A CSI é em uma siderúrgica norte-americana, principal compradora de chapas de aço da CST, com quem temos um contrato de exclusividade de fornecimento de minério de ferro e pelotas. Adicionalmente, nossa participação na CSI nos proporciona acesso e experiência de negociação no mercado norte-americano, aonde ainda temos uma inexpressiva participação de mercado. Por estas razões, pretendemos manter nossa investimento na CSI.

A seguinte tabela disponibiliza informações a respeito de nossas participações em fabricantes de produtos de aço:

<u>Investimento</u>	<u>Localização</u>	<u>Produção em 2001</u> (Milhões de toneladas) ⁽¹⁾	<u>Receitas Líquidas em 2001</u> (Em milhões de US\$) ⁽²⁾	<u>Principais Produtos</u>
CSI	Estados Unidos	1,8	640	Aço laminado a quente; Aço laminado a frio; Aço galvanizado; Tubos de aço
CST ⁽³⁾	Brasil	4,9	866	Chapas de aço
USIMINAS	Brasil	4,6	1.259	Aço laminado a quente; Aço laminado a frio; Placas de aço pesadas; Aço eletro-galvanizado
Siderar	Argentina	1,9	778	Aço laminado a quente; Aço laminado a frio; Aço galvanizado; Placas de estanho

(1) Produção em milhões de toneladas de aço cru em relação a todas as siderúrgicas, exceto a CSI, e em milhões de toneladas de produtos acabados em relação à CSI.

(2) Representa os valores convertidos das Demonstrações Contábeis locais, em dólares norte-americanos (quando aplicável), com base nas taxas de câmbio vigentes no encerramento do exercício.

(3) Somos parte integrante de um acordo de acionistas que nos permite participar do grupo de controle.

O valor de mercado de nossos investimentos na CST, USIMINAS e Siderar, sendo todas companhias de capital aberto, foi de US\$ 224 milhões em 31 de dezembro de 2001. O valor agregado, líquido contábil, total destes investimentos foi de US\$ 65 milhões em 31 de dezembro de 2001. O valor agregado, líquido contábil, total dos investimentos nas indústrias siderúrgicas (incluindo CSI, uma companhia de controle privado) foi de US\$ 163 milhões em 31 de dezembro de 2001. Em 2001, recebemos US\$ 14 milhões em dividendos decorrentes destes investimentos.

Fertilizantes

Conduzimos nossos negócios de fertilizantes principalmente através de nossa participação na Fertilizantes Fosfatados S.A. ou Fosfértil, uma companhia que produz e vende nitrato e fosfato, fertilizantes básicos. Nossa participação no capital total e votante da Fosfértil é de 11,0%. Nosso principal sócio na Fosfértil é a Fertifós – Administração e Participações S.A..

Questões Regulamentares

Mineração

De acordo com a Constituição Brasileira, todos os recursos minerais no Brasil pertencem ao Governo Brasileiro. A Constituição Brasileira requer que companhias de mineração sejam constituídas em conformidade com a lei brasileira.

A Constituição Brasileira e o Código de Extração Mineral impõem às companhias de mineração várias restrições regulamentares relacionadas, entre outras coisas, à:

- maneira pela qual as jazidas minerais são exploradas;
- saúde e segurança dos operários;
- proteção e restauração do meio ambiente;
- prevenção de poluição, e
- promoção de comunidades locais onde as minas estão localizadas.

No Brasil, companhias de extração mineral somente podem explorar e extrair recursos minerais em conformidade com as autorizações de exploração ou concessões de extração mineral concedidas pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, ou DNPM, uma agência do Ministério das Minas e Energia do Governo Brasileiro. O DNPM concede autorizações de exploração para uma parte requerente inicial, as quais são válidas durante três anos. Estas autorizações podem ser renovadas a critério do DNPM por um outro período que varie de um a três anos. As atividades de exploração no local devem iniciar dentro de 60 dias da publicação oficial da emissão de uma autorização de exploração. Após as atividades de extração e exploração geológica na extremidade do local, o beneficiário deve apresentar um relatório final ao DNPM. Se a exploração geológica revelar a existência de uma jazida mineral que seja economicamente explorável, o beneficiário terá um ano (sujeito à prorrogação por parte do DNPM) desde a aprovação do relatório pelo DNPM para requerer uma concessão de extração mineral ou para transferir seu direito de requerer uma concessão de extração mineral para um terceiro. Após a concessão de uma autorização de extração mineral pelo DNPM, o detentor da concessão deverá iniciar as atividades de extração no local dentro de seis meses. O DNPM permite concessões de extração mineral por um período de tempo indeterminado que dura até o esgotamento da jazida mineral. Os minerais especificados na autorização que são extraídos pertencem ao detentor da concessão. Com a aprovação do DNPM, um detentor de concessão poderá transferir as concessões de extração mineral a terceiros que estejam qualificados à detenção de concessões. Em alguns casos as concessões de extração mineral estão sujeitas a contestações por terceiros.

O Governo Brasileiro impõe impostos às companhias de mineração com base nos minerais extraídos. Este também impõe outras obrigações financeiras. Por exemplo, as companhias de mineração devem compensar tanto os proprietários particulares por danos e lucros cessantes causados pelo uso ou ocupação do terreno, quanto o governo estadual ou municipal onde a mina está localizada. No caso de extração mineral em terrenos particulares, as companhias de mineração devem compartilhar a produção com os proprietários das terras. Uma maioria substancial de nossas minas e concessões de extração mineral ficam em terrenos de nossa propriedade ou em terras públicas pelas quais detemos concessões de extração de minérios.

Energia

De acordo com a presente estrutura, a indústria energética brasileira é totalmente regulamentada pelo Governo Brasileiro, através de atos emanados do Ministério das Minas e Energia e da ANEEL, agência governamental de regulamentação da energia brasileira. O papel do Ministério das Minas e Energia é desenvolver políticas e normas focados na organização e regulamentação do setor elétrico. A principal função da ANEEL é assegurar um eficiente e

econômico fornecimento de energia aos consumidores pelo monitoramento de preços e promoção da competitividade de mercado.

Sob a Lei nº 8.987 as concessionárias concedem direitos exclusivos de geração e distribuição de eletricidade numa área em particular por determinado período de tempo, que na opinião da ANEEL, é suficiente para o consignatário recuperar seus investimentos, até um limite de 35 anos, como nos casos das concessões de geração de energia. As concessões podem ser renovadas sob julgamento da ANEEL por um período adicional de mesma duração. Os consignatários são requisitados a fornecer eletricidade para serviços públicos com preços tabelados, de forma contínua, em quantidade suficiente e dentro de padrões de qualidades já aprovados.

A fim de amenizar a potencial volatilidade de receitas para as geradoras hidroelétricas, a ANEEL, têm implementado normas que criaram um Mecanismo de Realocação Energética, conhecido por MRE, um mecanismo de divisão do risco hidrológico entre todos os geradores.

Com o intuito de implantar o MRE, a ANEEL determinou níveis de produção energética, conhecida por Cota de Energia, para cada gerador, a cada cinco anos. A Cota de Energia é calculada de acordo com um modelo estatístico baseado na média de chuvas de uma dada região, correnteza dos rios e níveis de água de cada reservatório analisados num período múltiplo de anos. A Cada gerador é prometido um pagamento no valor da Cota de Energia, tão logo os membros do MRE como um todo são aptos a produzir nos níveis da Cota de Energia calculada pelo MRE. Para completar, um gerador assina contrato para a venda de suas Cotas de Energia, e recebe suas parcelas baseados nestas cláusulas contratuais, sem considerar seu nível atual de geração de energia. A cada gerador é permitido, nas bases contratuais, vender até 100% de sua Cota de Energia. Se todos os membros do MRE atingirem suas Cotas de Energia contratada e mesmo assim ainda restar energia produzida, então teremos uma nova alocação do excedente líquido regional entre geradores de diferentes regiões.

A energia será comercializada no mercado atacadista, ou MAE, pelos preços tabelados para a região em que a energia foi produzida. MAE é a entidade legalmente responsável pela operacionalização do mercado atacadista e procura garantir que toda compra de energia de curto prazo no mercado seja feita de forma clara e precisa. Originalmente criado como uma entidade auto-reguladora, em 22 de fevereiro de 2002, MAE tornou-se um entidade legal, supervisionada e regulamentada pela ANEEL, em virtude da mesma ter falhado na implantação de um mercado de energia auto-regulamentado. Da MAE é esperado o controle dos preços no mercado *spot* para energia de acordo com normas já em uso e disponíveis ao público. O preço *spot* é determinado pelo modelo denominado *Newave* que considera as melhores condições operacionais para sistemas integrados. Este modelo mudará para uma modelagem que reflita as condições de mercado mais adequadamente. Este novo modelo está sendo avaliado pelo Governo.

Os conceitos de Cota de Energia e o MRE, aliados aos contratos bilaterais entre geradores e distribuidores, determinam as receitas anuais de cada gerador. Contratos iniciais entre geradores e distribuidores são acordos de compra de energia nos quais as partes concordam em comprar e vender energia pelas tarifas estabelecidas pela ANEEL. Contratos iniciais terão validade e precificação para um período de transição até a completa desregulamentação do preço, quando os mesmos serão trocados por contratos bilaterais. Os contratos bilaterais entre geradores e distribuidores deverão ser livremente negociados com qualquer nível de preço e com qualquer fórmula de ajuste de preços, desde que de acordo com a legislação brasileira pertinente a indexação de preços contratuais.

Questões Ambientais

As legislações federal, estaduais e municipais incluem disposições relativas ao controle e proteção do meio ambiente no Brasil. Essas leis supervisionam a reclamação e restauração de áreas exploradas, o controle de emissões atmosféricas, o tratamento de efluentes industriais, bem como o uso, manipulação e eliminação final de materiais perigosos. É possível que as atuais regulamentações ambientais venham a se tornar mais rígidas no futuro. O fortalecimento dessas leis poderá levar a custos maiores em relação à observância de normas ambientais.

A fim de realizar nossas atividades de extração mineral e atividades industriais, devemos elaborar avaliações de impacto ambiental e apresentá-las às autoridades que supervisionam a concessão de permissões ambientais. Nossa companhia está comprometida com o cumprimento de todas as exigências legais e a obtenção da melhor relação com as partes interessadas, especialmente as comunidades localizadas próximas às suas atividades operacionais. A implantação do sistema de gestão ambiental em todas as nossas instalações e operações prevê a abordagem sistemática para a melhoria do cumprimento das normas legais e ambientais no que diz respeito às nossas atividades.

Conforme a Lei (Federal Brasileira) Nº 9.605, a não observância da legislação e regulamentação podem acarretar penalidades criminais, tais como detenção e outras restrições dos direitos pessoais de indivíduos (incluindo diretores, executivos e gerentes de empresas), e multas e mandatos garantindo serviços públicos as empresas. As penalidades administrativas abrangem desde advertências e multas à suspensão das atividades corporativas, podendo também incluir a perda ou redução de incentivos, ou o cancelamento ou interrupção das concessões de crédito por instituições governamentais.

Emissão de Licenças Ambientais. Temos que obter licenças ambientais para construir, instalar, expandir e operar instalações que utilizem recursos naturais ou que possam poluir o ambiente. Nossas políticas ambientais requer a obtenção das licenças exigidas pela legislação para cada uma de nossas instalações e atividades. Entramos em acordo com as autoridades ambientais competentes a respeito das instalações onde a não adequação ambiental foi verificada a fim de que possamos adequar essas as instalações às exigências.

Medidas de Prevenção e Controle Ambiental. Nossas políticas ambientais buscam, também, prevenir, controlar e reduzir o impacto ambiental causado por nossas operações. Para esse fim, fizemos investimentos ambientais significativos em nossas instalações e em programa de treinamento de empregados (aproximadamente US\$ 30,4 milhões em 2001). Estamos investindo, também, no desenvolvimento de projetos ambientais dirigidos às comunidades localizados nas imediações de nossas instalações.

Continuamos procurando melhorar a administração das nossas políticas ambientais. Estamos desenvolvendo novos programas de conscientização do uso da água, cobrança de informações integradas e melhora da administração de terras.

Também damos suporte a inúmeras atividades de longo prazo cujo objetivo é fornecer assistência as comunidades indígenas em vinte territórios abrangidos por nossas operações. Por exemplo, em Carajás, damos assistência a programas de educação, saúde e desenvolvimentos de infra-estrutura.

Em 1996, desenvolvemos um programa de gerenciamento ambiental que será implementado em todas nossas instalações e operações. Este programa proporciona uma abordagem sistemática para melhoria na observância da legislação e no desempenho ambiental de nossas atividades, além

de divulgar nosso comprometimento com elevados padrões ambientais. As instalações operacionais relacionadas a seguir obtiveram o certificado ISO (International Standards Organization) N° 14001:

- Centro de Desenvolvimento Mineral, localizado no estado de Minas Gerais;
- Minas de ferro e manganês situadas em Carajás, no estado do Pará;
- Complexo de mineração de Timbopeba, localizado em Mariana, no estado de Minas Gerais; e
- Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, no estado de São Luís;
- Minas de ferro localizadas em Alegria, Córrego do Meio e Agudo, todas no estado de Minas Gerais;
- Fábrica de Ligas Rio Doce Manganese Europe localizada em Dunkerque, na França;
- Complexo Industrial de Tubarão, no estado do Espírito Santo.

Principais Projetos Ambientais. De 1994 a 2000, desenvolvemos um programa ambiental englobando mais de 70 projetos, com um investimento total de aproximadamente US\$ 109 milhões, dos quais US\$ 50 milhões foram financiados pelo banco Mundial.

Um destes projetos, que visam reduzir a emissão atmosférica do complexo do Porto de Tubarão, resultou na melhoria da qualidade do ar da região (no estado do Espírito Santo), através da redução de 75% na emissão de partículas.

Com relação a melhoria da qualidade da água, atualmente estamos desenvolvendo diversos projetos, incluindo:

- Melhora da circulação da água, principalmente na limpeza do minério de ferro e sobras de carvão;
- Coleta e tratamento dos efluentes industriais decorrentes da lavagem das estradas de Tubarão e Itabira;
- Coleta e tratamento dos efluentes industriais descartados em lençóis de água.

Nosso programa ambiental também inclui projetos de reflorestamento que visam a proteção do solo contra o processo de erosão, tal como o Programa Corredor Verde na nossa ferrovia Vitória-Minas.

Também estamos desenvolvendo outros projetos exigidos pela legislação em conjunto com a recuperação de terrenos devastados durante o processo de mineração. As leis ambientais exigem que sejam gastos pelo menos 0,5% do custo total de cada empreendimento com impacto ambiental significativo para criação de e manutenção de reservas.

Também participamos na manutenção e preservação das florestas tropicais brasileiras, incluindo a Floresta Nacional de Carajás e a Reserva Natural do Vale do Rio Doce.

Marcas e Patentes

Detemos um significativo número de patentes registradas junto ao *Patent and Trademark Office* (“PTO”) e junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (“INPI”), órgãos responsáveis pela concessão e registro de direitos de propriedade industrial nos Estados Unidos da América e no Brasil, respectivamente. A maioria destas patentes refere-se a métodos de processamento de minério por nós desenvolvidos. Uma de nossas patentes mais bem-sucedidas refere-se a um processo de concentração de minério de ferro de baixo teor, conhecido pelo termo técnico “itabirito”, que é utilizado amplamente por companhias mineradoras em todo o mundo. Conduzimos atualmente pesquisas tecnológicas visando proporcionar meios de exploração comercial de nossos depósitos de itabirito rígido.

Nós detemos o registro da marca “CVRD” e de nosso logotipo característico junto ao INPI, nas classes relativas a:

- minérios em geral;
- serviços de geologia, prospecção, topografia, aerofotogrametria, oceanografia e agrimensura;
- serviços de preparo, tratamento e beneficiamento em geral;
- serviços de transporte de carga;
- serviços auxiliares ao transporte e armazenamento; e
- serviços de pesquisa e análise de materiais para fins industriais.

Efetuamos a renovação dos registros junto ao INPI em periodicidade decenal.

Seguros

Detemos apólices de seguros para cobertura de diversas modalidades de riscos, como responsabilidade civil geral, responsabilidade civil de diretores, veículos automotores, incêndio, riscos operacionais, riscos de terminais marítimos e transporte de valores, bem como uma apólice de seguro de vida em grupo, abrangendo os nossos funcionários. As apólices estão plenamente em vigor e os respectivos prêmios foram integralmente pagos. Entendemos que nossas coberturas de seguros estão adequadas às dimensões dos riscos a ela relacionados.

Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras

5.A. Resultados Operacionais

Práticas contábeis

As notas explicativas às nossas demonstrações contábeis consolidadas contem um resumo das nossas principais práticas contábeis e uma discussão sobre os recentes pronunciamentos publicados.

Nossas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária americana e as normas e pronunciamentos relacionados aos mesmos, que exigem gerenciamento da constituição de estimativas e responsabilidade nas suas aplicações porque estão relacionados a assuntos que são inerentemente incertos. Acreditamos que os assuntos a seguir são pertinentes as áreas de julgamento mais críticas ou envolvem um alto grau de complexidade na aplicação das práticas contábeis que normalmente afetam as condições das nossas demonstrações contábeis e resultado das operações:

Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo os encargos financeiros durante a construção das maiores instalações. Calculamos a depreciação pelo método da linha reta (linear) que leva em consideração a vida útil dos bens, principalmente uma média de 80 anos para as ferrovias, 20 anos para os navios, 25 anos para construções e benfeitorias e entre 10 e 20 anos para minas e outros equipamentos. Os desembolsos para manutenção e reparos são considerados como custos operacionais e despesas incorridas.

Capitalizamos os maiores custos de desenvolvimento para novas jazidas minerais ou de expansão da capacidade operacional das minas e amortizamos estas operações pelo método da unidade de produção baseado na quantidade total das reservas provadas e prováveis a serem recuperadas. Custos de exploração são levados ao resultado como despesa até as atividades das minas iniciarem, posteriormente tais custos são capitalizados junto com os demais custos de exploração. Capitalizamos os custos de desenvolvimento das minas desde o início de tal projeto.

Receitas e Despesas

Receitas são reconhecidas quando um produto ou serviço é transferido para o cliente. Despesas e custos são reconhecidos pelo regime de competência. Receita sobre exportação de produtos é reconhecida quando tais produtos são embarcados no navio. Receita sobre venda de produto no mercado interno é reconhecida quando a entrega é feita ao cliente. Receita sobre serviços de transporte, exceto transporte marítimo, é reconhecida quando a ordem de serviço foi executada. Receitas sobre transportes marítimos são reconhecidas baseadas na duração da viagem e a receita líquida, custos e despesas das viagens não completadas são diferidas até o período final. Provisão para perdas nas viagens são provisionadas quando prováveis e passíveis de razoável mensuração.

Imposto de Renda

De acordo com o SFAS 109 “Accounting for Income Taxes”, o imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias deverá ser reconhecido nas demonstrações contábeis consolidadas. Uma avaliação deste benefício fiscal é feita quando acreditamos que é mais provável que estes créditos fiscais não sejam recuperáveis no futuro.

5.A.1. Flutuações

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2001 em Comparação com o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2000

Receitas

As receitas operacionais líquidas subiram de US\$ 3.935 milhões em 2000 para US\$ 3.990 milhões em 2001, refletindo aumento nas receitas de minério de ferro e pelotas que foram parcialmente compensadas com quedas nas outras áreas de negócio.

As receitas provenientes do minério de ferro e pelotas subiram 19,4%, ou seja, de US\$ 2.177 milhões em 2000 para US\$ 2.600 milhões em 2001, representando um aumento no volume de vendas de 19,5%, ou seja, de 124,5 milhões de toneladas em 2000 para 148,8 milhões de toneladas em 2001, parcialmente compensado pela queda no preço médio de venda de 3,2% e um aumento de 3,3% decorrentes de alta margem na venda de produtos. Em 2001, tivemos um incremento na demanda em função de um crescimento no mercado chinês e por conseguinte nossas exportações para este país aumentaram de 9,2 milhões de toneladas em 2000 para 14,9 milhões de toneladas em 2001. A aquisição da Ferteco em abril de 2001, aumentou nossos volumes de minério de ferro e pelotas em 11,7 milhões de toneladas em 2001.

As receitas das vendas de ouro caíram 10,9%, ou seja, de US\$ 156 milhões em 2000 para US\$ 139 milhões em 2001, refletindo uma queda de 9,0% no volume de vendas e uma queda de 1,9% no preço médio de vendas. A redução no volume vendido ocorreu devido ao encerramento das minas de Almas e Caetés no final de 2000 e de uma redução na extração do primeiro trimestre de 2001 em função de problemas operacionais em duas outras minas que já foram contornados.

As receitas de outros produtos minerais subiram 3,4%, ou seja, de US\$ 412 milhões em 2000 para US\$ 426 milhões em 2001. Este aumento é devido principalmente ao aumento de preços que foi parcialmente compensado com uma redução de US\$ 35 milhões nas vendas de nossa coligada de ferro-ligas, SIBRA, em função de queda no preço médio. As vendas de Potássio e Kaulim também caíram em função de redução da demanda.

Receitas de serviços de transporte diminuíram 20,0%, ou seja, de US\$ 760 milhões em 2000 para US\$ 608 milhões em 2001. Esta redução é devido principalmente a redução de receitas serviços da Ferteco e Samitri em 2000 em função da aquisição destas companhias em maio de 2000 e em abril de 2001, respectivamente, que agora são eliminadas nas nossas demonstrações contábeis consolidadas. Receitas de serviços fornecidas para Ferteco e Samitri até suas aquisições totalizaram US\$ 20 milhões em 2001 e US\$ 86 milhões em 2000. Outros fatores que levaram a redução na receita de transporte incluíram um declínio nos preços de transportes domésticos de 13,0% como resultado da desvalorização do real em 2001, bem como a queda nas nossas receitas de transportes internacionais.

Receitas de produtos de alumínio (bauxita, alumina e alumínio) caíram em US\$ 78 milhões ou 21,5%, de US\$ 362 milhões em 2000 para US\$ 284 milhões em 2001. Desta redução total, US\$ 60 milhões ou 20,7% deve-se a queda nas vendas de alumínio. O restante de US\$ 18 milhões está relacionado a redução na revenda de alumina como resultado do aumento das vendas de alumina para outros acionistas da nossa coligada, Alunorte.

Receitas de outros produtos e serviços caíram 62,9%, ou seja, de US\$ 202 milhões em 2000 para US\$ 75 milhões em 2001, primeiramente decorrentes da queda nas receitas dos produtos provenientes do segmento de papel e celulose, seguidos do nosso desinvestimento, através da venda da Cenibra.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais caíram 4,2%, ou seja, de US\$ 2.429 milhões em 2000 para US\$ 2.327 milhões em 2001. Nossos custos e despesas são expressos em dólares norte-americanos, desta forma fomos afetados favoravelmente pela expressiva desvalorização do real frente ao dólar durante o ano de 2001 (de R\$ 1,9554 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2000 e de R\$ 2,3204 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2001, ou seja, uma desvalorização de 15,7%), porque a maioria destes custos e despesas são registrados em reais. A taxa média de conversão cambial foi de R\$ 2,2854 para US\$ 1,00 para o ano de 2001 e de R\$ 1,7975 para US\$ 1,00 para o ano de 2000, ou seja, uma desvalorização de 21,3%. Este decréscimo foi compensado parcialmente com um aumento de US\$ 109 milhões, ou seja, 4,8% em 2001, relacionado a nossa aquisição da Ferteco e um pequeno aumento decorrente da aquisição dos custos da Samitri no ano de 2001.

Os custos de minérios e metais vendidos subiram 12,8% (ou US\$ 182 milhões), ou seja, de US\$ 1.423 milhões em 2000 para US\$ 1.605 milhões em 2001, dos quais US\$ 124 milhões relacionam-se a aquisição da Ferteco. O aumento dos custos foi parcialmente compensado com o impacto favorável das flutuações das taxas de câmbio que estão estimadas em US\$ 90 milhões.

Os custos dos serviços de transporte caíram 21,4%, ou seja, de US\$ 481 milhões em 2000 para US\$ 378 milhões em 2001, em função da melhora do gerenciamento dos custos de transporte marítimo paralelo ao decréscimo nas receitas.

Os custos dos produtos de alumínio reduziram 19,5%, ou seja, de US\$ 334 milhões em 2000 para US\$ 269 milhões em 2001, refletindo os baixos níveis de atividades. O favorável efeito da flutuação das taxas de câmbio sobre os custos de produtos de alumínio é pequeno, uma vez que os custos relacionados são primariamente determinados por preços de mercado internacionais.

Os custos de outros produtos caíram 60,7%, ou seja, de US\$ 191 milhões em 2000 para US\$ 75 milhões em 2001, refletindo principalmente o decréscimo nos volumes de compra de papel e celulose como resultado do nosso desinvestimento neste segmento.

As despesas de vendas, gerais e administrativas subiram 7,1%, ou seja, de US\$ 225 milhões em 2000 para US\$ 241 milhões em 2001, devido principalmente a aquisição da Ferteco que aumentou estas despesas em US\$ 25 milhões ou 11,1% em 2001, parcialmente compensada pelos efeitos da flutuação das taxas de câmbio.

Os custos de pesquisa e desenvolvimento, de participação nos lucros e demais custos e despesas subiram 38,9%, ou seja, de US\$ 355 milhões em 2000 para US\$ 493 milhões em 2001. Este aumento é principalmente atribuído as provisões para desvalorização de ativos constituídas em 2001, incluindo expectativas de perdas na venda de navios (US\$ 34 milhões).

Receitas (Despesas) não Operacionais

As receitas (despesas) não operacionais líquidas saíram de um prejuízo não-operacional de US\$ 195 milhões em 2000 para um receita não-operacional de US\$ 191 milhões em 2001. O valor agregado de US\$ 386 milhões estão relacionados a ganhos nas vendas de investimentos (US\$ 784 milhões sobre nossos desinvestimentos nas participações societárias da Bahia Sul, CSN e Cenibra em 2001 que foi parcialmente compensado em US\$ 93 milhões de despesas financeiras líquidas adicionais em 2001, decorrentes principalmente de uma redução no resultado financeiro como consequência das baixas médias dos saldo de caixa e aplicações de liquidez imediata e dos efeitos negativos das flutuações das taxas de câmbios sobre nossas dívidas em dólar norte-americano, principalmente as de curto e longo prazo totalizando US\$ 251 milhões.

Imposto de Renda

Em 2001, registramos incentivos fiscais na ordem de US\$ 218 milhões. Contudo, nossa despesa com imposto de renda e contribuição social foram de US\$ 381 milhões calculadas nas bases da legislação vigente. A diferença deve-se principalmente ao benefício fiscal no pagamento de dividendos que efetuamos sob a forma de juros sobre o capital próprio aos nossos acionistas no valor de US\$ 260 milhões e US\$ 226 milhões devido a isenção de imposto sobre receita externa.

Coligadas e Joint Ventures

Nossa participação nos resultados das coligadas e *joint ventures* e as provisões para perdas sobre investimentos, em seu conjunto, totalizaram uma perda de US\$ 49 milhões em 2001 em comparação com um ganho de US\$ 260 milhões em 2000.

Em 2001, nossas coligadas do setor de alumínio registraram perdas devido ao efeitos da desvalorização do real sobre suas dívidas em moeda estrangeira. A Albras registrou uma ganho em 2001, do qual reconhecemos nossa parcela de US\$ 4 milhões contra uma provisão para perdas sobre investimentos. A Alunorte reportou um prejuízo, do qual reconhecemos nossa parcela de US\$ 6 milhões contra uma equivalência contábil. Em 2000, nossas parcelas de ganhos reportadas pela Albras e Alunorte foram de US\$ 66 milhões e US\$ 11 milhões, respectivamente.

Adicionalmente, aos efeitos das taxas de câmbio, os resultados operacionais das nossas principais coligadas e *joint ventures* do setor de alumínio em 2001 comparados ao ano de 2000, foram influenciados pelos seguintes fatores:

Albras – queda nos volumes de vendas de alumínio em 9,3%, ou seja, de 366.000 toneladas em 2000 para 332.000 toneladas em 2001, e decréscimo de 5,3% nos preços médios de vendas, ou seja, de US\$ 1.508,42 por tonelada em 2000 para US\$ 1.428,99 por tonelada em 2001.

Alunorte – queda nos volumes de vendas de alumina em 3,5%, ou seja, de 1.596.000 toneladas em 2000 para 1.540.000 toneladas em 2001, e decréscimo de 5,7% nos preços médios de vendas, ou seja, de US\$ 196,63 por tonelada em 2000 para US\$ 185,51 por tonelada em 2001.

MRN – queda nos volumes de vendas de bauxita em 2,6%, ou seja, de 11.242.000 toneladas em 2000 para 10.952.000 toneladas em 2001, e decréscimo de 1,1% nos preços médios de vendas, ou seja, de US\$ 21,18 por tonelada em 2000 para US\$ 20,95 por tonelada em 2001.

Durante 2001, vendemos nossa participação acionária na Bahia Sul e Cenibra, que juntas contribuíram com US\$ 108 milhões para o nosso resultado consolidado de 2000. Até a data de suas

respectivas vendas em 2001, estas duas empresas conjuntamente contribuíram com US\$ 11 milhões para a nossa receita líquida consolidada. Contudo, a venda da Bahia Sul e da Cenibra resultaram de um ganho único de US\$ 170 milhões e US\$ 507 milhões, respectivamente, que foram incluídas nas receitas (despesas) não-operacionais.

Nossas coligadas do setor siderúrgico foram afetadas além da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, por uma baixa demanda de mercado por produtos siderúrgicos que culminou na queda dos preços médios de vendas em 2001. Nossa coligada norte-americana, a CSI, também foi afetada pelos altos custos resultantes da crise de energia na Califórnia. Em 2001, registramos um prejuízo de US\$ 3 milhões para as operações destas coligadas contra um ganho de US\$ 17 milhões em 2000.

Nossa coligada ferroviária, a Centro-Atlântica, continuou com baixo desempenho em 2001, registrando um prejuízo de US\$ 95 milhões (que incluiu um baixa de *goodwill* no valor de US\$ 74 milhões) contra um prejuízo de US\$ 30 milhões em 2000. Estamos juntos com os outros acionistas estudando vários planos de reestruturação para este negócio.

Em 2001, os resultados de equivalência de outros investimentos foram em geral menores do que os de 2000 devido aos efeitos da desvalorização do real e das difíceis condições de comercialização.

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2000 em Comparação com o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 1999

Receitas

As receitas operacionais líquidas subiram 27,9%, ou seja, de US\$ 3.076 milhões em 1999 para US\$ 3.935 milhões em 2000, refletindo melhorias na maioria das áreas de nossas atividades comerciais, conforme relatado abaixo.

As receitas provenientes do minério de ferro e pelotas subiram 28,5%, ou seja, de US\$ 1.694 milhões em 1999 para US\$ 2.177 milhões em 2000, representando um aumento no volume de vendas de 29,3%, ou seja, de 96,3 milhões de toneladas em 1999 para 124,5 milhões de toneladas em 2000, parcialmente compensado por mudanças no *mix* de produtos. Nossas aquisições da Samitri e Mineração Socoimex S.A., conhecida por Socoimex, s. A demanda foi intensa em todos os nossos principais mercados, de forma notória na Europa, Ásia e Brasil. Uma parte do aumento das receitas deve-se à rescisão de contratos de *tolling* com nossas *joint ventures* de pelletização. Atualmente vendemos minério para estas *joint ventures* e compramos pelotas. Em decorrência desta transação, houve um aumento tanto nas receitas como nos custos de minérios e metais vendidos.

As receitas das vendas de ouro subiram 0,6%, ou seja, de US\$ 155 milhões em 1999 para US\$ 156 milhões em 2000, refletindo um aumento de 1,2% no volume de vendas, compensado por uma queda de 0,6% nos preços médios.

As receitas de outros produtos minerais subiram 135,4%, ou seja, de US\$ 175 milhões em 1999 para US\$ 412 milhões em 2000. Este aumento inclui US\$ 207 milhões devidos à consolidação, em 2000, de nossas subsidiárias de ferro ligas e caulim por ocasião da aquisição do controle de nossos antigos parceiros nestas empresas, além da melhoria dos volumes e preços médios em nossas atividades de manganês.

As receitas dos serviços de transporte subiram 18,4%, ou seja, de US\$ 642 milhões em 1999 para US\$ 760 milhões em 2000, principalmente devido ao aumento de 67,3% nas receitas de nossa subsidiária de transporte marítimo, ou seja, de US\$ 162 milhões em 1999 para US\$ 271 milhões em 2000, refletindo um aumento de 37,2% nos preços médios e um aumento de 23,2% na tonelagem transportada.

As receitas oriundas de produtos de alumínio (bauxita, alumina e alumínio) permaneceram praticamente inalteradas, US\$ 362 milhões em 2000 e US\$ 363 milhões em 1999. Os volumes de vendas de alumínio apresentaram uma queda de 21% em 2000, em comparação com 1999, principalmente em função da rescisão de nosso contrato de *tolling* com a Valesul (subsidiária não consolidada), desde então aquela empresa vende sua produção diretamente ao mercado, e não por intermédio de nossa subsidiária integral, Aluvale, compensada por aumentos nos preços médios e aumentos nas vendas de alumina.

As receitas de outros produtos e serviços subiram 57,8%, ou seja, de US\$ 128 milhões em 1999 para US\$ 202 milhões em 2000, resultantes fundamentalmente de aumentos nos preços internacionais para produtos de papel e celulose. Estamos atualmente em processo de desinvestimento na área de papel e celulose.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais subiram 36,9%, ou seja, de US\$ 2.156 milhões em 1999 para US\$ 2.951 milhões em 2000. Este aumento inclui US\$ 234 milhões, ou 10,9%, em 2000, devido a recente aquisição de subsidiárias, o que, no total, gerou US\$ 308 milhões de receitas consolidadas adicionais. Desse montante US\$ 101 milhões são relativos à aquisição da Samitri e da Socoimex, e US\$ 207 milhões referem-se a consolidação das subsidiárias de ferro ligas e caulim.

Os custos de minérios e metais vendidos subiram 42,9%, ou seja, de US\$ 996 milhões em 1999 para US\$ 1.423 milhões em 2000, ou 7,3% superior ao aumento obtido nas receitas. Isso reflete principalmente os custos de aquisição de pelotas em função da rescisão dos contratos de *tolling* com coligadas e os aumentos nos custos de óleo combustível.

Os custos dos serviços de transporte subiu 30,7%, ou seja, de US\$ 368 milhões em 1999 para US\$ 481 milhões em 2000, ou 12,3% superior ao aumento nas receitas. Os mais importantes fatores desse aumento foram a tendência crescente nos custos de óleo combustível (basicamente determinados pelo mercado internacional) e o aumento nos volumes, parcialmente compensados em termos de receita por preços mais baixos nos serviços de transportes, excluindo-se o marítimo.

Os custos dos produtos de alumínio vendidos subiu 3,4%, ou seja, de US\$ 323 milhões em 1999 para US\$ 334 milhões em 2000, refletindo os aumentos no preço de compra destes produtos, substancialmente compensado por quedas nos volumes adquiridos.

Os custos de outros produtos subiu 60,5%, ou seja, de US\$ 119 milhões em 1999 para US\$ 191 milhões em 2000, basicamente em função de aumentos nos preços de produtos de papel e celulose.

As despesas de vendas, gerais e administrativas subiram 63,0%, ou seja, de US\$ 138 milhões em 1999 para US\$ 225 milhões em 2000. A recente aquisição de subsidiárias acrescentou US\$ 36 milhões a esses custos, ou 26,1%, em 2000. Os custos gerais e administrativos apresentaram um aumento adicional de US\$ 28 milhões em 2000 em comparação com 1999, em decorrência da transferência de várias funções, de controle, jurídicas e de tecnologia da informação

das divisões operacionais para o centro corporativo e terceirização das atividades de informática. O aumento remanescente de US\$ 23 milhões é atribuído ao aumento das despesas de vendas e gerais decorrente do efeito da atividade comercial.

Os custos de pesquisa e desenvolvimento, de participação nos lucros e demais custos e despesas subiram 40,1%, ou seja, de US\$ 212 milhões em 1999 para US\$ 297 milhões em 2000 principalmente em função do aumento da atividade de pesquisa geológica visando as jazidas de cobre e provisões para contingências fiscais e trabalhistas, que foram US\$ 24 milhões mais elevados em 2000 do que em 1999.

Receitas (Despesas) não Operacionais

As despesas não operacionais líquidas subiram de US\$ 250 milhões em 1999 para US\$ 253 milhões em 2000. Apesar da taxa de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano em 2000 ter sido inferior à de 1999, reduzindo, dessa forma, nossa perda cambial e monetária líquida em até US\$ 71 milhões (principalmente em relação à nossa dívida em moeda estrangeira), esse impacto positivo foi compensado por um aumento nas despesas financeiras da ordem de US\$ 82 milhões, em sua maioria relacionadas ao aumento da tomada de empréstimos (US\$ 53 milhões) e aos impostos sobre operações financeiras (US\$25 milhões).

Imposto de Renda

Em 2000, obtivemos a aprovação de determinados incentivos fiscais relativos às nossas operações de minério de ferro e manganês em Carajás, o que resultou em uma economia fiscal de US\$ 31 milhões. Consequentemente, nosso benefício relativo ao imposto de renda foi de US\$ 32 milhões em 2000, em comparação com uma despesa de US\$ 33 milhões em 1999. Também continuamos pagando dividendos dedutíveis do imposto de renda aos nossos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, o que reduziu nossos impostos a pagar em até US\$ 222 milhões em 2000, em comparação com US\$ 181 milhões em 1999.

Coligadas e Joint Ventures

Nossa participação nos resultados das coligadas e *joint ventures* e as provisões para perdas sobre investimentos, em seu conjunto, totalizaram um ganho de US\$ 322 milhões em 2000, em comparação com um prejuízo de US\$ 227 milhões em 1999.

Em 1999, a maioria de nossas coligadas e *joint ventures* no Brasil registrou perdas devido aos efeitos da desvalorização do real em suas dívidas em moeda estrangeira. Nossas coligadas no setor de alumínio foram especialmente afetadas. A ALBRAS registrou um prejuízo de US\$ 203 milhões, dos quais reconhecemos US\$ 104 milhões pelo método da equivalência patrimonial. A ALNORTE registrou um prejuízo de US\$ 137 milhões, dos quais reconhecemos US\$ 89 milhões pelo método da equivalência patrimonial. Em 2000, com uma taxa de câmbio mais estável e melhorias no preço, todas as nossas coligadas e *joint ventures* registraram resultados positivos, com exceção da Ferrovia Centro-Atlântica e da CFN, investimentos ferroviários.

Os resultados operacionais de nossas principais coligadas e *joint ventures* em 2000, em comparação com 1999, foram influenciados pelos principais fatores a seguir:

Albras – A Albras contribuiu com US\$ 66 milhões para os nossos resultados em 2000. O volume de vendas de alumínio cresceu 2,8%, ou seja, de 356.000 toneladas em 1999 para 366.000

toneladas em 2000, e os preços médios subiram 16,0%, ou seja, de US\$ 1.300,35 por tonelada em 1999 para US\$ 1.508,42 por tonelada em 2000.

Alunorte - A Alunorte contribuiu com US\$ 11 milhões para os nossos resultados em 2000. O volume de vendas de alumina cresceu 14,8%, ou seja, de 1.418.000 toneladas em 1999 para 1.628.000 toneladas em 2000, e os preços médios subiram 16,9%, ou seja, de US\$ 168,17 por tonelada em 1999 para US\$ 196,63 por tonelada em 2000.

MRN - A MRN contribuiu com US\$ 36 milhões para os nossos resultados em 2000. O volume de vendas de bauxita cresceu 3,3%, ou seja, de 10.884.000 toneladas em 1999 para 11.242.000 toneladas em 2000, e os preços médios subiram 3,2%, ou seja, de US\$ 20,53 por tonelada em 1999 para US\$ 21,18 por tonelada em 2000.

Bahia Sul - A Bahia Sul contribuiu com US\$ 42 milhões para os nossos resultados em 2000, comparado com os US\$ 13 milhões em 1999. O volume de vendas de celulose caiu 8,7%, ou seja, de 402.000 toneladas em 1999 para 367.000 toneladas em 2000, e os preços médios de celulose subiram 31,5%, ou seja, de US\$ 470 por tonelada em 1999 para US\$ 618 por tonelada em 2000. O volume de vendas de papel reduziu 2,3%, ou seja, de 216.000 toneladas em 1999 para 211.000 toneladas em 2000, e os preços médios de papel subiram 28,8%, ou seja, de US\$ 640 por tonelada em 1999 para US\$ 824 por tonelada em 2000. No 1º semestre de 2001 vendemos nossa participação na Bahia Sul, por US\$ 318 milhões, sendo que US\$ 2,4 milhões correspondem aos dividendos relativos ao exercício de 2000.

Cenibra - A Cenibra contribuiu com US\$ 66 milhões para os nossos resultados em 2000. O volume de vendas de celulose reduziu 2,5%, ou seja, de 809.000 toneladas em 1999 para 789.000 toneladas em 2000, e os preços médios subiram 38,0%, ou seja, de US\$ 425,79 por tonelada em 1999 para US\$ 587,54 por tonelada em 2000. Em junho de 2001, nosso antigo sócio concordou em comprar nossa participação na Cenibra por US\$670,5 milhões. Esta transação foi concluída em setembro de 2001.

Coligadas do setor siderúrgico – Os aumentos nos volumes e preços, mais os ganhos de produtividade, produziram uma contribuição de US\$ 59 milhões para os nossos resultados em 2000. Desse total, US\$ 13 milhões têm relação com desinvestimentos ocorridos em 2000 ou 2001. Estamos procedendo à venda de algumas de nossas participações remanescentes em aço. Em 1999 a desvalorização do real afetou de forma substancial os resultados dessas coligadas, representando uma contribuição de apenas US\$ 7 milhões nos ganhos consolidados naquele ano.

5.A.2. Inflação

Conforme medida pelo Índice IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, a taxa de inflação no Brasil foi de aproximadamente 7,7% em 1997, 1,8% em 1998, 20,1% em 1999, 9,9% em 2000 e 10,4% em 2001.

Antes de 1º de julho de 1997, o Brasil era considerado como sendo um país de economia hiperinflacionária. Para os períodos anteriores a 1º de julho de 1997, traduzimos (convertemos) nossas Demonstrações Contábeis em dólares norte-americanos, a partir das Demonstrações Contábeis apresentadas em reais, em conformidade com o disposto no “Statement of Financial Accounting Standards 52 – Foreign Currency Translation” (“SFAS 52”). De acordo com os procedimentos de tradução das Demonstrações Contábeis por nós adotados, convertemos itens não-monetários (estoques, imobilizado, depreciação e exaustão acumuladas, bem como contas do patrimônio líquido) às taxas de câmbio históricas. Convertemos ativos e passivos monetários

denominados em reais, às taxas de câmbio de final de período. Incluímos o lucro ou prejuízo de conversão resultante deste processo nas demonstrações de resultados nas referidas datas.

Em 1º de julho de 1997, concluímos que a economia brasileira deixou de ser altamente inflacionária para os fins das SFAS 52 e modificamos nossa moeda funcional de moeda *report*, dólares norte-americanos, para a moeda local, reais brasileiros. Portanto, em 1º de julho de 1997, convertimos os saldos em dólares norte-americanos dos ativos e passivos não-monetários em reais, à taxa de câmbio da referida data. Estes valores convertidos passaram a ser as novas bases contábeis para tais ativos e passivos. Em cada período findo após 1º de julho de 1997, reavaliamos todos os ativos e passivos em dólares norte-americanos, à taxa de câmbio então vigente, e todas as contas das demonstrações dos resultados e de fluxos de caixa, às taxas médias vigentes no período aplicável. Incluímos o lucro ou prejuízo de conversão resultante deste processo de conversão em item específico denominado ajustes cumulativos de conversão no patrimônio líquido.

5.A.3. Flutuações de Moeda

A maioria de nossas vendas continuará sendo denominada em dólares, ao passo que a maioria de nossos custos (além das despesas financeiras) continuarão a ser denominados em moeda brasileira. Consequentemente, quando o real se apresenta relativamente forte frente ao dólar, isto tende a produzir um efeito negativo sobre os nossos resultados financeiros divulgados provenientes de operações, e vice-versa. Por outro lado, em virtude da maioria de nossas dívidas (e das dívidas de *joint ventures* e coligadas) ser denominada em dólares, uma relativa fragilidade do real faz com que registremos prejuízos monetários e cambiais.

5.A.4. Políticas Governamentais

As ações e fatores econômicos, fiscais, monetários e políticos brasileiros nos afetaram no passado e nos afetarão no futuro. Além disso, somos afetados por essas ações e fatores nos mercados em que vendemos nossos produtos, principalmente Europa e Ásia. Vide *Item 3.D. - Fatores de Risco* para obter uma descrição dessas políticas e fatores que podem afetar nossos resultados de operações.

As políticas do Governo Brasileiro podem ainda afetar seus direitos na qualidade de detentor de nossas ADSs. Vide *Item 10.D. Controles de Câmbio e Outras Restrições que Afetam os Detentores de Títulos Mobiliários*.

5.B. Liquidez e Recursos de Capital

5.B.1. Liquidez

Nossas principais fontes de liquidez derivam do caixa gerado a partir de operações e empréstimos de curto e longo prazos garantidos e não garantidos. Acreditamos que essas fontes continuarão sendo adequadas para atender aos nossos atuais usos de fundos, o que inclui capital de giro, capital de investimento, gastos capitalizados, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Examinamos, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos, e, caso uma oportunidade adequada venha a surgir, investiremos. Podemos fazer quaisquer investimentos futuros tanto diretamente quanto através de subsidiárias, *joint ventures* ou empresas coligadas, e podemos financiar esses investimentos por fundos gerados internamente, captação da dívida ou de aporte, ou pela combinação desses métodos.

Em consequência de nossas aquisições em 2001, geramos uma redução líquida no caixa e equivalentes de US\$ 94 milhões, em comparação com uma redução líquida de US\$ 242 milhões em 2000 e um aumento líquido US\$ 264 milhões em 1999. Em 31 de dezembro de 2001, possuíamos caixa e equivalentes de US\$ 1.117 milhões.

Fontes de Recursos

As atividades operacionais forneceram fluxos de caixa líquidos de US\$ 1.518 milhões no ano 2001, em comparação com US\$ 1.424 milhões em 2000 e US\$ 1.336 milhões em 1999.

As atividades de financiamento (antes das distribuições aos acionistas), que incluem empréstimos de curto e longo prazos garantidos e não garantidos e amortizações de dívida, originaram fluxos de caixa líquidos de US\$ 79 milhões em 2001, em comparação com o fluxo de caixa líquido utilizado de US\$ 176 milhões em 2000 e fluxos de caixa líquido gerados de US\$ 41 milhões em 1999. Em 2001, nossa principal fonte de recursos de empréstimo foi uma securitização de recebíveis de US\$ 300 milhões.

Em 31 de dezembro de 2001, nosso saldo devedor total era de US\$ 2.948 milhões, constituído de dívidas de curto prazo de US\$ 757 milhões, incluindo US\$ 168 milhões de empréstimos de *joint ventures* e empresas coligadas relativos ao sistema de administração de caixa do Grupo CVRD, e dívidas de longo prazo (excluindo a parte de curto prazo) de US\$ 2.191 milhões, incluindo US\$ 21 milhões em empréstimos provenientes de partes relacionadas. Nossa dívida de curto prazo consiste fundamentalmente de financiamentos comerciais denominados em dólares norte-americanos, principalmente títulos na forma de pré-pagamentos às exportações e adiantamentos de exportações junto às instituições financeiras brasileiras e estrangeiras.

Usos de Recursos

As atividades de investimento, incluindo principalmente aquisições, outros gastos capitalizados e investimentos e empréstimos as *joint ventures* e empresas coligadas, consumiram fluxos de caixa líquidos de US\$ 531 milhões no ano 2001, em comparação com os US\$ 1.489 milhões em 2000 e com os US\$ 469 milhões em 1999.

Outros usos significativos de caixa incluíram:

- amortização de dívida, que consumiu US\$ 350 milhões em 2001, US\$ 444 milhões em 2000 e US\$ 347 milhões em 1999, e
- pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, que consumiu US\$ 1.066 milhões em 2001, US\$ 246 milhões em 2000 e US\$ 452 milhões em 1999.

5.B.2. Dívida

Nossa dívida de longo prazo consiste principalmente em títulos e empréstimos denominados em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2001, aproximadamente US\$ 633 milhões de nossa dívida estava garantida por alguns de nossos ativos.

Excetuando as notas perpétuas, que não possuem data de maturação prevista, toda a nossa dívida de longo prazo tem vencimento provável até 2011, em conformidade com o cronograma abaixo.

<u>Até 31 de dezembro de</u>	<u>(em milhões de US\$)⁽¹⁾</u>	
2003	\$	662
2004		725
2005		255
2006		151
2007		225
2008 em diante		97
Sem data de vencimento (Notas perpétuas)		55
Total	<u>\$</u>	<u>2.170</u>

(1) Exclui US\$ 21 milhões em empréstimos com partes relacionadas.

Em março de 2002, emitimos aproximadamente US\$ 300 milhões em títulos com vencimento em 2007.

Usamos instrumentos derivativos para administrar nossa exposição a flutuações de taxas de juros. Vide *Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre o Risco de Mercado*. Dando validade a esses instrumentos, em 31 de dezembro de 2001 nossa taxa efetiva de juros (média ponderada) sobre dívidas de longo prazo era de 5,4097%.

Alguns de nossos instrumentos de dívida de longo prazo contêm acordos financeiros restritivos. Em 31 de dezembro de 2001 estávamos em conformidade com tais acordos e acreditamos que seremos capazes de operar dentro de seus prazos em relação ao futuro previsível. Nenhum destes acordos restringe diretamente nossa capacidade de pagar dividendos sobre participações acionárias em nível de Controladora.

5.B.3. Orçamento para Investimento de Capital

A tabela abaixo disponibiliza informações a respeito do orçamento de investimento de capital para 2002.

<u>Por Área de Negócio</u>	<u>Dispêndios Orcados para 2002</u> <u>(em milhões de US\$)</u>	
Ferrosos	\$	406 57,8%
Não Ferrosos		61 8,7
Logística		51 7,3
Energia		139 19,8
Centro Corporativo		45 6,4
Total	<u>\$</u>	<u>702 100,0%</u>

Mudanças estruturais na produção de ferro e aço vêm gerando uma demanda global crescente de pelotas e redução da volatilidade do mercados de pelotas. Vide *Item 4.B., 4.C. e 4.D. Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado – Nossos Pontos Fortes – Bem Posicionados para Atender uma Industria de Aço em Mudança*. Na convicção de que esta tendência continuará nos próximos anos, temos investido pesado em nossas operações de pelotas. Em 2002 destinamos US\$ 50 milhões para o projeto de construção da usina de pelotização em São Luís que foi concluída no primeiro trimestre de 2002.

Com o objetivo de aumentar a produtividade e de atender ao aumento da demanda que prevemos em função da construção da fábrica de pelotização de São Luís, destinamos investimentos de US\$ 206,3 milhões para projetos de exploração de minério de ferro e US\$ 37,8 milhões para

logística. No Sistema Sul pretendemos gastar US\$ 7,5 milhões na ampliação da capacidade da mina de Gongo Soco de 7 para 8,4 milhões de toneladas, US\$ 6,7 milhões na ampliação da vida útil da mina Timbopeba e da unidade de beneficiamento de Capanema. No Sistema Norte temos a intenção de gastar US\$ 17,7 milhões na construção de um novo embarcadouro no Terminal Portuário de Ponta da Madeira, aumentando a capacidade do porto para 56 milhões de toneladas, e US\$ 10 milhões para a ampliação da capacidade das instalações de armazenamento de minério de ferro. Além disso, gastaremos aproximadamente US\$ 40,8 milhões em projetos para melhorar a infraestrutura com relação à operação da usina de pelotização em São Luís.

A futura desregulamentação do setor elétrico, e a pressão criada pela demanda face ao crescimento econômico, indica uma tendência de crescimento de preços de energia elétrica no Brasil. Investimentos em energia, para o qual existe um orçamento de US\$ 139 milhões em 2002, deverão compor uma poderosa ferramenta para controle e redução de custos e geração de receitas. Este orçamento inclui US\$ 125 milhões o qual será absorvido por projetos em hidroelétricas em andamento como Aimorés, Porto Estrela, Candonga, Funil, Capim Branco I e II e Foz do Chapecó.

A maior parte do orçamento para aquisição de imobilizado está relacionada à reposição e melhoria a ser alocado no Sistema Sul, devendo ser gasto principalmente na modernização e crescimento da capacidade das minas e da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Vamos modernizar os sistemas de controle e manutenção da ferrovia e substituiremos uma série de sistemas de processamento nas minas.

5.C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças Etc.

Nossas atividades de exploração mineral encontram-se atualmente focadas para a identificação de jazidas de cobre e ouro para futuras explorações. Comprometemo-nos com US\$ 27 milhões, US\$ 48 milhões e US\$ 43 milhões para exploração geológica em 1999, 2000 e 2001, respectivamente.

5.D. Informações sobre Tendências

Vários fatores afetarão nossos futuros resultados de operações, liquidez e recursos de capital, incluindo:

- os preços contratuais de minério de ferro e pelotas e os preços de mercado mundiais relativos ao alumínio e ouro;
- o nível de demanda no mercado transoceânico para nosso minério de ferro e pelotas;
- o nível de demanda de nossos serviços de transporte para terceiros;
- a relação entre o real e o dólar norte-americano, no qual a maior parte de nossas vendas é denominada;
- os resultados das operações de *joint ventures* e de empresas coligadas (especificamente de nossas *joint ventures* dedicadas à produção de alumínio e pelotas) registrados de acordo com o método de equivalência patrimonial em nossas Demonstrações Contábeis;
- o racionamento de energia elétrica no Brasil, e
- a legislação tributária brasileira.

Preços

Os preços de nossos principais produtos minerais são flutuantes, apesar dos preços de minério de ferro e de pelotas serem menos voláteis do que os do alumínio e ouro. Existem previsões no sentido de essas flutuações terem continuidade.

A tabela abaixo apresenta nossos preços de referência trimestrais de *sinter feed* em dólares norte-americanos para vendas de exportação de minério de ferro e pelotas e aos preços trimestrais do mercado mundial para o ouro e alumínio em relação aos períodos indicados.

	Minério de Ferro			Ouro (por onça troy) ⁽⁴⁾	Alumínio (por libra) ⁽⁵⁾
	Mercado Asiático ⁽¹⁾	Mercado Europeu ⁽¹⁾⁽²⁾ (por tonelada)	Pelotas ⁽³⁾		
1º trimestre de 1998	US\$ 15,82	US\$ 19,21	US\$ 34,66	US\$ 301	US\$ 0,66
2º trimestre de 1998	15,78	19,21	34,66	296	0,60
3º trimestre de 1998	15,78	19,21	34,66	294	0,61
4º trimestre de 1998	15,78	19,21	34,66	288	0,57
1º trimestre de 1999	15,78	17,10	30,07	279	0,62
2º trimestre de 1999	14,48	17,10	30,07	261	0,60
3º trimestre de 1999	14,48	17,10	30,07	299	0,68
4º trimestre de 1999	14,48	17,10	30,07	290	0,71
1º trimestre de 2000	14,48	17,82	31,87	277	0,75
2º trimestre de 2000	15,35	17,82	31,87	288	0,68
3º trimestre de 2000	15,35	17,82	31,87	274	0,72
4º trimestre de 2000	15,35	17,82	31,87	274	0,67
1º trimestre de 2001	15,35	18,68	32,46	258	0,69
2º trimestre de 2001	16,01	18,68	32,46	269	0,67
3º trimestre de 2001	16,01	18,68	32,46	293	0,62
4º trimestre de 2001	16,01	18,68	32,46	278	0,61

- (1) Representa nossos preços de referência trimestrais para o minério *sinter feed* padrão para vendas de exportação relativas aos períodos indicados (FOB Tubarão – mercado asiático e FOB São Luís – mercado europeu) e não o preço efetivamente realizado nas vendas.
- (2) Os preços do minério de ferro brasileiro estão de modo geral baseados no preço de referência do mercado europeu.
- (3) Representa nossos preços de referência trimestrais padrão de pelota para vendas de exportação relativas ao período indicado (FOB Tubarão) e não o preço real realizado nas vendas.
- (4) Representa os preços do Mercado de Ouro de Londres.
- (5) Representa os preços da Bolsa de Metais de Londres (cotações médias de três meses).

Minério de Ferro. Nossas vendas de exportação de minério de ferro são feitas, de modo geral, em conformidade com contratos de fornecimento de longo prazo que prevêm ajustes de preços anuais. Alterações cíclicas na demanda global por produtos de aço afeta os preços e volumes das vendas no mercado mundial de minério de ferro. Diferentes fatores, tais como o teor de ferro de jazidas de minério específicas, os vários processos de beneficiamento e purificação necessários para produzir o produto final desejado, tamanho de partícula, teor de umidade e o tipo e concentração de contaminantes (tais como fósforo, alumina e manganês) no minério influenciam os preços contratuais para o minério de ferro. Os preços contratuais também dependem dos custos de transporte. Finos, granulados e pelotas tipicamente fixam diferentes preços. Geralmente realizamos

negociações de preços anuais de novembro a fevereiro de cada ano, com preços separados estabelecidos para os mercados de minério de ferro asiático e europeu. No mercado asiático, os preços renegociados entram em vigor em abril de cada ano. No mercado europeu, os preços renegociados entram em vigor em janeiro de cada ano. Em virtude da ampla variedade de qualidade e características físicas do minério de ferro e pelotas, estes possuem menos características de *commodities* do que outros minerais. Esse fator, combinado com a estrutura do mercado, impediu o desenvolvimento de um mercado futuro de minério de ferro. Não celebramos operações de *hedge* relacionadas à nossa exposição à volatilidade de preços do minério de ferro.

Ouro. Vendemos ouro em um mercado global ativo no qual os preços respondem a mudanças diárias na oferta e demanda. Geralmente procuramos administrar os riscos associados às mudanças nos preços do ouro por meio de transações de *hedge*. Vide Item 11. *Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre o Risco de Mercado.*

Alumínio. Vendemos nosso alumínio em um mercado mundial ativo em que os preços são determinados com relação aos preços vigentes em mercados terminais, tais como a Bolsa de Metais de Londres e a Commodity Exchange, Inc. (Bolsa de Commodities), ou COMEX, na época da entrega. Vendemos o alumínio comprado, a partir da nossa *joint venture* Albras, em conformidade com o compromisso de *take or pay* de 51% (representando nossa participação acionária proporcional) da produção anual de alumínio da *joint venture*. Ainda que o nosso compromisso de compra anual possa ser substancial, aproximadamente US\$ 256 milhões em 2001, os preços em vigor no mercado mundial para o alumínio (sujeitos a descontos de acordo com os termos de nossos contratos de *joint venture*) determinam os preços de compra de nosso alumínio. A Albras está procurando administrar os riscos associados às mudanças nos preços do alumínio por meio de transações de *hedge*. Para maiores detalhes sobre o *hedge* de alumínio, vide Item 11. *Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre o Risco de Mercado.*

Demanda

A demanda por nossos produtos de minério de ferro constitui uma função de demanda por aço em âmbito mundial, que, por sua vez, é fortemente influenciada pela atividade econômica em âmbito mundial. A demanda mundial de aço deu uma retraída em 2001 se comparado a 2000. Uma diminuição da atividade econômica na Europa e Ásia afetará diretamente a demanda por nossos produtos de minério de ferro, apesar da ocorrência típica de um efeito de defasagem. A demanda por outros produtos minerais é também influenciada em vários graus pela atividade econômica mundial.

A demanda por nossos serviços de transporte de terceiros é influenciada pelo crescimento da economia brasileira bem como pela importação e exportação de produtos pelo Brasil.

Efeitos pelo Método de Equivalência Patrimonial e Investimentos a Preço de Custo

A condição financeira e os resultados das operações de nossas *joint ventures*, empresas coligadas e investimentos têm produzido um impacto significativo sobre nossos resultados de operações e sobre a nossa condição financeira no passado. Nossos desinvestimentos nos setores de aço, celulose e papel devem limitar esse efeito em períodos futuros, embora as atividades de nossas *joint ventures* de alumínio e pelotas permaneçam sendo importantes. Vide nota 10 de nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas para a obtenção de informações a respeito desses efeitos.

Crescimento do custo de extração

Algumas de nossas minas, tais como Cauê, Conceição e Capanema, estão operando a bastante tempo e podem sofrer redução gradual no curso normal de operações de uma empresa de mineração. O aumento no custo de extração dessas minas não afetaram materialmente nossos resultados das operações tendo em vista que o aumento foi compensado com ganhos de produtividade e pelos efeitos favoráveis do cambio sobre esses custos.

Custos com Eletricidade

Custos com eletricidade constituem um componente significativo do custo de produção do alumínio. Nossa fábrica de alumínio, a Alumínio Brasileiro S.A., ou Albras, obtém energia elétrica com taxas inferiores às que prevalecem no mercado a partir de um contrato de 20 anos com a Eletronorte, empresa estatal fornecedora de energia elétrica. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 as taxas de mercado eram US\$22,87, US\$24,48 e US\$23,36 por MWh respectivamente. O preço médio pago pela Albras nos mesmos períodos foram US\$11,27, US\$11,93 e US\$10,56 por MWh respectivamente. O contrato com a Eletronorte vence em maio de 2004.

Efeitos da Atual Crise Energética no Brasil

Em 1 de junho de 2001, o Governo Brasileiro, como parte do seu programa de racionamento de energia, determinou uma redução de 20% no consumo em relação a média dos meses de maio, junho e julho de 2000. As operações de Alumínio e Ferro-ligas são consideradas como eletro-intensivas e, para essas atividades a redução de consumo determinada foi de 25% relativo ao consumo médio dos meses de maio, junho e julho de 2000. Nosso consumo total de energia esperado para 2001 era de 14,5 TWh. Contudo, em função do programa de racionamento, nosso consumo em 2001 foi de 12,5 TWh. Em 2000 nosso consumo total de energia foi de 13,8 TWh. Como resultado, nós reduzimos nossa produção de ferro-ligas nos seis meses findos em 30 de novembro de 2001 em 46.000 toneladas, das 220.000 toneladas planejadas para 174.000 toneladas efetivamente produzidas. Também reduzimos em 2001, a produção de alumínio pela Albras em 46.000 toneladas, para 333.000 toneladas contra uma produção planejada de 379.000 toneladas e, na Valesul de 13.000 toneladas, para 80.000 toneladas contra uma produção planejada de 93.000 toneladas. No final de 2001, as condições climáticas no Brasil melhoraram, reduzindo o risco imediato de falta de energia. Como consequência, em dezembro de 2002, o Governo Brasileiro eliminou as restrições ao uso de energia no restante do país. Para uma discussão sobre as possíveis consequências e riscos associados a crise energética, vide *Item 3.D. – Riscos Relacionados ao Brasil e Item 4.B., 4.C. e 4.D. Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado – Áreas de Negócio – Participações.*

Desinvestimentos

Os desinvestimentos já concluídos incluem Bahia Sul (papel e celulose), Cenibra (papel e celulose), Açominas (aço) e CSN (aço). Os desinvestimentos ainda em curso incluem os negócios de navegação de longo curso e florestas.

A tabela abaixo apresenta os efeitos de todos esses desinvestimentos em nossa receita bruta, lucro líquido e ativo total :

	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2001	2000	1999
Decréscimo na receita bruta.....	4,4%	6,3%	4,9%
Redução (aumento) no lucro líquido.....	(1,1)	7,4	(6,8)
Decréscimo no total de ativos.....	1,5	7,4	7,8

Impostos Brasileiros

Estamos sujeitos a diversos impostos no Brasil, além do imposto de renda à pessoa jurídica. A legislação tributária brasileira é frequentemente alterada e pode produzir um impacto sobre os resultados de operações. Descrevemos abaixo alguns impostos brasileiros:

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Nossas receitas consistem no total de receitas provenientes de vendas, líquidas de descontos, restituições e provisões, juntamente com os valores que recebemos com relação ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços. As receitas operacionais líquidas representam as receitas menos o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, que recebemos em nome das autoridades tributárias estaduais e que devemos remeter às mesmas. As exportações se encontram atualmente isentas do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

Contribuição Social sobre o Lucro. A contribuição social sobre o lucro é um imposto federal brasileiro. A alíquota flutuou, nos últimos três anos, de 8% para 12%, estando atualmente em 9%. Antes de 1997, esse imposto era dedutível para fins fiscais, sendo que a partir de 1997, o imposto deixou de ser dedutível. Espera-se que, após dezembro de 2002, a taxa aplicável seja de 8%.

Programa de Integração Social e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social. O Programa de Integração Social, ou PIS, tem como objetivo compartilhar os lucros da empresa com os funcionários, por meio de um imposto de 0,65% sobre a receita. A contribuição social para financiamento da seguridade social, ou COFINS, financia programas sociais especiais por meio de um imposto com alíquota de 3% sobre as receitas. As vendas de exportação encontram-se atualmente isentas de ambos os impostos.

Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). A contribuição provisória sobre movimentações financeiras aplica-se a toda transação envolvendo débito ou retirada de dinheiro de uma conta bancária. A alíquota vem flutuando de 0,2 a 0,38% desde sua criação em 1997. Em relação ao período compreendido entre 18 de março de 2001 e 17 de junho de 2002, a alíquota corresponde a 0,38%.

Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Devemos um *royalty* sobre as receitas líquidas oriundas da produção e venda de recursos minerais. As taxas anuais sobre os nossos produtos são:

- minério de ferro, 2%;
- bauxita, manganês e potássio, 3%, e
- ouro, 1%.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os fabricantes pagam este imposto federal em nome de seus clientes na ocasião da venda, seja para um outro fabricante complementar o processo produtivo, ou para o cliente final. Estão excluídas no momento as operações de exportação. O imposto sobre a nossa produção de alumínio tem alíquota de 4%.

Item 6. Conselhos, Diretores Executivos e Funcionários

6.A., 6.B. e 6.C. Conselhos e Diretores Executivos, Remuneração e Práticas dos Conselhos

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o nosso órgão de tomada de decisões responsável pela determinação das diretrizes e políticas gerais de nosso negócio, de nossas subsidiárias integrais e empresas controladas e pela formulação e expressão de nossas políticas. O Conselho de Administração é responsável pela supervisão dos diretores executivos. Também monitora a implantação, por parte dos diretores executivos, de diretrizes e políticas gerais. O Conselho de Administração realiza reuniões regularmente agendadas em bases mensais, realizando reuniões extras quando convocadas por seu presidente, vice-presidente, ou por quaisquer dois conselheiros. As decisões do Conselho de Administração exigem a constituição de um *quorum* que represente a maioria dos conselheiros, sendo tomadas pelo voto majoritário.

Segundo a Legislação Societária Brasileira, o Conselho de Administração deve ser composto por pelo menos 3 membros. Cada um dos membros e seus respectivos suplentes são eleitos em Assembléia Geral Ordinária e são passíveis de serem destituídos a qualquer momento. Nos termos de nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração é composto por nove membros. Nossos empregados atuais têm o direito de apontar um membro do Conselho de Administração e seu respectivo suplente. Ainda de acordo com nosso Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração devem ser pessoas residentes no Brasil e acionistas da CVRD e devem ter experiência gerencial. O mandato dos conselheiros é de três anos, sendo permitida a reeleição. Cada suplente corresponde a um membro específico do Conselho de Administração. Na ausência de um conselheiro, seu respectivo suplente pode participar e votar nas reuniões do Conselho de Administração.

Seis dos atuais membros titulares do Conselho de Administração e cinco membros suplentes foram indicados diretamente pela nossa acionista controladora, a Valepar, conforme acordo de acionistas da Valepar e previsão da Legislação Societária Brasileira. Tais indicações foram aprovadas pela assembléia geral ordinária de acionistas realizada em abril de 2001. Para uma descrição do acordo de acionistas da Valepar, vide *Item 7.A. Principais Acionistas – Acionista Majoritário*.

A tabela abaixo relaciona os atuais membros do Conselho de Administração.

Nome	Ano da Primeira Eleição	Idade	Cargo
Luiz Tarquínio Sardinha Ferro ⁽¹⁾	1999	41	Presidente do Conselho
João Moisés de Oliveira ⁽¹⁾	2001	57	Membro
Erik Persson ⁽¹⁾	2001	47	Membro
José Marques de Lima ⁽¹⁾	2000	44	Membro
Octávio Lopes Castello Branco Neto	2001	43	Membro
Romeu do Nascimento Teixeira ⁽¹⁾	2001	69	Membro
Renato da Cruz Gomes ⁽¹⁾	2001	49	Membro
Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos	2001	46	Membro
Francisco Valadares Póvoa ⁽²⁾	1997	57	Membro

(1) Membro eleito pela Valepar.

(2) Membro eleito pela Investvale.

A tabela abaixo relaciona os suplentes dos membros do Conselho de Administração.

Nome	Ano de Nomeação	Cargo	Idade
José Ricardo do Carmo ⁽¹⁾	2000	Suplente	49
Ricardo Carvalho Giambromi ⁽¹⁾	2001	Suplente	45
Octávio Mauro Muniz Freire Alves ⁽¹⁾	2001	Suplente	41
Eleazar de Carvalho Filho	2001	Suplente	44
Antônio João Martins Torres ⁽¹⁾	2001	Suplente	61
Rômulo de Mello Dias ⁽¹⁾	2001	Suplente	40
Otto de Souza Marques Júnior ⁽²⁾	1997	Suplente	56

(1) Membro eleito pela Valepar.

(2) Membro eleito pelos nossos empregados.

Resumimos abaixo a experiência profissional, áreas de atuação e principais interesses em negócios externos de nossos atuais conselheiros:

Luiz Tarquínio Sardinha Ferro. O Sr. Ferro foi eleito Presidente do Conselho de Administração em julho de 2001. De maio de 1999 a julho de 2001, serviu como vice-presidente do nosso Conselho de Administração. De 1996 a 1998 foi Presidente da Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e Superintendente Executivo do Departamento de Finanças do Banco do Brasil S.A. Em 1995, foi indicado Coordenador Geral da Unidade de Gerenciamento das Contas Públicas da Secretaria do Tesouro Nacional. De 1994 a 1995 participou de um Programa Internacional de Administração do Banco do Brasil S.A. De 1992 a 1994, o Sr. Ferro trabalhou na Secretaria do Tesouro Nacional.

João Moisés de Oliveira. O Sr. Oliveira é membro do nosso Conselho de Administração desde 2001. De 1962 a 2000, trabalhou no Banco Bradesco S.A. e em diversas empresas nas quais o Banco Bradesco S.A. possuía participação direta ou indireta. Desde 2000, o Sr. Oliveira tem sido Diretor Executivo da Bradespar S.A.. Atuou como membro da diretoria de várias empresas nas quais o Banco Bradesco ou a Bradespar tem ou tiveram participação direta ou indireta, incluindo a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a Companhia Siderúrgica Nacional e a São Paulo Alparagatas S.A..

Erik Persson. O Sr. Persson é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2001. Desde junho de 2000, ele tem trabalhado como diretor de planejamento da Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Ele trabalha na PREVI desde 1977.

José Marques de Lima. O Sr. Lima é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2000. Atualmente, também é gerente geral da unidade de administração de risco do Banco do Brasil. Em junho de 1999, foi indicado para o cargo de Diretor Executivo da PREVI. De 1984 a 1998, trabalhou para o Banco do Brasil S.A., ocupando várias posições, incluindo a de coordenador de equipe de trabalho e gerente executivo do departamento de relações com investidores, gerente da divisão de mercado e acionistas e gerente do departamento de análises financeiras.

Octávio Lopes Castello Branco Neto. O Sr. Castello Branco é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2001. Ele também é diretor administrativo do BNDES. Em 1995, assumiu as atividades de investimentos do grupo J.P. Morgan no Brasil. De 1990 a 1995 trabalhou na Caemi, como vice-presidente executivo de finanças e como membro do comitê executivo. Começou sua carreira em 1983 no J.P. Morgan, escritório de São Paulo, desenvolvendo extensa experiência em fusões e aquisições, tendo sido responsável pelo início das atividades deste banco nesse segmento de serviços financeiros no Brasil.

Romeu do Nascimento Teixeira. O Sr. Teixeira é membro do nosso Conselho de Administração desde 25 de abril de 2001. O Sr. Teixeira também foi eleito um Diretor Executivo da IESA – Internacional de Engenharia S.A, de 1986 a 1993. Desde 1960, têm ocupado diferentes posições dentro do grupo CVRD. De 1958 a 1960, trabalhou como engenheiro no DNER – Departamento de Estradas e Rodagem.

Renato da Cruz Gomes. O Sr. Gomes é membro do nosso Conselho de Administração desde abril de 2001. Também é um Diretor Executivo da Bradespar S.A. desde 2000. De 1976 a 2000, ocupou várias posições no BNDES e participou como membro do Conselho de Administração de várias empresas, como a Elebra Eletrônica, Globo Cabo, Aracruz, Iochpe, Bahia Sul e Latasa. Também é membro do Conselho Fiscal do Fator Sinergia, um fundo de investimento de valores mobiliários, e membro do comitê de investimentos do Fundo Bradesco Templeton de Valor e Liquidez.

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos. O Sr. Villela é membro do nosso Conselho de Administração desde 2001. Desde agosto de 1999, ele também trabalha como Secretário Adjunto do Tesouro Nacional. O Sr. Villela ocupou diversos cargos junto ao Município do Rio de Janeiro, dentre eles, Secretário Especial de Assuntos Estratégicos, Subsecretário Municipal de Fazenda e Assessor econômico da Secretaria Municipal de Fazenda. Desde 1993, também é Professor da Cadeira de Política Monetária e Fiscal do Mestrado em Economia Empresarial do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Em 1989, ele também atuou como Professor de Economia do Setor Público da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. De 1987 a 1995, trabalhou como economista *Senior* de Planejamento e Pesquisa do IPEA/DIPES. De 1978 a 1979, o Sr. Villela foi um

economista associado e posteriormente sócio da Annibal Villela Consultoria Econômica S/C Ltda. (AVCEL).

Francisco Valadares Póvoa. O Sr. Póvoa é membro do nosso Conselho de Administração desde maio de 1997. Também é membro do Conselho de Administração da Valepar, Valepontocom, Rio Doce *Manganèse Europe* (“RDME”), Salobo Metais, CSI e Nova Era Silicon (“NES”). Até março de 2001, o Sr. Póvoa foi membro do Conselho de Administração da CSN, tendo sido anteriormente membro suplente deste mesmo conselho. O Sr. Póvoa uniu-se a nós como engenheiro de minas em 1972 e desde então tem ocupado várias posições em empresas do grupo CVRD.

A Diretoria da Vale Overseas está composta como a seguir:

<u>Nome</u>	<u>Principal Ocupação</u>	<u>Idade</u>
Francisco Rohan de Lima.....	Diretor Jurídico, CVRD	47
Gabriel Stoliar.....	Diretor Executivo, CVRD	47
Tito Botelho Martins.....	Diretor Financeiro, CVRD	40

O Sr. Stoliar também trabalha como o principal Diretor Executivo e o Sr. Martins como Diretor de Controladoria da Vale Overseas.

O endereço comercial da Diretoria da Vale Overseas é Avenida Graça Aranha, 26, 17º andar, CEP: 20.005-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Diretores Executivos

Nossos executivos são nossos representantes legais e são responsáveis por nossa organização interna e pelo dia a dia operacional, além da responsabilidade pela implementação das políticas e metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Nos termos de nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável por eleger os Diretores Executivos, mínimo de três e um máximo de oito, inclusive o Diretor Presidente, devendo todos eles ser nascidos e residentes no Brasil. O Diretor Presidente deve ser escolhido pelos membros do Conselho de Administração. O mandato dos Diretores é de três anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração pode destituir qualquer Diretor Executivo a qualquer tempo. Segundo nosso Estatuto Social, a Diretoria Executiva reúne-se semanalmente, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias por qualquer Diretor Executivo.

Estamos em processo de revisão de nosso modelo de governança corporativa a fim de, entre outras melhorias, aumentar a transparência e a eficiência de nossos processo decisório. Também estamos criando um sistema de medida de geração de valor, que vai melhorar a transparência em nossas comunicações com nossos investidores.

Em 20 de maio de 2002, a Assembléia Geral de Acionistas aprovou uma alteração em nosso Estatuto Social em relação ao número de diretores da nossa Diretoria Executiva. Como resultado, a Diretoria Executiva é composta atualmente por um Diretor-Presidente e sete Diretores Executivos, cada um responsável pelas áreas de negócio que o Conselho de Administração tenha designado a cada um deles. Em 24 de outubro de 2001, o Conselho de Administração aprovou uma nova estrutura para a Diretoria, dividindo-a nas seguintes áreas:

- Ferrosos;
- Não Ferrosos;
- Participações e Desenvolvimento de Negócios (incluindo energia);
- Logística;
- Financeira;
- Planejamento e Controle e Relações com Investidores; e
- Recursos Humanos e Serviços Corporativos.

A tabela abaixo relaciona nossos atuais diretores executivos.

<u>Nome</u>	<u>Ano de Eleição</u>	<u>Cargo</u>	<u>Idade</u>
Roger Agnelli	2002	Diretor Presidente	43
Armando de Oliveira Santos Neto	2002	Diretor Executivo da Área de Ferrosos	52
Antônio Miguel Marques	2002	Diretor Executivo da Área de Participações e Desenvolvimentos de Negócios e de Não-Ferrosos	45
Guilherme Rodolfo Laager	2002	Diretor Executivo da Área de Logística	45
Fabio de Oliveira Barbosa	2002	Diretor Executivo Financeiro	40
Gabriel Stoliar	2002	Diretor Executivo da Área de Finanças e Relações com Investidores e da Área de Planejamento e Controle	48
Carla Grasso	2002	Diretor Executivo de Recursos Humanos e de Serviços Corporativos	40

Resumimos abaixo a experiência profissional e principais áreas de atuação dos diretores executivos fora de nosso negócio:

Roger Agnelli. O Sr. Agnelli é nosso Diretor Presidente desde julho de 2001, tendo também ocupado a Presidência do Conselho de Administração de maio de 2000 a julho de 2001. Foi membro do Conselho de Administração da VBC Energia S.A., Companhia Paulista de Força e Luz, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Brasmotor S.A., Globo Cabo S.A. e Latas de Alumínio S.A. Foi Diretor Presidente da Bradespar S.A., de março de 2000 a julho de 2001, tendo trabalhado 22 anos no Banco Bradesco S.A., onde iniciou sua carreira como analista de investimento e atuou como Diretor Executivo de 1992 a 2000. O Sr. Agnelli é graduado em economia pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP.

Armando de Oliveira Santos Neto. O Sr. Santos foi eleito Diretor Executivo da área de Ferrosos em outubro de 2001. Desde 1970, ele tem atuado em diversos cargos em empresas nas quais a CVRD detém participação direta ou indireta, incluindo *trainee* na divisão de ferrovias, assistente do Diretor Presidente e gerente de marketing e diretor executivo da Rio Doce America, Inc. (“RDA”), gerente de vendas da área do Extremo Oriente, coordenador de planejamento e promoção de vendas, gerente geral e diretor da Rio Doce International S.A., gerente geral de vendas e diretor executivo da divisão de minério de ferro, bem como diretor comercial e diretor executivo da RDA e membro da Diretoria da CSI. O Sr. Santos é graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Antônio Miguel Marques. O Sr. Marques foi eleito Diretor Executivo da área de Participações e Desenvolvimento de Negócios e Não Ferrosos em outubro de 2001. Atualmente, o Sr. Marques é Presidente da Aluvale e membro do Conselho de Administração da Celmar, Albrás, Alunorte, MRN e Valesul. Antes disso, atuou em diversos cargos na Caraíba Metais S.A., Indústria e Comércio DuPont do Brasil S.A., Billiton Metais S.A., Grupo Paranapanema e Grupo Votorantim. O Sr. Marques é graduado em engenharia pela Universidade Federal do Ouro Preto, pós-graduado em Tratamento Mineral na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com MBA pela COPPEAD da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Guilherme Rodolfo Laager. O Sr. Laager foi eleito Diretor Executivo da área de Logística em setembro de 2001. Ele foi diretor de logística, suprimentos e tecnologia da informação da Ambev – Companhia de Bebidas das Américas, de 1989 a agosto de 2000. O Sr. Laager é graduado em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com MBA pela COPPEAD da UFRJ.

Fábio de Oliveira Barbosa. O Sr. Barbosa foi eleito nosso Diretor Executivo Financeiro em maio de 2002. Foi membro do nosso Conselho de Administração de abril de 2000 a março de 2002. Anteriormente, também atuou como conselheiro das seguintes empresas: BANESPA – Banco do Estado de São Paulo S.A., Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Cia. Siderúrgica de Tubarão e TELESP – Telecomunicações de São Paulo. Atuou ainda como Secretário do Ministério da Fazenda desde julho de 1999, depois de ter atuado por quatro anos como Secretário Assistente do mesmo Ministério. De 1992 a 1995, trabalhou como Assessor da Diretoria Executiva do Banco Mundial, em Washington – DC. De 1990 a 1992, foi Vice-Coordenador de Política Fiscal do Ministério da Economia e Finanças. De 1988 a 1990, trabalhou como Assessor Econômico e Chefe da Unidade de Análise Econômica, ambos no Ministério de Planejamento. Antes disso, o Sr. Barbosa ocupou vários cargos no Ministério da Indústria e Comércio, no Instituto de Desenvolvimento do Estado do Paraná, no Ministério do Trabalho e no Instituto de Pesquisa Econômica aplicada.

Gabriel Stoliar. Desde 14 de abril de 1999, o Sr. Stoliar atua como Diretor Executivo de Finanças e de Planejamento e Controle. Em setembro de 1997, o Sr. Stoliar foi eleito Diretor Executivo do Centro Corporativo e de Relações com Investidores. Começou sua carreira como Consultor de Organização de Negócios no Instituto de Gerenciamento e Desenvolvimento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Em 1978 ingressou no BNDES como Analista na Área de Celulose, Papel e Petroquímica. Em 1982 foi promovido a Gerente do BNDES para a Área de Projeto do FINSOCIAL e retornou ao BNDESPar em 1988 como Gerente de Operações na Área de Capital, Eletrônica e Bens de Consumo. Em 1991 assumiu a posição de Superintendente da Divisão Operacional responsável pelas Áreas de Mineração, Metalurgia, Química, Petroquímica, Celulose e Papel. Em 1994 foi designado Diretor do BNDESPar. O Sr. Stoliar é graduado em engenharia de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pós graduado em engenharia de produção-área de projetos industriais e de transportes (PIT) -COPPE/UFRJ e com MBA/Executivo-PDG/EXEC.

Carla Grasso. A Sra. Grasso foi designada Diretora Executiva da área de Recursos Humanos e Serviços Corporativos em outubro de 2001. Antes disso, atuou como nossa assistente econômica do Presidente da República. Ela também atuou como coordenadora de política fiscal no Ministério da Economia e atuou em diversas posições no Ministério da Seguridade Social. Em 1997, ela foi indicada diretora executiva da Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social (FVRD). A Sra. Grasso é graduada e obteve mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB).

Conselho Fiscal

Pela Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades por ações tenham um Conselho Fiscal, como um órgão independente da nossa administração e dos auditores externos. A responsabilidade primária do Conselho Fiscal é a revisão das atividades da alta administração e das demonstrações contábeis reportando-se diretamente aos acionistas. Em 18 de junho de 1997, nós alteramos nossos estatutos sociais de forma a tornar permanente o Conselho Fiscal, formado por cinco membros. Em 29 de abril de 2002, os acionistas elegeram os atuais conselheiros e seus suplentes. Os detentores das ações preferenciais em conjunto com a União Federal, na condição de detentora de ação preferencial de classe especial podem eleger um membro do conselho fiscal e suplente. Acionistas detentores de ações ordinárias que detenham pelo menos 10% do total das ações ordinárias podem também eleger um membro e seu suplente. O mandato dos membros do conselho fiscal se expira na próxima Assembléia Geral Ordinária, podendo serem reeleitos.

A tabela abaixo apresenta os atuais membros do conselho fiscal:

<u>Nome</u>	<u>Ano de Eleição</u>
Claudio Bernardo Guimarães de Moraes	2002
Ricardo Wiering de Barros	2002
Marcos Fábio Coutinho	1999
Eliseu Martins	1997
Pedro Carlos de Mello	2002

A tabela abaixo apresenta os suplentes do conselho fiscal:

<u>Nome</u>	<u>Ano de Eleição</u>
Hélio Cabral Moreira	2002
Luiz Octavio Nunes West	1998
Vicente Barcelos	2001
Almir de Souza Carvalho	2002
José Carlos Gouveia Danelli	2002

Remuneração

Segundo nosso Estatuto Social, nossos acionistas são responsáveis por estabelecer o total da remuneração que pagamos aos membros do Conselho de Administração e nossos diretores executivos. Nossos acionistas determinam a remuneração dos administradores anualmente, na Assembléia Geral Ordinária. A fim de estabelecer o total da remuneração dos conselheiros e diretores, nós acreditamos que nossos acionistas geralmente levam em conta uma série de fatores que variam entre idade, experiência e qualificação dos nossos conselheiros e diretores, para o desempenho recente de nossas operações. Nossos acionistas determinam esta remuneração total em Assembléia Geral de acionistas. Uma vez que a remuneração total é estabelecida, os membros de nosso Conselho de Administração são responsáveis por determinar a distribuição da remuneração total entre os membros da administração, de acordo com nosso Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração não possui um comitê de remuneração.

Em 2001, o valor total de remuneração por nós paga a todos os membros do Conselho de Administração e diretores executivos (incluindo benefícios adicionais em espécie) foi de aproximadamente R\$5,0 milhões.

No ano de 2001, o montante mensal por nós pago aos membros do Conselho Fiscal foi o maior entre (i) R\$4.200 ou (ii) o equivalente a 10% do montante pago a um diretor, excluídos os benefícios. Além disso, os membros do Conselho Fiscal recebem reembolsos pelas despesas relacionadas a transporte e acomodação, sempre que tais despesas sejam necessárias ao exercício de suas funções. Em dezembro de 2001, nenhum de nossos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, agindo individualmente, teve qualquer interesse financeiro ou de outra espécie em negócios envolvendo a Companhia que não estivessem em nosso curso normal de negócios.

6.D. Funcionários

A tabela abaixo disponibiliza o número de nossos funcionários, por categoria, com base nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de		
	1999	2000	2001
Mineração (exceto o ouro)	4.478	4.948	6.584
Transporte	4.514	4.525	4.725
Ouro	588	555	531
Outros - operacional ⁽¹⁾	504	511	628
Administrativo	659	903	1.152
Total	10.743	11.442	13.620

(1) Não inclui os funcionários de *joint ventures* de pelotização, alumínio ou papel e celulose.

Estabelecemos nossos programas de salário e de benefícios anuais em julho de cada ano, após negociações com nossos sindicatos. Em julho de 2001, nossa proposta final para nossos sindicatos incluiu um aumento salarial de 6%, inclusão na lista de medicamentos que podem ser adquiridos com desconto, pagamento de ajuda de custo para compra de material escolar e pagamento de bônus anual. As disposições de nossos acordos e dissídios coletivos com os nossos sindicatos também se aplicam aos nossos funcionários não afiliados a sindicatos. Não sofremos nenhuma perda econômica significativa em decorrência de greves de trabalhadores ou de paralisações do trabalho.

Desde 1973, patrocinamos um plano de pensão de benefício definido, conhecido como Plano Antigo, que cobre substancialmente todos os funcionários, com benefícios baseados no tempo de serviço, salário e em benefícios de previdência social. Este plano é administrado pela Valia, tendo sido financiado por contribuições mensais feitas por nós e nossos funcionários, calculadas com base em avaliações atuariais periódicas.

Em maio de 2000, implantamos um novo plano de pensão, que é um plano de contribuições definidas, tendo como característica o benefício relativo ao serviço anteriormente prestado. Este plano foi denominado Novo Plano, e ofereceu aos funcionários ativos a oportunidade de se transferirem para o mesmo. Mais de 98% dos funcionários ativos optaram pela transferência. O Plano Antigo permanecerá em vigor, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários. Em 2001, efetuamos contribuições à Valia da ordem de US\$37 milhões, para

financiar o Novo Plano e o Plano Antigo. Adicionalmente, em 9 de março de 2001, transferimos ações representativas de 10,3% do capital social da CSN para o Novo Plano, a título de contribuição especial no montante de US\$249 milhões, equivalentes ao valor de mercado das ações (auferido com base na média ponderada do preço nos trinta pregões da BOVESPA anteriores ao dia 9 de março de 2001). Oferecemos também bolsas de estudo e treinamentos em nossos centros profissionalizantes corporativos. Acreditamos que nossas relações com os nossos funcionários afiliados a sindicatos e com outros funcionários não afiliados são satisfatórias.

Nossos empregados têm participação acionária em nossos negócios. Em 20 de maio de 1997, no âmbito de nosso processo de privatização, o Governo Federal concluiu a venda de 11.120.919 ações ordinárias e 8.744.308 ações preferenciais da Classe A para o Investvale, uma associação de nossos funcionários atuais e aposentados e de determinadas coligadas, a preços por ação que representam descontos substanciais em relação aos preços vigentes no mercado.

6.E. Participação Acionária

Durante o processo de privatização, o Governo Brasileiro vendeu 11.120.919 ações ordinárias, representando aproximadamente 4,5% das ações ordinárias em circulação, e 8.744.308 ações preferenciais Classe A, representando aproximadamente 6,3% das ações preferenciais Classe A em circulação, em uma oferta restrita aos funcionários atuais e aposentados. Substancialmente todas as ações vendidas foram compradas por intermédio do INVESTVALE, uma associação de nossos funcionários atuais e aposentados. Os funcionários receberam ainda uma opção, passível de exercício por intermédio do INVESTVALE, para a obtenção de participação no bloco acionário controlador detido pela Valepar, por meio da permuta de suas ações ordinárias por capital na Valepar, Vide Item 7.A. *Principais Acionistas – A Privatização*. Outrossim, o INVESTVALE, como qualquer investidor, poderá, de tempos em tempos, adquirir e vender nossas ações no mercado. Em 31 de dezembro de 2001, o INVESTVALE detinha 10.362.069 ações ordinárias, representando aproximadamente 4% do total de nossas ações ordinárias, e 269.000 ações preferenciais de Classe A.

Em 31 de dezembro de 2001, o representante de nossos funcionários no Conselho de Administração (assim como seu suplente) também detinha 80.231 quotas no INVESTVALE. Nenhum de nossos outros conselheiros ou diretores executivos detêm participação proprietária no INVESTVALE.

O número total de ações ordinárias detidas pelos membros de nosso Conselho de Administração, em 31 de maio de 2002, era de 17, já o total das ações preferenciais detidas pelos mesmos na mesma data era de 209. Nossos diretores executivos não detêm quaisquer quantidade de nossas ações.

Nosso Estatuto Social nos autoriza a instituir planos de opções de ações, o que não fizemos até a presente data.

Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas

7.A. Principais Acionistas

A tabela abaixo disponibiliza determinadas informações relativas à propriedade dos benefícios das ações em 31 de maio de 2002, por acionista que sabemos ser detentor dos benefícios de mais de 5% de qualquer classe de nosso capital social em circulação, bem como por todos os conselheiros e diretores executivos em conjunto.

	<u>Ações Detidas</u>	<u>Percentual da Classe</u>
Ações Ordinárias		
Valepar S.A. ⁽²⁾	105.443.070	43,0%
BNDESPar ⁽²⁾	11.672.271	4,8
Litel Participações S.A. ⁽³⁾		
Ações detidas diretamente.....	25.272.641	10,3
Ações detidas pela Valepar S.A.	<u>105.443.070</u>	<u>43,0</u>
Total dos Benefícios Acionários da Litel	130.715.711	53,3
Diretores e diretores executivos, como um todo.....	17	-
Ações Preferenciais⁽⁴⁾		
Diretores e Conselheiros, como um todo.....	209	-
Golden Share		
União Federal	1	100,0

(1) Exclui ações ordinárias possuídas diretamente pela Valepar na qual este acionista tem participação acionária. Vide tabela a seguir para informações dos acionistas da Valepar.

(2) Benefícios Acionários são determinados de acordo com as normas da "SEC". Geralmente, uma pessoa que detém poder de voto ou investimento com respeito a determinadas ações, é tratado como detentor de Benefícios Acionários sobre essas ações. Isso não implica necessariamente que essa pessoa tenha benefícios econômicos ou outros benefícios sobre as ações. A Litel detém 42% da Valepar. Veja tabela a seguir para informações dos acionistas da Valepar.

(3) A participação acionária de todos os conselheiros e diretores, como grupo, reduziu-se de um total de 14.399 ações em 31 de dezembro de 2000, para 13 ações em 31 de maio de 2002 devido ao fato de que os antigos conselheiros que detinham ações da Companhia, deixaram de fazer parte do nosso Conselho de Administração, como parte da transação de descruzamento efetuada entre nós e a CSN.

(4) A República Federativa do Brasil (Tesouro Nacional) possui 5.075.341 ações preferenciais, representativas de 3,7% das ações preferenciais em circulação e o BNDES possui 1.251.980 ações preferenciais, representativas de 0,9% das ações preferenciais em circulação. Este percentual de participação não será alterado como resultado desta oferta.

A tabela abaixo contém informações relativas aos montantes de ações em 31 de maio de 2002, detidas pela Valepar e pela Litel Participações S.A. Tais montantes não se alterarão em virtude desta oferta.

	<u>Ações Detidas</u>	<u>Percentual da Classe</u>
Valepar		
Litel Participações S.A.....	43.985.949	42%
Babié ⁽¹⁾	15.019.621	14%
Elétron ⁽²⁾	21.875.000	21%
Sweet River Investments Ltd. ⁽³⁾	12.187.500	11%
BNDESPar.....	11.250.000	11%
Investvale ⁽⁴⁾	1.125.000	1%
Total	105.443.070	100%
Litel Participações S.A.		
BB Carteira Ativa 0 ⁽⁵⁾	129.528.472	52,41%
BB Carteira Ativa I ⁽⁵⁾	64.211.703	25,98%
BB Carteira Ativa II ⁽⁵⁾	53.388.022	21,60%
Outros	875	-
Diretores e diretores executivos, como um todo.....	3	-
Total	247.129.075	100%

(1) Babié é uma empresa detida pelo Bradesplan e Bradespar, que são sociedades sob controle comum ao do Banco Bradesco S.A..

(2) Eletron é uma empresa detida 86% pela Bradespar e aproximadamente 14% é detida pela Opportunity Amafi Participações S.A.

(3) Sweet River Investments Ltd. é um fundo administrado pelo Bank of America

(4) Investvale é um clube de investimento detido pelos nossos empregados

(5) BB Carteira Ativa 0, BB Carteira Ativa I e BB Carteira Ativa II são fundos de investimento brasileiros. A Previ detém 100% do BB Carteira Ativa 0 e do BB Carteira Ativa I. A Funcef, a Petros e a CESP detém participações de 59,36%, 38,8% e 4,84% no BB Carteira Ativa II, respectivamente. Previ, Petros e Funcef são fundos de pensão brasileiros.

A Privatização

Em junho de 1995 o Governo Brasileiro anunciou sua intenção de vender suas ações ordinárias e ações preferenciais Classe A de nossa companhia, como parte do programa de privatização brasileiro em curso. Após um período de considerável apreciação e debate governamental, judicial e público considerável, o Governo Brasileiro iniciou a nossa privatização em maio de 1997.

No primeiro passo do processo de privatização, em 06 de maio de 1997, o Governo Brasileiro vendeu 99.999.203 ações ordinárias, representando aproximadamente 40% das ações ordinárias em circulação, no valor de aproximadamente US\$ 3 bilhões, para a VALEPAR, uma companhia constituída com a finalidade específica de deter o controle acionário de nosso capital em circulação com direito a voto. Os principais investidores iniciais na VALEPAR foram uma subsidiária da CSN, siderúrgica brasileira, vários fundos de pensão brasileiros, uma coligada do Bank of America, banco norte-americano, e alguns fundos de investimento estrangeiros.

No segundo passo do processo de privatização, em 20 de maio de 1997, o Governo Brasileiro vendeu 11.120.919 ações ordinárias, representando aproximadamente 4,5% das ações ordinárias em circulação, e 8.744.308 ações preferenciais Classe A, representando aproximadamente 6,3% das ações preferenciais Classe A em circulação, em uma oferta restrita a nossos funcionários ativos e aposentados. A maior parte das ações vendidas no segundo passo do processo de privatização foi comprada por intermédio do INVESTVALE. Os funcionários também receberam a opção de exercício por intermédio do INVESTVALE, para obter uma participação no bloco acionário controlador detido pela Valepar, por meio da permuta de suas ações ordinárias pelo capital na Valepar. As ações ofertadas aos funcionários foram vendidas com descontos substanciais, a preços vigentes no mercado. As ações ordinárias permutadas pelo capital na Valepar foram vendidas a R\$ 11,09 cada, representando um desconto de 58,4% a partir do preço então vigente no mercado. As ações ordinárias não permutadas pelo capital na Valepar foram vendidas a R\$ 8,88 cada, representando um desconto de 66,7% a partir do preço então vigente no mercado. As ações preferenciais Classe A foram vendidas a R\$ 8,88 cada, representando um desconto de 63,2% a partir do preço então vigente no mercado. O INVESTVALE, subseqüentemente, contribuiu com 1.125.000 ações ordinárias para a Valepar, em contrapartida por uma participação acionária de 0,9% na Valepar. Estes descontos deram origem a um encargo extraordinário de US\$ 318 milhões em 1997.

No terceiro passo do processo de privatização, em 20 de março de 2002, o Governo Brasileiro e o BNDES venderam cada um 34.255.582 ações (e um adicional de 5.138.337 ações que incluem a opção de distribuição a maior para subscritores) na forma de ações ordinárias ou ADSs, que juntos representam 32,1% das nossas ações ordinárias em circulação. Seguindo esta oferta, BNDESPAR, uma controlada integral do BNDES, detinha 11.672.271 ações ordinárias, representando aproximadamente 4,8% das nossas ações em circulação. Além disso, o Governo Brasileiro detinha ações preferenciais em circulação e uma *golden share*, que dá o poder de veto sobre alguma tomada de decisão proposta por nós e o BNDES detinha 1.003 ações ordinárias. Para maiores detalhes sobre o veto garantido ao Governo Brasileiro em virtude da sua propriedade de uma *golden share*, vide *Item 10.A. Capital Social*.

Debêntures de Acionistas

Por ocasião do primeiro passo de nossa privatização, em 1997, emitimos debêntures para os nossos acionistas existentes na ocasião, incluindo o Governo Brasileiro. Os termos e condições aplicáveis ao pagamento das debêntures, que são descritos abaixo, foram estabelecidos para garantir que os nossos acionistas pré-privatização, incluindo o Governo Brasileiro, participassem conosco em possíveis benefícios futuros que somos capazes de obter a partir da exploração de nossos recursos minerais. Não incluído no acordo de preço mínimo para aquisição de nossas ações.

Na época da privatização, as debêntures foram distribuídas na permuta de uma por uma, como pagamento pelo resgate das ações preferenciais Classe B, que foram emitidas como um prêmio a todos os detentores de nossas ações ordinárias e ações preferenciais Classe A, através de um aumento de capital. As debêntures não são resgatáveis, conversíveis, e nem negociáveis. Para permitir a negociação das debêntures, será necessário a requisição de um registro junto à CVM, até 27 de junho de 2002. Os detentores poderão negociar suas debêntures, somente após este registro ter sido autorizado pela CVM.

De acordo com os regulamentos do Banco Central do Brasil, os acionistas pré-privatização que detinham suas ações por meio de nosso programa de Recibos de Depósitos Americanos, ou ADR, não foram autorizados a receber debêntures ou quaisquer benefícios financeiros relacionados aos mesmos. Solicitamos a aprovação do Banco Central a fim de: (i) permitir ao depositário

custodiar as debêntures por conta dos detentores de ADRs , e transferir qualquer benefício financeiro relacionado as debêntures tão logo sejam comercializadas; e (ii) contribuir com estas debêntures para a criação de um Fundo de Investimento Brasileiro pelos depositários cujas ações poderiam distribuir aos detentores de ADRs, as debêntures, mas o Banco Central recusou nossa solicitação. Pretendemos renovar nossa solicitação ao Banco Central depois das debêntures tornarem-se comercializáveis, mas não há nenhuma garantia de obter sucesso. Portanto, a menos que o Banco Central aprove nossa solicitação, as debêntures não terão qualquer valor para os detentores de ADRs.

Nos termos das debêntures, os debenturistas têm o direito de receber pagamentos semestrais equivalentes a um percentual acordado de nossas receitas líquidas (receitas livres de impostos, taxas de transporte e seguros relacionados a comercialização dos produtos) provenientes de determinados recursos minerais identificados, que possuíamos em abril de 1997, na medida em que conseguirmos superar certos patamares de volumes de vendas estipulados para estes minerais, e da venda dos direitos de exploração mineral que possuíamos em abril de 1997. Nossa obrigação de efetuar os pagamentos aos debenturistas cessará quando os recursos minerais pertinentes forem esgotados. Com base nos níveis atuais de produção e vendas, e nas estimativas de produção e vendas de nossos novos projetos, prevemos que começaremos a efetuar os pagamentos referentes aos recursos de ouro em 2003, pagamentos referentes aos recursos de cobre em 2004, e os pagamentos referentes a outros tipos de recursos minerais em anos posteriores.

A tabela abaixo resume os valores que seremos obrigados a pagar de acordo com as debêntures baseadas nas receitas líquidas que obtivemos da venda dos recursos minerais identificados e da de direitos de exploração mineral.

<u>Área</u>	<u>Mineral</u>	<u>Pagamentos Exigidos da CVRD</u>
Sistema Sul.....	Minério de ferro	1,8% da receita líquida, após a produção total de maio de 1997 superar 1,7 bilhão de toneladas
Sistema Norte.....	Minério de ferro	1,8% da receita líquida, após a produção total de maio de 1997 superar 1,2 bilhão de toneladas
Igarapé-Bahia, Alemão, Pojuca, Andorinhas, Liberdade e Sossego (por exemplo).....	Ouro e cobre e sub-produtos	2,5% da receita líquida do início da produção comercial, ajustada na proporção da participação da CVRD nestes projetos
Igarapé Bahia e Alemão.....	Ouro	2,5% da receita líquida, após o volume total de vendas de maio de 1997 superar 70 toneladas de ouro, ajustado na proporção da participação da CVRD nestes projetos.
Fazenda Brasileiro	Ouro	2,5% da receita líquida, após o total das vendas de maio de 1997 superar 26 toneladas de ouro
Outras áreas, excluindo Carajás, Serra Leste e Salobo, entre outras mencionadas/descritas acima	Ouro, cobre e sub-produtos	2,5% da receita líquida desde o início das vendas comerciais
Outras áreas de propriedade em maio de 1997.....	Outros minerais	1% da receita líquida, 4 anos após o início das vendas comerciais
Todas as áreas	Venda de direitos de exploração mineral em maio de 1997	1% do preço das vendas

Acionista Majoritário

O Estatuto Social da Valepar restringe a concentração da propriedade das ações da Valepar por certos tipos específicos de investidores durante um período de cinco anos, que terminará em 9 de maio de 2002. Conforme estabelecido no Estatuto Social da Valepar, nenhum investidor individualmente ou grupo de investidores poderá deter mais de 45% do capital social em circulação da Valepar. Além disso, a titularidade das participações acionárias na Valepar detidas por qualquer grupo de produtores de minério de ferro, produtores de aço, e empresas *trading* de minério de ferro, não poderão superar 45% do capital social em circulação da Valepar. Finalmente, grandes produtores individuais de minério de ferro, produtores de aço ou empresas *trading* de minério de ferro não poderão deter participações superiores a 10% do capital social em circulação da Valepar.

Os acionistas da Valepar celebraram um acordo de acionistas vigente até 2017, o qual:

- concede direitos de preferência na aquisição em qualquer transferência de ações da Valepar e na subscrição de ações em qualquer nova emissão de ações da Valepar;
- proíbe gravames sobre as ações da Valepar (exceto com relação ao financiamento de nossa aquisição);
- exige que cada uma das partes, de modo geral, mantenha o controle de sua empresa para fins específicos detendo sua participação nas ações da Valepar;
- determina o modo de preenchimento de cargos no conselho de administração e na diretoria da Valepar e em nosso conselho de administração; e
- estabelece exigências de quorum qualificado com relação a determinados assuntos relativos à Valepar ou a nossa companhia.

O BNDESPar é detentor de uma ação preferencial de classe especial (“*Golden Share*”) da Valepar, a qual lhe concede direito de veto sobre:

- qualquer mudança no objeto social da Valepar;
- a liquidação da Valepar;
- transferência da propriedade das ações da Valepar se tal transferência fosse aumentar a concentração da propriedade das ações da Valepar acima dos limites especificados pelos participantes nas atividades de minério de ferro, aço ou empresas *trading* de minério de ferro, e
- qualquer transferência das ações da Valepar para qualquer pessoa até maio de 2002, caso a transferência fosse resultar na participação, por tal pessoa, de mais de 45% das ações da Valepar.

Um outro acordo de acionistas, vigente até 2002, contém restrições similares à transferência de ações.

Relação Permanente com o Governo Brasileiro e o BNDES

Eventualmente, no curso normal de nossas atividades, celebramos negócios com outras empresas pertencentes ou controladas pela União Federal. Vide *Item 7.B. Transações de Partes Relacionadas*. Os negócios mais significativos foram celebrados com a Eletronorte, companhia de energia elétrica estatal. De acordo com o contrato celebrado entre a Albras e a Eletronorte, a Albras pode comprar energia elétrica a tarifas favoráveis. Atualmente estamos buscando renegociar esse contrato, que expira em maio de 2004. Vide *Item 4.B., 4.C. e 4.D. Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado – Participações – Alumínio*. Nenhuma outra entidade controlada pela União Federal, individualmente ou consideradas em conjunto com outras entidades, foi responsável por uma percentagem significativa de nossas receitas consolidadas ou compras em 2001.

Celebramos também um contrato de risco de mineração com o BNDES, relativo a certas áreas para as quais possuímos autorização para a exploração mineral, onde as perfurações e a exploração ainda estão em estágios iniciais. Este contrato prevê o desenvolvimento em conjunto de certas jazidas minerais inexploradas na região de Carajás, no Sistema Norte. O BNDES é também nosso parceiro no projeto 118, Alemão e Cristalino, que são associações através das quais conduzimos nossas atividades de exploração e desenvolvimento de jazidas de cobre. Vide *Item 4.B., 4.C. e 4.D. Visão Geral de Negócios, Estrutura Organizacional e Ativo Imobilizado - Minerais Não-Ferrosos.*

Em decorrência da transferência de nosso controle para a Valepar, não estamos mais sujeitos a várias exigências regulamentares e restrições operacionais aplicáveis às empresas estatais. Contudo, em relação à nossa privatização, a União Federal ainda reteve direitos especiais relativos às decisões futuras de nossa Companhia e da Valepar e fez com que a nossa Companhia celebrasse determinados acordos que poderão restringir nossas atividades e os resultados de nossas operações no futuro. Expomos essas restrições a seguir.

Ação Preferencial de Classe Especial

O Governo Brasileiro detém uma ação preferencial de classe especial, ou ação *golden share*, que lhe confere, ou a seu detentor, direitos de veto sobre determinadas mudanças, incluindo:

- nossa razão social;
- nossa sede social;
- nosso objeto social com relação à exploração de jazidas minerais, e
- nossa operação contínua de sistema integrados de exploração de minério de ferro.

Para uma descrição mais detalhada da ação preferencial de classe especial, vide *Item 10.B. Memorando de Constituição e Contrato Social – Ações Ordinárias e Preferenciais.*

Desde a privatização, o Governo Brasileiro não exerceu seus direitos de veto e, conseqüentemente, tem se absterido de interferir em nosso processo de tomada de decisões.

7.B. Transações com Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2001, o montante total das garantias por nós concedidas a nossas controladas, coligadas e *joint ventures* era de R\$702 milhões, dos quais R\$492,5 milhões denominados em dólares norte-americanos e os restantes R\$210 milhões em reais. Vide nota 15(a) às nossas demonstrações contábeis consolidadas.

Para informações sobre financiamentos e investimentos em controladas, coligadas e *joint ventures*, vide notas 10 e 17 às nossas Demonstrações Contábeis.

O Governo Brasileiro detém e controla empresas com as quais temos relacionamentos no decurso normal de nossos negócios. Vide *Item 7.A. Principais Acionistas – Acionistas Majoritários.*

O BNDES, em seu papel de banco de desenvolvimento econômico, mantém relacionamento conosco na qualidade de credor, sócio ou co-investidor em uma série de projetos e provavelmente continuará a fazê-lo no futuro.

As atuais atividades do BNDES a nós relacionadas incluem:

- investimentos em uma série de nossas *joint ventures*;
- participação em nosso Contrato de Risco de Mineração; e
- financiamentos para expansão de nossas operações.

Nosso balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2001, inclui empréstimos a serem reembolsadas ao BNDES no valor total de US\$ 163 milhões.

Além disso, um de nossos conselheiros suplentes também é presidente do BNDES, um de nossos conselheiros também é diretor do BNDES, um de nossos Diretores Executivos foi conselheiro de uma controlada do BNDES e um dos nossos quatro diretores executivos é Secretário do Tesouro Nacional. A BNDESPar, sociedade controlada pelo BNDES, também possui significativa participação em nosso maior acionista, a Valepar.

7.C. Interesses de Peritos e Consultores Jurídicos

Não aplicável.

Item 8. Informações Financeiras

8.A.1-6. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras

Para demonstrações consolidadas e outras informações financeiras vide *Item 18. - Demonstrações Contábeis*.

8.A.7. Processos Judiciais

Nossas subsidiárias e nós respondemos por diversas ações judiciais no curso normal de atividades, incluindo processos cíveis, administrativos, fiscais, trabalhistas e previdenciários. Reservamos ou depositamos em juízo valores para cobrir perdas contingenciais estimadas devido a sentenças judiciais desfavoráveis. Com base nos pareceres de nossos advogados, acreditamos que as provisões feitas contra perdas contingentes são suficientes para cobrir possíveis perdas relativas às referidas ações.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) abriu inquéritos a respeito de nossos principais ramos de atividade para determinar a existência ou não de uma concentração indevida em nossos respectivos mercados. Um destes inquéritos abertos pelo CADE, foi no contexto de nossa privatização e se referia ao nosso sistema ferroviário. Em novembro de 2001, o CADE emitiu uma opinião favorável em relação a esta matéria, sob a condição de que nós periodicamente forneçamos algumas informações financeiras ao CADE e ao Ministério dos Transportes.

Diversas ações judiciais contestando a legalidade de nossa privatização estão pendentes, incluindo ações civis públicas e ações populares. Não acreditamos que essas ações afetem de forma desfavorável o curso do processo de privatização, seja individualmente ou no seu conjunto, ou que de outra maneira produzam um efeito substancialmente desfavorável sobre nós.

Atualmente somos réus em duas ações movidas pela Prefeitura Municipal de Itabira no Estado de Minas Gerais. A Prefeitura alega que nossas operações de exploração de minério de ferro em Itabira acarretaram prejuízos sociais e ambientais. Em uma das ações, arquivadas em agosto de 1996, o município de Itabira alega que as operações de nossas minas de ferro em Itabira causaram danos ambientais e sociais e exige reparo dos danos relativos a devastação do local de uma de nossas minas, assim como a restauração imediata do complexo ecológico afetado e a execução de programas ambientais de recuperação na região. Os supostos danos, corrigidos desde a data da ação, totalizam aproximadamente US\$ 535 milhões. Acreditamos que este valor seja significativamente superior ao valor que pelo qual somos efetivamente responsáveis relativo ao evento pelo qual estamos sendo responsabilizados. Solicitamos a anulação desta ação tendo em vista que não representa questionamento atual. De fato, em 05 de junho de 2000, as autoridades ambientais locais concederam uma licença para mina de ferro em Itabira. Esta licença estabelece condições para a restauração ambiental da local devastado e a execução de programas de preservação ambiental. Pretendemos continuar a observar tais condições. Em outra ação o governo municipal de Itabira pede a indenização pelos gastos que o mesmo teria incorrido com serviços públicos prestados como consequência de nossa atividade de mineração. Acreditamos que esta ação não tem fundamento. Estamos defendendo vigorosamente ambas as ações pendentes.

8.A.8. Distribuição de Dividendos

Pela Lei das Sociedades por Ações vigente, os acionistas tem o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório estabelecido pelo Estatuto Social da companhia que não pode ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício social, calculados em consonância com a citada legislação. Em conformidade com o nosso Estatuto social devemos distribuir um valor equivalente a pelo menos 25% do valor do lucro líquido ajustado de cada exercício social, salvo se o Conselho de Administração determinar antes da Assembléia Geral Ordinária de acionistas que o pagamento dos dividendos, exigido em relação ao exercício social precedente, não é aconselhável devido à nossa condição financeira. O Conselho Fiscal deverá examinar qualquer uma dessas determinações e relatá-las aos acionistas e à CVM. Os acionistas devem ainda aprovar a recomendação do Conselho de Administração no que diz respeito a qualquer distribuição exigida. Até a presente data, nosso Conselho de Administração nunca avaliou qualquer distribuição de dividendos como não aconselhável

Além de quaisquer distribuições obrigatórias, o Conselho de Administração poderá recomendar aos acionistas o pagamento de dividendos a partir de outros recursos que estejam disponíveis por lei.

Desde nossa privatização em 1997, e seguindo recomendação da Valepar, nosso principal acionista, já temos distribuído um dividendo equivalente a no mínimo 50% do valor do lucro disponível para distribuição em cada exercício social.

Os detentores de ações preferenciais Classe A e da ação preferencial classe especial ficam autorizados a receber um valor equivalente a 6% de sua parcela pro-rata do capital integralizado antes de qualquer distribuição aos detentores de ações preferenciais Classe B, se qualquer dessas for emitida, ou a detentores de ações ordinárias. Os detentores de ações preferenciais Classe B, se qualquer dessas for emitida, estarão autorizados a receber um valor equivalente a 6% de sua parcela pro-rata de nosso capital integralizado antes de qualquer distribuição a detentores de ações ordinárias e antes de qualquer distribuição adicional a detentores de ações preferenciais Classe A e de ação preferencial classe especial. Após o pagamento dos dividendos aos acionistas ordinários e preferenciais, todos os detentores de ações receberão o mesmo valor de dividendo adicional por ação.

Desde nossa privatização, temos tido valores suficientes a ser distribuído em quantidades iguais tanto aos acionistas detentores de ações ordinárias como aos de ações preferenciais. Para uma discussão sobre nossas ações preferenciais Classes A e B, vide *Item 10.B. Memorando de Constituição e Contrato Social – Ações Ordinárias e Preferenciais*.

De acordo com a lei nº 10.303, recentemente decretada como uma emenda a Lei das Sociedades por Ações, podemos aditar nosso Estatuto Social a fim de modificar os direitos garantidos aos acionistas detentores de ações preferenciais. Para uma descrição detalhada a respeito deste assunto vide *Item 10.B. Memorando de Constituição e Contrato Social – Novas Provisões à Lei das Sociedades por Ações*.

Podemos fazer distribuições tanto na forma de dividendos quanto na de pagamentos de juros sobre o capital próprio. Os dividendos relativos às ADSs e a detentores não residentes de ações ordinárias não estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte, exceto os dividendos declarados com base nos lucros gerados antes de 31 de dezembro de 1995. Estes dividendos estarão sujeitos a um imposto de renda retido na fonte de 15%. As distribuições de juros sobre o capital próprio aos acionistas, incluindo os detentores de ADSs, estão atualmente sujeitas ao imposto de renda retido na fonte de 15%. Efetuamos o pagamento de dividendos em moeda nacional.

Somos obrigados a realizar uma assembléia ordinária de acionistas até 30 de abril de cada ano, na qual um dividendo anual poderá ser declarado. Adicionalmente, dividendos intercalares poderão ser declarados pelo Conselho de Administração. Em conformidade com a Lei da Sociedades Anônimas brasileira, o pagamento de dividendos deve ser pago ao acionista que detiver as ações na data da declaração de dividendos, dentro do prazo de 60 dias após a data em que o dividendo foi declarado, a menos que uma deliberação dos acionistas estipule uma outra data de pagamento, o que, em qualquer circunstância, deve ocorrer antes do encerramento do exercício social em que esse dividendo foi declarado. Um acionista tem um período de três anos, a partir da data de pagamento de dividendos, para reclamar dividendos (ou pagamentos de juros sobre o capital próprio) relacionados às suas ações, após o qual não teremos qualquer obrigação em relação a esses pagamentos. A partir de 1997 todas as distribuições de resultado que efetuamos foram na forma de juros sobre o capital próprio.

Efetuaremos distribuições de dividendos sobre ações preferenciais Classe A vinculadas às ADSs em moeda brasileira ao custodiante em nome do depositário. O custodiante converterá então esses resultados em dólares norte-americanos, e providenciará para que esses dólares norte-americanos sejam entregues ao depositário para distribuição aos detentores de ADRs. Em conformidade com os termos da lei brasileira em vigor, dividendos pagos aos acionistas que não residam no Brasil, incluindo detentores das ADSs preferenciais, não estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte. Vide *Item 10.E Impostos - Considerações Fiscais Brasileiras*.

A tabela abaixo estabelece o equivalente em dólares das distribuições de dividendos que pagamos aos detentores de ações ordinárias e de ações preferenciais Classe A em relação aos períodos indicados. Para sua conveniência, calculamos as conversões para dólares norte-americanos utilizando tanto a taxa de mercado comercial em vigor na data do pagamento quanto a taxa de R\$ 2,522 para US\$ 1,00 em 31 de maio de 2002.. Declaramos os valores brutos, livres de quaisquer impostos aplicáveis a retenção na fonte.

Ano	Data de Pagamento	Em dólares norte-americanos por Ação na data de pagamento	Em dólares norte-americanos por Ação em 31 de maio de 2002
1997	30 de maio	\$ 0,48	0,17
	02 de setembro	0,30	0,11
1998	8 de maio	0,88	0,36
	31 de agosto	0,64	0,27
1999	15 de janeiro	0,44	0,23
	31 de março	0,29	0,18
	20 de agosto	0,57	0,39
2000	01 de março	0,66	0,41
2001	20 de fevereiro	1,66	0,18
	10 de dezembro.....	0,98	0,82
2002	30 de abril	0,98	0,82

8.B. Alterações Significativas

Não aplicável.

Item 9. Oferta e Registro em Bolsas de Valores

9.A.1-3. Detalhes de Oferta

Não aplicável.

9.A.4. Histórico dos Preços de Ações

A tabela abaixo contém informações relativas às nossas ADSs preferenciais e ordinárias para os períodos indicados conforme relatório da Bolsa de Valores de Nova York (em relação aos períodos anteriores a junho de 2000 pela National Quotations Bureau, Inc.), e nossas ações preferenciais Classe A e ações ordinárias, conforme relatório da Bolsa de Valores de São Paulo.

	Reais por Ação Ordinária		Reais por Ação Preferencial Classe A		Dólar por ADS preferencial		Dólar por ADS ordinária	
	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
1997.....	\$ 33,00	\$ 17,00	\$ 31,50	\$ 18,40	\$ 28,51	\$ 16,87	-	-
1998.....	27,00	10,00	29,10	13,00	25,13	11,38	-	-
1999.....	42,00	9,80	50,00	13,80	26,50	10,87	-	-
2000.....	52,40	33,00	59,00	38,82	33,13	19,75	-	-
2001.....	55,00	42,70	58,70	44,00	26,98	18,65	-	-
Primeiro Trimestre 2000	52,40	33,00	59,00	42,00	33,13	22,75	-	-
Segundo Trimestre 2000	46,00	35,00	53,50	40,01	29,00	22,62	-	-
Terceiro Trimestre 2000.....	49,00	41,21	54,00	44,97	29,75	24,44	-	-
Quarto Trimestre 2000.....	46,50	37,00	47,80	38,82	25,56	19,75	-	-
Primeiro Trimestre 2001	51,00	42,70	53,60	44,00	26,98	23,05	-	-
Segundo Trimestre 2001	54,00	46,50	58,60	49,05	25,70	22,05	-	-
Terceiro Trimestre 2001.....	55,00	46,40	55,00	45,50	23,15	18,65	-	-
Quarto Trimestre 2001.....	54,00	47,00	58,70	49,60	23,61	19,00	-	-
Agosto 2001	53,99	50,80	52,88	51,01	21,25	20,11	-	-
Setembro 2001.....	52,50	46,40	53,79	45,50	20,11	18,65	-	-

	Reais por Ação Ordinária		Reais por Ação Preferencial Classe A		Dólar por ADS preferencial		Dólar por ADS ordinária	
	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
Outubro 2001	54,00	50,60	56,40	51,40	20,92	19,00	-	-
Novembro 2001	53,60	47,00	58,70	49,60	22,65	20,20	-	-
Dezembro 2001	53,40	48,00	55,00	51,48	23,61	21,35	-	-
Janeiro 2002	55,40	50,00	56,50	50,70	23,45	21,52	-	-
Fevereiro 2002.....	62,32	53,80	60,50	54,65	25,45	22,40	-	-
Março 2002.....	65,70	59,40	64,20	58,50	27,49	24,80	27,39	26,15
Abril 2002	66,50	61,50	66,30	59,80	28,35	25,75	28,46	26,60
Mai 2002	75,99	64,60	74,50	63,52	29,51	26,90	30,00	27,00
Junho 2002 (Até 25/06/02)...	78,01	71,00	75,90	65,80	29,30	23,70	30,00	25,68

9.A. 5-7. Detalhes do Registro em Bolsa

Não aplicável.

9.B. Plano de Distribuição

Não aplicável.

9.C. Mercados

Nossas ações representativas do capital comercializadas publicamente consistem de ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal. Nossas ações ordinárias e ações preferenciais Classe A são publicamente negociadas no Brasil, na Bolsa de Valores de São Paulo, conhecida por BOVESPA, através das denominações VALE3, e VALE5, respectivamente. Nossas ações ordinárias e preferenciais também são negociadas no LATIBEX, através da denominação XVALO e XVALP, respectivamente. A LATIBEX é um mercado eletrônico criado em 1999 pela Bolsa de Valores de Madrid a fim de permitir a negociação em euro de títulos de valores mobiliários provenientes da América Latina.

Nossas ADSs ordinária, cada uma representando uma ação ordinária, têm sido negociadas na Bolsa de Valores de Nova York desde março de 2002, através da denominação RIO. Nossas ADSs preferenciais, cada uma representando uma ação preferencial, têm sido negociadas na Bolsa de Valores de Nova York desde junho de 2000, através da denominação RIOPR. Até junho de 2000, as ADSs preferenciais eram negociadas no mercado de balcão. O J.P. Morgan Chase Bank servia como um depositário das ADSs preferenciais. Em 31 de dezembro de 2001, existiam 57.754.261 ADSs em circulação, representando 41,7% nas nossas ações preferenciais ou 14,9% do nosso capital total.

9.D., 9.E. e 9.F. Venda de Ações, Diluição e Despesas de Emissão

Não aplicável.

Item 10. Informações Adicionais

10.A. Capital Social

Para uma descrição de nossas ações ordinárias e ações preferenciais, incluindo os direitos de voto e direitos de preferência, ver *Item 10.B. Memorando de Constituição e Contrato Social – Ações Ordinárias e Preferenciais*.

A tabela abaixo ilustra a recente mudança na nossa composição acionária:

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A
Ações autorizadas.....	300.000.000	600.000.000
Ações emitidas até 31 de dezembro de 1999.....	249.983.143	138.575.912
Ações recompradas até 31 de dezembro de 1999.....	-	(3.659.311)
Ações em circulação em 31 de dezembro de 1999.....	249.983.143	134.916.601
Ações recompradas durante 2000.....	(7.300)	-
Ações em circulação em 31 de dezembro de 2000.....	249.975.843	134.916.601
Ações recompradas durante 2001.....	(4.707.870)	3.659.220
Ações em circulação em 31 de dezembro de 2001.....	245.267.973	138.575.821
Ações recompradas durante janeiro de 2002.....	-	(4.900)
Ações recompradas durante fevereiro de 2002.....	-	240
Ações em circulação em 31 de maio de 2002.....	245.267.973	138.571.161

O capita social da Vale Overseas é de US\$ 1.000,00 divididos em lotes de 1.000 ações ordinárias. Todas as ações subscritas foram totalmente pagas e detidas por nós.

10.B. Memorando de Constituição e Contrato Social

Objeto da Empresa

A Cláusula 2 do Estatuto define o nosso objeto social, incluindo (1) realizar o aproveitamento de jazidas minerais no Brasil e no exterior através da extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais, (2) construir, operar e explorar o tráfego de ferrovias, (3) operar terminais marítimos, inclusive navegação de apoio portuário, (4) explorar, industrializar e comercializar recursos florestais, (5) realizar, no Brasil e no exterior, outras atividades inerentes ao nosso objeto empresarial, incluindo pesquisa, industrialização, negociação, importação e exportação de produtos e prestação de serviços e (6) constituir participações em empresas que atuem no escopo de nosso objeto empresarial.

Poderes dos Conselheiros

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas Brasileira, se um conselheiro ou diretor executivo tiver um conflito de interesses com a empresa no que diz respeito a qualquer transação proposta, o conselheiro ou diretor executivo não poderá votar em qualquer deliberação do Conselho de Administração ou na diretoria com relação a tal transação e deverá divulgar a natureza e medida do conflito de interesse para transcrição nas atas de reunião. Em qualquer caso, um conselheiro ou diretor executivo não poderá fazer nenhum negócio com a empresa, incluindo quaisquer empréstimos, exceto sob termos e condições razoáveis e justas que sejam idênticas aos termos e condições vigentes no mercado ou oferecidos por terceiros. De acordo com o Estatuto, os acionistas estabelecem a remuneração total a ser paga aos conselheiros e diretores executivos. O Conselho de Administração atribui a remuneração entre os seus membros e diretores executivos. Vide *Item 6.A.*,

6.B. e 6.C. *Conselhos, Diretores Executivos, Remuneração e Práticas dos Conselhos – Compensação*. Nosso Estatuto não estabelece nenhuma restrição quanto à idade para aposentadoria obrigatória.

Ações Ordinárias e Preferenciais

Seguem determinadas informações sobre o nosso capital social autorizado e emitido e um breve resumo de determinadas disposições significativas de nosso Estatuto e da Lei das Sociedades Anônimas brasileira. Esta descrição não está completa e está qualificada mediante referência ao nosso Estatuto (sendo que uma tradução do inglês foi registrada na Comissão) e à Lei das Sociedades Anônimas brasileira.

Geral

O nosso Estatuto autoriza a emissão de até (1) 300 milhões de ações ordinárias e, (2) até 600 milhões de ações preferenciais Classe A ou ações preferenciais Classe B, sendo cada caso exclusivamente baseado na aprovação do Conselho de Administração sem outra aprovação adicional de acionista. Atualmente, não há nenhuma ação preferencial Classe B em circulação.

Cada detentor de ações ordinárias tem direito a um voto em nossas assembleias de acionistas. Os detentores de ações ordinárias não têm direito de preferência em relação a dividendos, outras distribuições ou qualquer preferência em caso de liquidação.

Os detentores de ações preferenciais Classe A de modo geral têm os mesmos direitos de voto que os detentores de ações ordinárias, exceto com relação a eleição dos membros do Conselho de Administração, e têm direito a um dividendo preferencial mínimo não cumulativo anual de 6% de sua participação proporcional no capital integralizado antes de qualquer distribuição aos detentores de ações ordinárias ou aos detentores de ações preferenciais Classe B, se houver. Os detentores de ações preferenciais Classe A e da ação preferencial especial também podem eleger um membro do Conselho Fiscal permanente e o seu respectivo suplente. Os detentores não controladores de ações ordinárias consistindo em, pelo menos, 10% das ações ordinárias em circulação também poderão eleger um membro do Conselho Fiscal e o seu respectivo suplente. A partir de 1º de março de 2002, os detentores de ações preferenciais e ordinárias podem em algumas circunstâncias combinar suas respectivas participações para eleger membros do nosso Conselho de Administração. Vide *Alterações as Leis das Sociedades por Ações*. Os detentores de ações preferenciais classe A não têm direito de preferência em caso de liquidação.

A ação preferencial especial é detida pelo Governo Brasileiro. O detentor da ação preferencial especial tem os mesmos direitos (incluindo o relativo a voto, preferência de dividendo e na liquidação) que os detentores de ações preferenciais Classe A. Além disso, o detentor de ação preferencial especial tem direito a vetar qualquer de nossas medidas propostas com relação aos seguintes assuntos:

- (1) alteração de denominação;
- (2) alteração da sede de nossa empresa;
- (3) alteração do objeto empresarial relativo à exploração de jazidas minerais;
- (4) qualquer liquidação de nossa empresa;

- (5) qualquer alienação ou dissolução de atividades de qualquer um ou mais de nossos seguintes estágios dos sistemas integrados de nossa exploração de minério de ferro:
 - (a) jazidas minerais, depósitos de minério, minas;
 - (b) ferrovias;
 - (c) portos e terminais marítimos;
- (6) qualquer alteração ao Estatuto com relação aos direitos atribuídos às classes de capital social emitido por nós; e
- (7) qualquer alteração ao Estatuto com relação aos direitos atribuídos à ação preferencial especial.

Cálculo de Valor Passível de Distribuição

Em cada Assembléia anual de acionistas, o Conselho de Administração deve propor a destinação do nosso lucro líquido referente ao exercício social anterior. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia para um exercício social é representado por sua receita líquida depois do imposto de renda e contribuição social para tal exercício social, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores e dos valores atribuídos à participação dos funcionários e administradores nos lucros da companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nosso lucro líquido deve ser ajustado pela dedução dos valores alocados à reserva legal, reservas por contingências, dedução dos valores alocados a outras reservas por nós estabelecidas, em conformidade com as leis aplicáveis e acréscimo das reversões das reservas constituídas mas não realizadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado estará disponível para distribuição aos acionistas. Nós podemos também estabelecer reservas discricionárias, reservas de retenção de lucros para investimentos e reservas de incentivos fiscais, como discutido abaixo.

Reserva Legal. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, somos obrigados a manter uma reserva legal à qual devemos atribuir 5% de nosso lucro líquido de cada exercício social até o limite de 20% do nosso capital social. Se registrarmos prejuízos líquidos em exercícios futuros, tais prejuízos poderão ser absorvidos pela reserva legal.

Reservas Estatutárias. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma companhia pode também determinar a alocação discricionária de parcela do seu lucro líquido para reservas criadas pelo Estatuto Social. O nosso Estatuto Social prevê uma reserva de exaustão que pode ser levada em conta no cálculo do lucro líquido ajustado em qualquer exercício social. Atualmente mantemos uma reserva de exaustão de incentivo fiscal estabelecida em relação a determinadas operações de mineração. As destinações à reserva de exaustão de incentivo fiscal são dedutíveis para fins tributários. A reserva estatutária de exaustão não tem sido utilizada desde 1996, quando o incentivo fiscal relacionado terminou. Para maiores detalhes, veja nota explicativa 13 das nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Não há limites ao tamanho ou montante de recursos que podem ser destinados pelo nosso Conselho de Administração à reserva estatutária de exaustão. Entretanto, o total da reserva legal, reserva de amortização e reserva para projetos de investimentos não pode exceder o montante de nosso capital integralizado.

Reserva para Contingências. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma parte do nosso lucro líquido também pode ser destinado discricionariamente a uma reserva para contingências para compensar uma perda julgada provável em exercícios futuros. Qualquer valor assim alocado em um exercício anterior deve ser revertido no exercício social no qual a perda foi prevista se esta, de fato, não ocorrer ou compensado, se a perda ocorrer.

Retenção de Lucros para Investimentos. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma parte de nosso lucro líquido pode ser destinado discricionariamente à expansão de nossa planta e outros projetos de investimento de capital, desde que tal valor seja baseado em orçamento de capital previamente apresentado pela administração e aprovado pelos acionistas. De acordo com a Lei 10.303, os orçamentos de capital previamente aprovados devem ser revisados anualmente, quando tiverem duração superior a um exercício social. Uma vez concluídos os projetos de capital aprovados, podemos reter estes valores até que os acionistas votem pela capitalização ou transferência para lucros retidos, total ou parcialmente, dos valores em reserva.

Reserva de Lucros a Realizar. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, anterior à Lei 10.303, se o valor do Dividendo Obrigatório, para qualquer exercício em particular, exceder a parcela realizada do lucro do exercício líquido, o excedente poderá ser atribuído a uma reserva de lucros a realizar. Para qualquer exercício em particular, a “parcela realizada do lucro líquido” representa a parcela do lucro líquido que exceder a soma do resultado credor da correção monetária de balanço (até 31 de dezembro de 1995), resultado líquido positivo da equivalência patrimonial e o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo preço de realização financeira ocorra após o encerramento do exercício social seguinte. A partir de 1º de março de 2002, com a entrada em vigor da Lei 10.303, o montante do dividendo obrigatório, que exceder a parcela realizada do lucro líquido do exercício poderá ser destinado à reserva de lucros a realizar. A parcela realizada do lucro líquido é o montante do lucro que excede a soma de (i) resultado líquido positivo de equivalência patrimonial em controladas e coligadas e (ii) os lucros obtidos em transações com liquidação após o encerramento do próximo exercício.

Reserva de Investimento de Incentivo Fiscal. De acordo com as leis fiscais brasileiras, uma parte do nosso lucro líquido pode também ser atribuída a uma reserva de investimento de incentivo fiscal, em valores correspondentes a reduções em nosso imposto de renda geradas por investimentos em determinados programas aprovados pelo Governo Federal.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que todas as alocações do lucro líquido, incluindo reservas estatutárias, reserva para contingências, reserva de lucros a realizar e retenção de lucros para investimentos, estão sujeitas à aprovação dos acionistas com direito a voto em assembléia geral ordinária e podem ser capitalizadas ou utilizadas para o pagamento de dividendos em exercícios posteriores. A reserva de investimento de incentivo fiscal e a reserva legal também estão sujeitas à aprovação dos acionistas com direito a voto em assembléia geral ordinária e podem ser capitalizadas, porém não estão disponíveis para o pagamento de dividendos em exercícios subsequentes. Após a alocação do lucro líquido às reservas de capital, somos obrigados a distribuir integralmente o lucro líquido ajustado na forma de dividendos.

Nosso cálculo do lucro líquido e alocações às reservas para qualquer exercício social são determinadas com base nas demonstrações contábeis elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações. Nossas demonstrações contábeis consolidadas apresentadas nesse prospecto, foram preparadas de acordo com U.S.GAAP e, muito embora nossa alocação para reservas e dividendos estejam refletidas nessas demonstrações contábeis, os investidores não poderão calcular a referida alocação e o valor dos dividendos mínimos obrigatórios com base nas mesmas.

Dividendos Obrigatórios

O nosso Estatuto Social determina que somos obrigados a distribuir aos acionistas, a título de dividendo ou juros sobre o capital próprio, relativamente à cada exercício social uma quantia total equivalente a não menos de 25% do lucro líquido ajustado (“Dividendo Obrigatório”) do exercício social a não ser que o Conselho de Administração determine, na assembléia geral

ordinária de acionistas, que o pagamento do Dividendo Obrigatório relativo ao exercício social anterior não seria aconselhável em vista da nossa condição financeira. Os dividendos pagos aos acionistas preferenciais será considerado na determinação de quando pagamos os dividendos obrigatórios. O Conselho fiscal deverá revisar qualquer determinação e reportá-la aos acionistas e a CVM. Em adição ao Dividendo Obrigatório, o Conselho de Administração pode recomendar aos acionistas o pagamento de dividendos a partir de outros recursos legalmente disponíveis. Qualquer pagamento de dividendos intermediários ou intercalares será deduzido do valor do Dividendo Obrigatório para aquele exercício social. Os acionistas deverão também aprovar a recomendação do Conselho de Administração no que se refere a qualquer distribuição exigida. O valor do dividendo obrigatório abrange o valor da reserva legal, da reserva de contingência e da reserva de lucros não realizados. O valor do dividendo obrigatório não abrange o valor da reserva de exaustão. Vide *Cálculo de Valor Passível de Distribuição*. Até a data, nosso Conselho de Administração nunca determinou que o pagamento de dividendos obrigatórios não fosse aconselhável.

Desde nossa privatização em 1997 e, seguindo orientação da Valepar, nosso principal acionista, temos distribuído dividendos de no mínimo 50% do valor passível de distribuição em cada exercício social.

Prioridade de Pagamento de Dividendo das Ações Preferenciais

De acordo com o nosso Estatuto Social, os detentores de ações preferenciais classe A e da ação preferencial de classe especial terão prioridade no recebimento de um dividendo anual mínimo não cumulativo, equivalente a 6% de sua participação proporcional em nosso capital social, antes de qualquer pagamento de dividendos aos detentores de ações preferenciais classe B e de ações ordinárias. Adicionalmente, quaisquer futuros detentores de nossas ações preferenciais classe B, que foram autorizadas mas não emitidas, terão prioridade no recebimento de um dividendo anual mínimo, não cumulativo, equivalente a 6% de sua participação proporcional em nosso capital social, antes do pagamento de dividendos aos titulares de ações ordinárias. Na medida em que os dividendos são declarados por nós em relação a qualquer exercício social em valores superiores aos dividendos mínimos devidos às ações preferenciais, e após os detentores de ações ordinárias receberem dividendos equivalentes por ação ao dividendo mínimo por ação pago aos detentores de ações preferenciais, os detentores de ações ordinárias e de ações preferenciais participarão em igualdade de condições no recebimento dos dividendos adicionais, que terão o mesmo valor por ação. Desde a primeira etapa de nosso processo de privatização, temos distribuído dividendos superiores ao dividendo mínimo, resultando no recebimento do mesmo dividendo por ação por todos os acionistas.

Outras Questões Relacionadas às Ações Preferenciais

Nosso Estatuto Social não prevê a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias. Além disso, as ações preferenciais não têm nenhuma preferência ou vantagem por ocasião de nossa liquidação e não há nenhuma provisão de resgate associada às ações preferenciais.

Juros sobre Capital Próprio

Consoante uma mudança na lei fiscal brasileira em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras estão autorizadas a pagar valores adicionais a acionistas e lançar tais pagamentos como uma despesa para fins da determinação do valor devido a título de imposto de renda. O propósito da mudança na lei fiscal é incentivar o uso de investimentos em participações acionárias em vez do endividamento para o financiamento de atividades empresariais. De acordo com a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, nosso Estatuto Social prevê a distribuição de juros

sobre o capital próprio como uma maneira alternativa de remuneração aos acionistas. A taxa de juros aplicada está, de modo geral, limitada à taxa de juros de longo prazo brasileira, ou TJLP, para o período aplicável. A dedução do valor dos juros pagos não pode exceder o que for maior entre (1) 50% do lucro líquido (após a dedução da provisão da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da provisão do imposto de renda) para o período relativo ao qual o pagamento é efetuado ou (2) 50% da quantia dos lucros acumulados e reservas de lucros. Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas está sujeito a imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15%, exceto para beneficiário domiciliado em paraíso fiscal (por exemplo, um país que não cobre imposto sobre a renda ou cuja alíquota máxima do imposto seja inferior a 20%) para os quais a alíquota é de 25%. De acordo com o nosso Estatuto Social, o valor pago aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, líquido de qualquer imposto retido na fonte, pode ser incluído como parte de qualquer Dividendo Obrigatório. Conforme a Lei das Sociedades por Ações, somos obrigados a distribuir aos acionistas um valor suficiente para garantir que o valor líquido recebido, após a retenção do imposto de renda retido na fonte aplicável à distribuição de juros sobre o capital próprio, seja pelo menos equivalente ao Dividendo Obrigatório.

Direitos de Voto

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a um voto em nossas assembleias de acionistas. Os detentores de ações preferenciais Classe A têm os mesmos direitos de voto que os detentores de ações ordinárias, exceto que não poderão votar na eleição dos membros do Conselho de Administração, salvo em havendo atrasos no pagamento de dividendos, conforme descrito abaixo. Um dos membros do Conselho Fiscal permanente e seu respectivo suplente são eleitos pela maioria de votos dos titulares de ações preferenciais Classe A. A partir de 1º de março de 2002 os acionistas em ações preferenciais e ordinárias podem, em certas circunstâncias, combinar suas respectivas participações acionárias para eleger membros do Conselho de Administração. Vide *Alterações à Lei das Sociedades por Ações*.

A ação preferencial de classe especial confere ao seu titular os mesmos direitos de voto que possuem os detentores de ações preferenciais Classe A. A ação preferencial de classe especial também confere outros direitos de veto relevantes, relativos a propostas específicas, conforme descrito anteriormente (Vide *Geral*).

A Lei das Sociedades por Ações determina que os detentores de ações sem direito a voto ou ações com direito de voto restrito, tais como as ações preferenciais, adquirirão direitos de voto irrestritos a partir do momento em que a companhia tenha deixado de pagar qualquer dividendo fixo ou mínimo ao qual essas ações tenham direito durante três exercícios sociais consecutivos (ou durante qualquer período menor estabelecido nos atos constitutivos de uma companhia). Os direitos de voto perduram até que o pagamento devido seja efetuado. O nosso Estatuto Social não estabelece período menor.

Qualquer alteração nas preferências ou vantagens conferidas às nossas ações preferenciais classe A, ou a criação de uma classe de ações tendo prioridade sobre as ações preferenciais classe A, exige a aprovação dos detentores da maioria das ações preferenciais classe A em circulação, votando como uma classe em uma assembleia especial de detentores dessas ações.

Assembléias de Acionistas

Uma assembléia geral ordinária de acionistas decide anualmente todos os assuntos relativos aos nossos propósitos e a aprovar as deliberações que considerarem necessárias para a nossa proteção e bem-estar.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas com direito a voto em uma Assembléia Geral têm poderes entre outros para:

- modificar o Estatuto Social;
- eleger ou destituir, a qualquer momento, membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- receber as contas anuais da administração e aceitar ou recusar as demonstrações contábeis da administração, incluindo a alocação do lucro líquido ajustado para pagamento do Dividendo Obrigatório e as alocações às diversas contas de reserva;
- autorizar a emissão de debêntures;
- suspender os direitos de um acionista por descumprimento das obrigações estabelecidas por lei ou pelo Estatuto Social;
- aceitar ou recusar a avaliação de ativos contribuídos por um acionista para integralizar ações subscritas em um aumento de capital social;
- aprovar deliberações para a transformação de nosso tipo societário, para realizar qualquer incorporação, fusão ou cisão, ou dissolução e liquidação da sociedade e para eleger e destituir nossos liquidantes e examinar suas contas; e
- autorizar a administração a pedir falência ou requerer concordata, um procedimento que envolve proteção aos credores semelhante em natureza as reorganizações sob o Código de Falência Norte-Americano.

Todas as assembléias de acionistas, incluindo a assembléia geral ordinária, são convocadas mediante a publicação com, no mínimo, quinze dias de antecedência da data da assembléia programada, por, no mínimo, três vezes, de um anúncio no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em um jornal de grande circulação na cidade onde temos nossa sede social, a qual é o Rio de Janeiro. Nossos acionistas previamente designaram o Jornal do Commercio para esta finalidade. Adicionalmente, porque nossas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, devemos publicar um anúncio no Diário do Comércio e da Indústria, que é impresso em São Paulo. Tal anúncio deve conter a ordem do dia para a assembléia e, no caso de reforma do nosso Estatuto Social, uma indicação da matéria. De acordo com o nosso Estatuto Social, o detentor da ação preferencial de classe especial tem ainda direito a uma notificação de, no mínimo, 15 dias de antecedência a qualquer Assembléia Geral Ordinária, para avaliar qualquer ação proposta sujeita aos direitos de veto atribuídos à ação preferencial especial. Vide *Ações Ordinárias e Preferenciais – Geral*.

Uma assembléia geral ordinária pode ser instalada se os acionistas que representam, pelo menos, um quarto do capital votante estiverem presentes. Se não houver quorum, deve ser novamente feita a convocação, conforme descrito acima, e uma assembléia poderá, então, ser

instalada sem qualquer exigência específica de quorum, sujeita às exigências mínimas de quorum e de voto relativas a determinados assuntos, conforme discutidos abaixo. Um acionista sem direito de voto poderá comparecer a uma Assembléia Geral Ordinária e participar do debate de assuntos apresentados para consideração.

Exceto se de outra forma previsto em lei, as deliberações de uma assembléia geral ordinária são aprovadas pela maioria simples de voto, não se considerando as abstenções. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a aprovação pelos acionistas que representam pelo menos metade das ações com direito a voto emitidas e em circulação é exigida para os tipos de medidas descritas a seguir, bem como, no caso dos itens (a) e (b), a maioria das ações emitidas e em circulação da classe afetada: (a) a criação de uma nova classe de ações preferenciais ou o aumento, de maneira desproporcional, de uma classe existente de ações preferenciais com relação às outras classes de ações, exceto conforme previsto no Estatuto Social, que nos permite aumentar o número de ações preferenciais Classe B de maneira desproporcional em relação ao número de ações ordinárias e ações preferenciais Classe A; (b) a alteração de uma prioridade, preferência, direito, privilégio ou condição de resgate ou amortização de qualquer classe de ações preferenciais ou a criação de qualquer classe de ações preferenciais sem direito a voto que tenha uma prioridade, preferência, direito, condição de resgate ou amortização superior a uma classe de ações existente, tais como as ações preferenciais; (c) a redução do Dividendo Obrigatório; (d) a modificação do objeto social; (e) nossa fusão, cisão ou incorporação com outra companhia; (f) nossa dissolução ou liquidação; (g) a participação em um grupo de sociedades (conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações); e (h) a cessão de uma liquidação nossa em andamento.

Sempre que as ações de qualquer classe do capital social tenham direito de voto, cada ação terá direito a um voto.

As assembléias gerais ordinárias anuais devem ser realizadas até 30 de abril de cada ano. As assembléias gerais ordinárias são convocadas, instaladas e presididas pelo Presidente ou Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração. Um acionista pode ser representado em uma assembléia geral ordinária por um procurador nomeado não mais de um ano antes da assembléia, que deverá ser acionista, administrador da companhia ou advogado. No caso de uma companhia aberta, tal como a nossa, o procurador também pode ser uma instituição financeira.

Direitos de Retirada

Nossas ações ordinárias e preferenciais não são resgatáveis, porém, em determinados casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, acionistas dissidentes têm o direito de retirada mediante reembolso do valor de suas ações, se for tomada uma das seguintes decisões em uma assembléia geral ordinária por acionistas que representam, pelo menos, 50% das ações com direito a voto:

- (1) criar uma nova classe de ações preferenciais ou para aumentar, de maneira desproporcional, uma classe de ações preferenciais existente em relação às outras classes de ações (salvo se tais medidas forem previstas ou autorizadas pelo Estatuto Social);
- (2) modificar uma preferência, vantagem ou condição de resgate ou amortização conferida a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou para criar uma nova classe com privilégios superiores àqueles conferidos às classes de ações preferenciais existentes;
- (3) reduzir o Dividendo Obrigatório;
- (4) alterar nosso objeto social;

- (5) nos incorporar a uma outra companhia ou nos consolidar;
- (6) transferir a totalidade de nossas ações para uma outra companhia, a fim de nos tornar uma subsidiária integral dessa companhia em uma incorporação de ações;
- (7) aprovar a aquisição de controle de uma outra companhia por um preço excedente a determinados limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações;
- (8) aprovar nossa participação em grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações);
- (9) conduzir uma cisão que resulte em (a) uma mudança em nosso objeto social, (b) uma redução nos dividendos obrigatórios ou (c) qualquer participação em grupo de sociedades (conforme definido na Lei de Sociedades Anônimas); ou
- (10) no caso da entidade resultante de (a) uma fusão, (b) incorporação de ações, conforme descrito no item (6) acima, ou (c) uma cisão por nós realizada, não obter o registro de companhia aberta e, se for o caso, não obter o registro de suas ações para negociação em bolsa de valores, no prazo de 120 dias a contar da Assembléia Geral Ordinária na qual tal decisão foi aprovada.

Somente detentores de ações adversamente afetadas pelas mudanças mencionadas nos itens (1) e (2) acima poderão exigir o direito de retirada. O direito de retirada mencionado nos itens (5), (6) e (8) acima somente poderá ser exercido se as nossas ações não observarem determinados testes de liquidez na ocasião da deliberação dos acionistas. O direito de retirada caduca 30 dias após a publicação da ata da Assembléia Geral Ordinária pertinente, salvo se, no caso dos itens (1) e (2) acima, a deliberação estiver sujeita à confirmação pelos acionistas preferenciais em uma assembléia geral especial a ser realizada dentro de um ano, caso em que o prazo de 30 dias é contado a partir da publicação da ata da assembléia geral especial.

Podemos reconsiderar qualquer medida que dê causa ao direito de retirada dos nossos acionistas no prazo de dez dias após o vencimento do prazo para exercício desses direitos, se a retirada de ações de acionistas dissidentes puder colocar em risco a nossa estabilidade financeira. A Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997, que modificou a Lei das Sociedades por Ações, contém disposições que restringem os direitos de retirada em determinados casos e permite às companhias reembolsar o valor de suas ações com base no seu valor econômico, sujeito a determinadas exigências. Atualmente, nosso Estatuto Social não prevê que nossas ações serão reembolsadas com base em seu valor econômico e, conseqüentemente, qualquer reembolso em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações seria feito com base no valor contábil por ação, determinado com base no último balanço patrimonial aprovado pelos acionistas. No entanto, se a Assembléia Geral que deu origem aos direitos de retirada tiver ocorrido a mais de 60 dias após a data do último balanço patrimonial aprovado, o acionista terá o direito de exigir que as suas ações sejam avaliadas com base em novo balanço patrimonial datado de até 60 dias antes da Assembléia Geral que deu origem ao direito de retirada.

Direitos de Preferência

Cada acionista nosso tem direito de preferência para subscrever ações em qualquer aumento de capital, proporcionalmente à sua participação no nosso capital social. Um prazo mínimo de 30 dias após a publicação de notificação de um aumento de capital é dado aos acionistas para o

exercício do direito de preferência, que é negociável. De acordo com o nosso Estatuto Social, o nosso Conselho de Administração pode decidir não conferir os direitos de preferência aos nossos acionistas ou, de acordo com a Lei 10.303, reduzir o período de 30 dias para o exercício do direito de preferência, em cada caso, com relação a qualquer emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição de ações no contexto de uma oferta pública, sujeito ao limite do capital autorizado. No caso de um aumento de capital, os titulares de ADSs preferenciais terão direito de preferência para subscrever quaisquer ações emitidas. No caso de um aumento de capital que manteria ou aumentaria a proporção do capital representado por ações Ordinárias, os detentores de ações Ordinárias e ADS terão direitos de preferência para subscrever somente ações Ordinárias recentemente emitidas. No caso de um aumento de capital que reduziria a proporção do capital representado por ações Ordinárias, os titulares de ações Ordinárias terão direitos de preferência para subscrever ações Ordinárias, proporcionalmente às suas participações acionárias, e para as ações preferenciais somente na medida em que for necessário para impedir a diluição de sua participação total em nossa companhia. Os detentores de "ADS" podem não ter como exercer seus direitos de preferência com relação às ações ordinárias. Na ocorrência de um aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção do capital representada por ações ordinárias, os detentores de ADR ordinários terão direito de preferência somente na subscrição de novas ações ordinárias emitidas. Na ocorrência de um aumento de capital que reduza a proporção do capital representada por ações ordinárias, os detentores de ADR ordinários terão direito de preferência na subscrição de ações preferenciais somente até a quantidade necessária para evitar a diluição dos seus juros globais em nossa empresa.

Alterações à Lei das Sociedades por Ações

Em 31 de outubro de 2001 foi promulgada a Lei nº 10.303 (“Lei nº10.303/01”), que alterou a Lei das Sociedades por Ações e da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976 (a “Lei do Mercado de Capitais”). O objetivo principal da Lei nº 10.303/01 é de fortalecer os direitos dos acionistas minoritários.

A Lei nº 10.303 pode ter um impacto nas ações representadas por ADS porque, a partir de 1º de março de 2002:

- Nosso acionista controlador será obrigado a realizar uma oferta pública de aquisição de ações de nossa emissão, caso ele aumente sua participação em nosso capital social a um nível que afete significativa e adversamente a liquidez de nossas ações, conforme parâmetros a serem estipulados pela CVM;
- Qualquer adquirente do nosso controle acionário será obrigado a realizar uma oferta pública de aquisição de ações ordinárias de nossa emissão, ao preço mínimo por ação equivalente a, no mínimo, 80% do preço por ação ordinária pago pelo bloco de controle;
- Poderemos resgatar as ações que restarem em circulação caso, após uma oferta pública de aquisição de nossas ações, nosso acionista controlador aumente sua participação no capital social acima de 95%;
- Em caso de cisão da Companhia, nossos acionistas terão direito de recesso, desde que tal cisão implique em (a) mudança do objeto social, (b) redução do Dividendo Obrigatório ou (c) participação em um grupo de sociedades (como definido na legislação brasileira);
- Estamos obrigados a conferir aos detentores de nossas ações preferenciais uma das seguintes vantagens a fim de ser cotada e comercializada em bolsa de valores: (i) dividendo prioritário equivalente a, no mínimo, 3% do valor patrimonial da ação, além

de participar dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ordinárias; (ii) dividendo preferencial 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; ou (iii) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle (*tag along*), a 80% do preço. Podemos alterar nosso Estatuto Social para conferir qualquer destas vantagens que pode afetar os detentores de nossas ações preferenciais atualmente em circulação aos detentores de ações preferenciais em atendimento à Lei nº 10.303/01 até o final de 2002, sem que tal alteração não confira direito de retirada aos nossos acionistas;

- Detentores de (i) ações preferenciais representando 10% das ações representativas do capital social total e (ii) ações ordinárias representando 15% das ações do capital votante, não detidas pelo acionista controlador, terão direito a eleger um representante para cada grupo em nosso Conselho de Administração. Não tendo sido reunidos detentores de ações preferenciais e de ações ordinárias em número suficiente para a eleição de representantes de cada grupo, os detentores de ações ordinárias e preferenciais, representando em conjunto, 10% do capital social, terão direito a eleger um membro de nosso Conselho de Administração. Até a Assembléia Geral Ordinária de 2005, os conselheiros que podem ser eleitos de acordo com (i) acima ou pelas detenções combinadas dos acionistas ordinários e preferenciais serão eleitos a partir de uma lista tríplice elaborada pelo controlador. Estes membros do Conselho terão poder de veto na escolha de nossos auditores independentes;
- Os acionistas controladores, membros do nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da nossa Diretoria serão obrigados a divulgar qualquer compra e venda com nossas ações à CVM e bolsas de valores e mercados de balcão organizados onde nossas ações sejam negociadas;
- Seremos obrigados a enviar cópias da documentação que submetermos aos nossos acionistas, com relação a matérias propostas em assembleias de acionistas, às bolsas de valores onde nossas ações são mais intensamente negociadas;

Somos obrigados a adaptar nossos estatutos às novas regras da Lei nº 10.303 até 1 de março de 2003.

Forma e Transferência

Nossas ações preferenciais e ordinárias são mantidas de forma escritural registrado em nome de cada acionista ou seu representante. A transferência de nossas ações é feita através do lançamento nos livros de transferência de ações, debitando-se a conta de ações do vendedor e creditando-se a conta de ações do comprador. Esta transferência é realizada mediante apresentação de ordem escrita do vendedor, ou autorização ou ordem judicial, ou ainda mediante apresentação de documento apropriado que permanece de posse da instituição financeira depositária das ações. A transferência de ações ordinárias e preferenciais negociadas em bolsa é realizada por um representante da corretora interveniente ou pela câmara de liquidação da bolsa de valores. A transferência de ações por um investidor estrangeiro é feita da mesma forma e é realizada pelo agente local do investidor, o qual também é responsável pela atualização das informações relacionadas ao investimento estrangeiro fornecidas ao Banco Central.

A Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, CBLC, vinculada à Bolsa de Valores de São Paulo, opera uma câmara central de liquidação. Um detentor de nossas ações pode participar deste sistema e todas as ações designadas para serem colocadas no sistema serão depositadas em custódia na CBLC por intermédio de uma instituição brasileira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central e que mantenha uma conta de liquidação junto à CBLC. O fato de essas ações

estarem sujeitas à custódia na Bolsa de Valores pertinente será refletido em nosso registro escritural de acionistas. Cada acionista participante estará, por sua vez, registrado no registro de acionistas beneficiários que é mantido pela CBLC e será tratado da mesma maneira que os acionistas registrados.

10.C. Contratos Relevantes

Nenhum

10.D. Controles de Câmbio e Outras Restrições que Afetam os Detentores de Títulos Mobiliários

Não há nenhuma restrição sobre a propriedade de nosso capital social por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do Brasil. Contudo, o direito de converter pagamentos de dividendos e receita de venda de ações preferenciais Classe A ou ações ordinárias em moeda e remeter tais valores para fora do Brasil está sujeito as restrições da legislação de investimentos estrangeiros que normalmente exige, entre outras coisas, que investimentos relevantes sejam registrados no Banco Central. Investidores estrangeiros deverão registrar seus investimentos em conformidade com a Lei Nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, ou da Resolução Nº 2.689 de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional. O Registro efetuado ao amparo da Lei N 4.131 ou Resolução de Nº 2.689 concede tratamento fiscal favorável a investidores estrangeiros que não sejam residentes em uma jurisdição de paraíso fiscal e (ou seja, um país que não imponha imposto sobre a renda ou onde a alíquota máxima de imposto de renda seja inferior a 20%).

Em conformidade com a Resolução Nº 2.689, investidores estrangeiros poderão investir em quase todos os ativos financeiros e se dedicar a quase todas as transações disponíveis nos mercados brasileiros financeiro e de capital, contanto que determinadas exigências sejam satisfeitas. Em conformidade com a Resolução Nº 2.689, a definição de investidor estrangeiro inclui pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos mútuos e outras entidades de investimentos coletivas, domiciliadas ou sediadas no exterior.

De acordo com a Resolução Nº 2.689, um investidor estrangeiro deve:

- nomear no mínimo um representante no Brasil, com poderes para tomar medidas relacionadas a seu investimento,
- nomear um custodiante autorizado no Brasil para seu investimento,
- registrar-se como investidor junto à CVM, e
- registrar seu investimento estrangeiro junto ao Banco Central.

Títulos mobiliários e outros ativos financeiros detidos por investidores estrangeiros em conformidade com os termos da Resolução Nº 2.689 devem ser registrados ou mantidos em contas de depósito ou sob a custódia de uma entidade devidamente licenciada pelo Banco Central ou pela CVM. Além disso, a comercialização dos títulos mobiliários fica restrita a transações levadas a efeito nas bolsas de valores ou por meio de mercados de balcão organizados licenciados pela CVM, salvo no que se refere a transferências resultantes de uma reestruturação societária, ou que ocorram após a morte de um investidor por força de lei ou de acordo com testamento.

A Resolução Nº 1.927 do Conselho Monetário Nacional, que constitui o Anexo V, aditado e reformulado, à Resolução Nº 1.289, as Regulamentações do Anexo V, prevê a emissão de recibos

de depósitos em mercados estrangeiros no que diz respeito a ações de emitentes brasileiros. Da mesma forma, os resultados da venda dos ADSs para os detentores de ADRs, fora do Brasil, estão livres dos controles de investimentos estrangeiros brasileiros, e os detentores de ADSs que não são residentes em uma jurisdição de paraíso fiscal ficarão autorizados a tratamento tributário favorável.

O direito de converter pagamentos de dividendos e resultados a partir da venda de nosso capital social em moeda estrangeira e de remeter esses valores para fora do Brasil é objeto de restrições segundo a legislação de investimentos estrangeiros que exige, de forma geral, entre outras coisas, que o investimento aplicável seja registrado junto ao Banco Central. Restrições sobre a remessa de capital estrangeiro para o exterior poderiam impedir ou criar obstáculos ao CBLC, a Custodiante, na qualidade de custodiante de ações preferenciais de classe A representadas por ADSs, ou detentores que tenham permutado ADSs por ações preferenciais de classe A, de converter dividendos, distribuições ou resultados a partir de qualquer venda de ações preferenciais de classe A, conforme possa ser o caso, em dólares norte-americanos, e de remeter esses dólares norte-americanos para o exterior. Atrasos, ou a recusa na concessão de qualquer aprovação governamental necessária para conversões de pagamentos em moeda brasileira e remessas para o exterior de ações preferenciais de classe A que sirvam de base para ADSs poderiam afetar os detentores de ADSs de forma desfavorável.

O custodiante irá obter um Certificado de Registro em nome da JP Morgan Chase Bank, o Depositário. Em conformidade com o certificado, a Custodiante e o Depositário serão capazes de converter os dividendos e outras distribuições, no que diz respeito a ações preferenciais de classe A representadas por ADSs, em moeda estrangeira, e remeter os resultados para o exterior. Se um detentor de ADSs permutá-las por ações preferenciais de classe A, esse detentor poderá continuar se baseando no certificado de registro de capital do Depositário durante apenas cinco dias úteis após tal permuta. Depois disso, tal detentor deve buscar a obtenção do registro de seu investimento diretamente junto ao Banco Central de acordo com a Lei n 4.131 ou Resolução n 2.689. Portanto, a menos que o detentor tenha registrado seu investimento junto ao Banco Central, esse detentor não poderá proceder a conversões em moeda estrangeira e remeter para o exterior os resultados da alienação, ou distribuição, no que diz respeito a essas ações ordinárias. Esse detentor, de modo geral, ficará sujeito a tratamento fiscal brasileiro menos favorável do que um detentor de ADSs. Vide *Item 10.E. Tributação - Considerações Fiscais Brasileiras*.

Há dois mercados de câmbio principais no Brasil:

- o mercado de câmbio de taxa comercial, e
- o mercado de câmbio de taxa flutuante.

A maioria das transações de câmbio comerciais e financeiras, incluindo as transações relacionadas à compra ou venda de ações ou ao pagamento de dividendos no que diz respeito às ações, ocorrem no mercado comercial. Apenas um banco brasileiro, autorizado a comprar e vender moeda no mercado comercial, poderá efetuar compras de moeda estrangeira nesse mercado. Em ambos os mercados, as taxas são livremente negociadas. Contudo, a intervenção do Banco Central poderá influenciar as taxas. Vide *Item 3.A.3. Taxas de Câmbio*.

De acordo com a legislação brasileira, sempre que houver um desequilíbrio na balança de pagamento do Brasil grave ou razões para acreditar num sério desequilíbrio, o Governo Brasileiro poderá impor restrições temporárias sobre as remessas, a investidores estrangeiros, dos resultados de seus investimentos no Brasil, e sobre a conversão de moeda brasileira em moedas estrangeiras. Essas restrições poderão impedir ou criar obstáculos ao Custodiante ou aos detentores que tenham

permutado ADSs por ações preferenciais Classe A subjacentes de converterem distribuições ou os resultados de qualquer venda dessas ações, conforme possa ser o caso, em dólares norte-americanos, e de remeter estes para o exterior.

10.E. Tributação

O resumo seguinte contém uma descrição das principais conseqüências do imposto de renda federal brasileiro e norte-americano em relação à propriedade e alienação de ações preferenciais Classe A ou ADSs. Observem que esta não pretende ser uma descrição abrangente de todas as considerações fiscais que podem ser importantes para um detentor de ações preferenciais Classe A ou ADSs.

Detentores de ações preferenciais Classe A ou ADSs devem consultar os seus consultores tributários para discutir as conseqüências fiscais de compra, propriedade e alienação de ações preferenciais Classe A ou ADSs, incluindo, entre outros, o efeito de quaisquer leis tributárias estaduais, municipais ou outras nacionais.

Embora não haja no presente nenhum acordo sobre imposto de renda entre o Brasil e os Estados Unidos, as autoridades tributárias dos dois países promoveram discussões que podem resultar em um acordo. Não podemos prever se ou quando esse acordo poderá entrar em vigor ou como poderá afetar os detentores norte-americanos de ações preferenciais Classe A ou ADSs, conforme definidos abaixo. Detentores de ações preferenciais Classe A ou ADSs devem discutir com os seus próprios consultores tributários as conseqüências fiscais da aquisição, propriedade e alienação de ações preferenciais Classe A ou ADSs em circunstâncias específicas.

Considerações Fiscais Brasileiras

A presente discussão resume as principais conseqüências fiscais brasileiras da aquisição, propriedade e alienação de ações preferenciais Classe A, ordinárias ou ADSs para um detentor que não seja domiciliado no Brasil para fins de tributação brasileira e para um detentor de ações preferenciais Classe A ou de ações ordinárias que tenha registrado o seu investimento como em ações preferenciais classe A ou ordinária junto ao Banco Central como um investimento em dólares norte-americanos (em cada caso, um detentor não residente no Brasil). É baseado na legislação fiscal brasileira e regulamentos vigentes até a presente data, que estão sujeito a modificações (possivelmente com efeitos retroativos).

Qualquer alteração nessa lei poderá alterar as conseqüências descritas abaixo. A discussão seguinte resume as principais conseqüências fiscais aplicáveis sobre a legislação brasileira em vigor para detentores não brasileiros de ações ordinárias ou ADSs; isto não inclui especificamente todas as considerações fiscais brasileiras aplicáveis a qualquer detentor não brasileiro em particular. Portanto, cada detentor não brasileiro deverá consultar seu próprio consultor fiscal no que diz respeito às conseqüências fiscais brasileiras de um investimento em ações ordinárias ou ADSs.

Tributação de Distribuições. Dividendos, inclusive dividendos pagos em bens por nossa companhia (1) ao Depositário no que diz respeito às ações ordinárias correspondentes às ADSs ou (2) a um detentor não brasileiro em relação a essas ações ordinárias geralmente não estarão sujeitas ao imposto de renda brasileiro retido na fonte em relação à distribuição de lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 1996. Dividendos pagos a partir de lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 poderão estar sujeitos a tributação a diversas taxas, salvo no caso de dividendos em capital acionário, que não estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte no Brasil, a menos que

resgatemos a ação dentro de cinco anos a partir dessa distribuição ou que o detentor não brasileiro venda a ação no Brasil dentro desse período de cinco anos.

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras podem conferir juros sobre o Capital Próprio que pode ser pago em espécie. Fundamentam o cálculo o patrimônio líquido conforme estabelecido nos registros contábeis oficiais. A taxa de juros aplicada não pode exceder à TJLP conforme determinado pelo Banco Central do Brasil, periodicamente (no ano 2001 a taxa ficou em aproximadamente 9,5%). Do mesmo modo, o valor pago não poderá ser maior que (1) 50% do lucro líquido (após a dedução da provisão de contribuição social sobre os lucros líquidos, contudo antes de levar em conta esse pagamento de juros e a provisão do imposto de renda pessoa jurídica), antes de considerar tal pagamento de juros pelo período aplicável ou (2) 50% da soma dos lucros retidos com as reservas de lucro baseadas no início do exercício relacionado ao qual o pagamento deva ser efetuado.

O valor dos juros sobre o capital próprio atribuída aos acionistas é dedutível para fins de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido. Portanto, o benefício para nós, apesar de efetuar um pagamento de dividendos, é uma redução no nosso encargo de impostos corporativos equivalente a 34% desse valor. Sujeito a certas limitações, o imposto de renda é retido a partir dos pagamentos dos juros, à alíquota de 15%, salvo se o beneficiário estiver localizado em uma jurisdição de paraíso fiscal (conforme descrito abaixo), caso este em que a alíquota aplicável será de 25%. Conforme definido pela legislação brasileira, um paraíso fiscal é um país que não cobre impostos sobre a renda ou onde a alíquota máxima seja inferior a 20%.

Tributação de Lucros. Com referência a essa questão, para fins de tributação brasileira, dois tipos de residentes não brasileiros devem ser considerados: (1) detentores não brasileiros que não sejam residentes ou domiciliados em jurisdições de paraísos fiscais, que sejam registrados junto ao Banco Central e à CVM para investir no Brasil em conformidade com a Resolução 2.689, ou sejam detentores de ADSs; e (2) outros detentores não brasileiros, o que inclui todos e quaisquer não residentes no Brasil que investem no país por quaisquer outros meios, e todos os tipos de investidores que estejam localizados em uma jurisdição de paraíso fiscal. Os investidores identificados no item (1) estão sujeitos a um tratamento tributário favorável, conforme descrito abaixo.

Ganhos realizados fora do Brasil, por um detentor não brasileiro, sobre a alienação de ADSs a um outro detentor não brasileiro não estão sujeitos ao imposto brasileiro.

O depósito de ações ordinárias em permuta por ADSs não está sujeito ao imposto de renda brasileiro se as ações ordinárias estiverem registradas ao amparo da Resolução 2.689 e se o respectivo detentor não estiver localizado em uma jurisdição de paraíso fiscal. Se as ações ordinárias não forem registradas, ou se forem registradas, mas o respectivo detentor fica localizado em uma jurisdição de paraíso fiscal, o depósito de ações ordinárias, em permuta por ADSs poderá estar sujeito ao imposto brasileiro sobre lucros de capital à alíquota de 15%. A retirada de ações ordinárias, em permuta por ADSs, não fica sujeita ao imposto brasileiro. Por ocasião do recebimento das ações ordinárias subjacentes, um detentor não brasileiro, registrado em conformidade com os termos da Resolução 2.689, poderá registrar o valor de dólares norte-americanos dessas ações junto ao Banco Central, conforme descrito abaixo sob o subtítulo *Capital Registrado*.

Detentores não brasileiros não estão sujeitos ao imposto no Brasil sobre os lucros realizados nas vendas de ações ordinárias que ocorram no exterior a um residente não brasileiro. Detentores não brasileiros registrados ao amparo da Resolução 2.689 e não localizados em uma jurisdição de

paraíso fiscal ficam sujeitos ao imposto de renda tributado a uma alíquota de 15% sobre os lucros realizados sobre vendas ou permutas de ações ordinárias que ocorram no Brasil ou com um residente do Brasil, outras que não permutas de ações, futuros e commodities brasileiros. Com referência aos resultados de um resgate ou de uma distribuição liquidante no que diz respeito a ações ordinárias, a diferença entre o valor recebido e o valor em moeda estrangeira registrado junto ao Banco Central, convertido para reais, à taxa de mercado comercial na data do resgate ou da distribuição de liquidação ficará sujeita ao imposto de renda a uma alíquota de 15%, uma vez que essas transações sejam tratadas como uma venda ou permuta levada a efeito fora da bolsa de valores, futuros e commodities brasileira.

Ganhos realizados a partir de transações realizadas em bolsa de valores, futuros ou commodities, por um investidor, em conformidade com a Resolução 2.689 e não situadas em uma jurisdição de paraíso fiscal ficam isentas do imposto de renda. Em 1º de janeiro de 2000 o tratamento preferencial ao amparo da Resolução 2.689 não mais é aplicável se o detentor não brasileiro dos ADSs ou das ações ordinárias for residente em uma jurisdição de paraíso fiscal em conformidade com a Lei 9.959 de 27 de janeiro de 2000. Consequentemente, ganhos realizados sobre transações realizadas por esse detentor em bolsas brasileiras de valores, futuros ou commodities ficam sujeitos a imposto de renda a uma alíquota de 20%.

Portanto, detentores não brasileiros ficam sujeitos ao imposto de renda tributado a uma alíquota de 20 sobre ganhos realizados sobre vendas ou permutas no mercado de disponibilidade imediata no Brasil de ações ordinárias que ocorram em uma bolsa de valores brasileira, a menos que essa venda seja efetuada por um detentor não brasileiro que não seja residente em uma jurisdição de paraíso fiscal (1) e a menos que essa venda seja efetuada dentro do período de cinco dias úteis da retirada dessas ações ordinárias, em permuta por ADSs, e os seus resultados sejam remetidos para o exterior dentro desse período de cinco dias, ou (2) essa venda seja efetuada em conformidade com os termos da Resolução 2.689, por detentores não brasileiros registrados que obtenham registro junto à Comissão de Valores Mobiliários brasileira.

O ganho realizado em consequência de uma transação em uma bolsa de valores brasileira consiste na diferença entre o valor em moeda brasileira realizado sobre a venda ou permuta, e o custo de aquisição, sem qualquer correção das ações vendidas em virtude de inflação. O ganho realizado em consequência de uma transação que não ocorra em uma bolsa de valores brasileira será calculado com base no valor em moeda estrangeira registrado junto ao Banco Central. É possível que o tratamento preferencial em vigor para detentores de ADSs e detentores não brasileiros de ações ordinárias, em conformidade com a Resolução 2.689, não tenha continuidade no futuro.

Qualquer exercício de direitos de preferência relacionados às ações ordinárias não estará sujeito à tributação brasileira. Qualquer ganho sobre a venda ou cessão de direitos de preferência relacionados a ações ordinárias, pelo Depositário, que ocorra no exterior, entre não residentes, não estará sujeito à tributação brasileira. Caso essa venda ou cessão seja efetuada a uma parte brasileira, qualquer ganho sobre a transação ficará sujeita a tributação de renda brasileira em conformidade com as mesmas normas aplicáveis à venda ou alienação de ações preferenciais da classe A, a menos que essa venda ou cessão seja realizada dentro de bolsas de valores brasileiras e por um investidor, em conformidade com os termos da Resolução 2.689, que não seja residente em uma jurisdição de paraíso fiscal na qual os ganhos estejam isentos de imposto de renda.

Tributação de Operações de Câmbio (IOF / Câmbio). Em conformidade com o Decreto 2.219 de 02 de maio de 1997, a conversão, em moeda brasileira, de resultados recebidos por uma entidade brasileira a partir de um investimento estrangeiro no mercado de títulos mobiliários brasileiros (incluindo aqueles relacionados a um investimento em ações preferenciais ou ADSs e

aqueles ao amparo da Resolução 2.689) e a conversão, em moeda estrangeira, de resultados recebidos por um detentor não brasileiro, estão sujeitos a um imposto sobre transações de câmbio, conhecido como IOF/Câmbio, que corresponde, no momento, a zero, no que se refere à transação em análise. Entretanto, em conformidade com a Lei 8.894/94, a alíquota do IOF/Câmbio poderá ser aumentada a qualquer tempo, até um máximo de 25%, por uma decisão do Ministro da Fazenda, contudo somente em relação a transações de câmbio futuras.

Imposto sobre Títulos e Operações com Valores Mobiliários (IOF / Títulos). A Lei 8.894/94 criou o Imposto sobre Títulos e Operações com Valores Mobiliários, o IOF/Títulos, que poderá ser tributado sobre quaisquer transações que envolvam títulos e valores mobiliários, mesmo se essas transações forem realizadas nas bolsas de valores, futuros e commodities brasileiras. Via de regra, a alíquota desse imposto é atualmente zero, embora a filial executiva possa aumentar essa taxa para até 1,5% ao dia, contudo somente no que diz respeito a transações futuras.

Imposto sobre Movimentação Financeira (CPMF). Via de regra, a CPMF é tributada sobre qualquer débito em contas bancárias, a uma alíquota atual de 0,38%. Embora a CPMF esteja prevista para expirar em junho de 2002, o Governo está discutindo a possibilidade, de prorrogar este período, ou converter esse imposto em um imposto permanente.

Outros Impostos Brasileiros. Não existem, no Brasil, impostos sobre herança, doações ou sucessões, aplicáveis à propriedade, transferência ou alienação de ações ordinárias ou ADSs por um detentor não brasileiro, exceto para impostos sobre doações e heranças que são cobrados por alguns estados do Brasil sobre doações ou heranças concedidos por indivíduos ou entidades não domiciliados no Brasil. Não existem, no Brasil, impostos de selo, sobre emissões, registros ou impostos ou direitos similares, passíveis de pagamento por parte de detentores de ações ordinárias de ADSs.

Capital Registrado. O valor de um investimento em ações ordinárias detido por um detentor não brasileiro que obtenha registro em conformidade com os termos da Resolução 2.689, ou pelo Depositário que representa esse detentor, é qualificável para registro junto ao Banco Central, sendo que esse registro (o valor assim registrado é denominado como Capital Registrado) permite a remessa para o exterior de moeda estrangeira, convertida à taxa de mercado comercial, adquirida com os resultados de distribuições sobre a alienação dessas ações ordinárias, e valores realizados em relação à mesma.

O capital registrado em relação a cada ação preferencial classe A ou ação ordinária comprada na forma de uma ADS, ou comprada no Brasil e depositada junto ao Depositário em permuta por uma ADS, será igual a seu preço de compra (em dólares norte-americanos) ao comprador.

O capital registrado por uma ação preferencial classe A ou ação ordinária que é retirada por ocasião da devolução de uma ADSs será o equivalente, em dólares norte-americanos, a:

- (1) o preço médio de uma ação preferencial classe A ou ação ordinária na bolsa de valores brasileira em que o maior número dessas ações foi vendida no dia da retirada, ou
- (2) se nenhuma das ações preferencial classe A ou ordinárias foi vendida naquele dia, o preço médio, na Bolsa de Valores brasileira em que o maior número de ações preferencial classe A ou ordinárias foi vendida, nas quinze sessões de pregão imediatamente precedente a essa retirada.

O valor de ação preferencial classe A ou ações ordinárias em dólares norte-americanos é determinado com base na média das taxas do mercado comercial cotadas pelo Banco Central nessa data (ou, se o preço médio de ação preferencial classe A ou ações ordinárias for determinado de acordo com a cláusula (2) da sentença anterior, a média dessas taxas cotadas médias nas mesmas quinze datas utilizadas para determinar o preço médio da ação preferencial classe A ou ações ordinárias).

Um detentor não brasileiro de ações preferencial classe A ou ordinárias pode sofrer atrasos na finalização desse registro que poderá atrasar as remessas para o exterior. Um atraso desses pode afetar, de forma desfavorável, o valor, em dólares norte-americanos, recebido pelo detentor não brasileiro.

Considerações do Imposto de Renda Federal dos Estados Unidos

A presente discussão se aplica apenas a detentores norte-americanos, conforme abaixo definidos, que detêm ação preferencial classe A ou ações ordinárias ou ADSs como bens de capital. Essa discussão não descreve todas as consequências fiscais que podem ser pertinentes à luz de circunstâncias específicas de um detentor ou a detentores que estejam sujeitos a regras especiais, tais como:

- algumas instituições financeiras,
- companhias de seguro,
- intermediários ou corretores de títulos mobiliários ou câmbio,
- pessoas que detenham ações ordinárias ou ADSs como parte de uma transação de *hedging*,
- detentores cuja moeda funcional não seja o dólar norte-americano,
- parcerias ou outras entidades classificadas como parcerias para fins de imposto de renda federal norte-americano,
- pessoas sujeitas a imposto mínimo alternativo, ou
- pessoas que detenham, seja explícita ou implicitamente, 10% ou mais de nossas ações com direito a voto.

A presente discussão se baseia no Código Tributário Federal de 1986, com as restrições até a presente data, pronunciamentos administrativos, decisões judiciais e Regulamentações do Tesouro, provisórias e propostas, sendo que alterações a qualquer destas poderá afetar as consequências fiscais descritas no presente. Os detentores devem consultar seus consultores fiscais no que se refere à aplicação das leis de imposto de renda federal dos Estados Unidos a suas situações específicas, bem como quaisquer consequências fiscais que tenham sua origem ao amparo das leis de qualquer estado, locais, ou com jurisdição fiscal não norte-americana.

A presente discussão ainda se baseia, em parte, em declarações do Depositário e na premissa de que cada obrigação no contrato de depósito, e em qualquer contrato relacionado, será cumprida em conformidade com seus termos.

Conforme utilizado no presente, o termo “detentor norte-americano” significa um detentor de ações ordinárias ou de ADSs, que seja, para as finalidades do imposto de renda federal dos Estados Unidos:

- um cidadão norte-americano ou indivíduo estrangeiro residente nos Estados Unidos,

- uma sociedade criada ou constituída ao amparo das leis dos Estados Unidos da América ou de qualquer subdivisão política do mesmo, ou
- um espólio ou fundo cujo rendimento está sujeito à tributação pelo Imposto de Renda federal dos Estados Unidos da América, independentemente da sua origem.

A expressão detento dos Estados Unidos da América também inclui certos antigos cidadãos dos Estados Unidos da América.

Em geral, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos da América, os detentores de ADRs que comprovem ADSs serão tratados como proprietários beneficiários das ações preferenciais da classe A representadas por esses ADSs. Depósitos e retiradas de ações preferenciais da classe A pelos detentores, em troca de ADSs, não resultarão na realização de ganhos ou perdas para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos da América.

Tributação de Dividendos. De acordo com a discussão em – *Regras para Companhias de Investimentos Estrangeiros (Passivas)* abaixo, distribuições pagas sobre ADSs ou ações preferenciais classe A ou ações ordinárias, incluindo distribuições pagas na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio como determinado para fins de Imposto de Renda Federal dos Estados Unidos da América, antes da redução de quaisquer retenções de imposto de renda feitas, serão tributáveis como renda de dividendo estrangeiro e não serão elegíveis para a dedução permitida as corporações na forma de dividendos recebidos.

Será exigido incluir os dividendos pagos em *reais* nos rendimentos, por um valor igual ao seu valor em dólares norte-americanos calculados por referência a uma taxa de câmbio em vigor na data em que os referidos itens forem recebidos. Caso seja detentor de ADSs, será considerado como tendo recebido um dividendo, quando o dividendo for recebido pelo depositário.

Sujeitos a limitações e restrições geralmente aplicáveis, estará autorizado a um crédito contra as suas obrigações perante o imposto de renda federal dos Estados Unidos da América, ou a uma dedução no cálculo da sua renda tributável pelo Imposto de Renda Federal dos Estados Unidos da América, para fins de retenções de imposto de renda brasileiro. Deverão cumprir as exigências de um período mínimo de propriedade para ter o direito de reivindicar um crédito de imposto estrangeiro retido para fins de impostos brasileiros sobre os dividendos. A limitação sobre impostos estrangeiros qualificados para crédito é calculada separadamente para classes específicas de impostos sobre rendimentos. Por este motivo dividendos pagos sobre nossas ações geralmente consistirão lucros passivos. O Tesouro Americano tem expressado interesse que terceiros para quem recibos de depósitos, tais como ADRs sejam desobrigados a levar a efeito que são inconsistentes com a reclamação de detentores americanos de benefício fiscal sobre estes recibos de depósitos. Assim, o aproveitamento dos créditos fiscais para fins de legislação fiscal brasileira descritos acima podem ser afetados por processos judiciais acionados pelo Tesouro Americano.

Tributação sobre Ganhos de Capital. De acordo com a discussão em – *Regras para Companhias de Investimentos Estrangeiras (Passivas)* abaixo, mediante a venda ou permuta de ações preferenciais classe A, ordinárias ou ADSs, reconheceram ganhos ou prejuízos de capital para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos da América igual à diferença, se houver, entre o valor realizado na venda ou câmbio e a sua base tributária ajustada das ações preferenciais classe A ou ADSs. Este ganho ou perda será um ganho ou perda de capital de longo prazo se o seu período de manutenção dos ADSs ou ações ordinárias exceder um ano. Qualquer ganho ou perda será, para fins de créditos fiscais, uma fonte americana de ganho ou perda, de créditos fiscais estrangeiros dos Estados Unidos da América. Consequentemente, se o imposto de renda retido na fonte incide na

alienação ou na oneração de ações ordinárias e, não possuem receita significativa de fontes externas, de outras origens, podem não ser capazes de se beneficiar destes créditos fiscais. Deverão consultar seus próprios advogados tributários em relação à aplicação das regras de créditos fiscais estrangeiros para investir ou alienar, ações ordinárias.

Caso um tributo brasileiro seja retido sobre a venda ou alienação das ações, o valor realizado por um detentor dos Estados Unidos da América incluirá o valor bruto das receitas da referida venda ou alienação, antes da dedução dos impostos brasileiros. Vide – *Considerações sobre Tributos Brasileiros - Tributação de Ganhos*.

Regras para Companhias de Investimento Estrangeiras (Passivas)

Acreditamos que não será considerada uma empresa de investimento estrangeira (passiva) para fins de imposto de renda federal nos Estados Unidos. A classificação como empresa de investimento estrangeira (passiva) depende do fato empresa não ter rendimento superior ao valor de receita bruta permitido que é considerado “renda passiva” e de não deter um percentual de ativos superior ao permitido, determinado por valor, que produza ou leve a produzir renda passiva. Para estes propósitos, uma empresa é tratada como se recebesse e mantivesse os rendimentos e ativos de suas ações pro-rata, relativos a qualquer corporação na qual possua participação, direta ou indireta, de 25% do valor do capital. Tendo em vista que tal verificação depende da composição dos lucros e ativos de uma empresa e do valor de mercado destes ativos, avaliados periodicamente, e não está claro se certos ativos e lucros estariam associados a “transações com commodities” que não seriam considerados “vendas ativas qualificadas”, não é possível garantir que a CVRD não será considerada como empresa de investimento estrangeira (passiva) em algum ano fiscal. Se a CVRD for tratada como empresa de investimento estrangeira (passiva) em qualquer ano fiscal no qual um detentor americano possuir uma ADS ou ação ordinária, o detentor americano pode sofrer determinadas consequências adversas.

Se a CVRD for tratada como empresa de investimento estrangeira (passiva) em qualquer ano-fiscal e um detentor americano não fizer opção pela marcação ao mercado descrita a seguir, o ganho reconhecido por este detentor americano em uma venda ou outra operação com ADS ou ações ordinárias seria alocado proporcionalmente ao período pelo qual a ADS ou as ações ordinárias ficaram em poder do detentor. Os valores alocados serão taxados como lucro ordinário no ano-fiscal em que ocorreu a venda ou outra transação e a qualquer ano antes da CVRD. Tornar-se uma empresa de investimento estrangeira (passiva). O valor alocado em qualquer outro ano-fiscal seria sujeito a tributação à maior taxa aplicável a pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso, e uma carga de juros seria imposta sobre o valor alocado no ano-fiscal em questão. Além disto, qualquer distribuição relativa a ADS ou ações ordinárias superiores a 125% da média anual de distribuições de ADS ou ações ordinárias recebidas por detentor americano nos três anos anteriores ou no período no qual ficou em poder do detentor, dos dois o menor, estaria sujeita a tributação e a uma carga de juros conforme descrita previamente.

Se a CVRD for tratada como empresa de investimento estrangeira (passiva) e as ações ordinárias ou ADS forem regularmente comercializadas em uma “bolsa de valores qualificada”, o detentor americano pode fazer a opção pela marcação ao mercado. A “bolsa de valores qualificada” inclui uma bolsa estrangeira que é regulada por entidade governamental do local onde está situada com respeito a qual determinadas exigências são observadas. O órgão da receita federal americana ainda não identificou bolsas de valores estrangeiras específicas que sejam “qualificadas” para este propósito. A Bolsa de Valores de Nova Iorque, na qual as ADS deverão ser negociadas, é uma bolsa de valores qualificadas para fins de imposto de renda federal americano.

Um detentor americano que fizer a opção geralmente incluirá a cada ano como rendimento ordinário o excesso, se houver, do valor justo de mercado da ADS ou ação ordinária no final do ano-fiscal, sobre a base ajustada, e será permitida um prejuízo ordinário relativo ao excesso, se houver, da base ajustada da ADS e da ação ordinária sobre o valor justo de mercado ao final do ano-fiscal (mas somente até o limite do valor líquido do lucro incluído previamente como resultado da opção pela marcação ao mercado). A base do detentor americano que opta pela marcação ao mercado de ADS ou ações ordinárias será ajustada para refletir quaisquer valores de lucro ou prejuízo. Qualquer ganho reconhecido na venda ou outra destinação das ADS ou ações ordinárias será tratado como lucro ordinário.

Se o detentor americano possuir ações ou ADS ou ações ordinárias durante o ano no qual a CVRD for considerada uma empresa de investimento estrangeira (passiva), o detentor americano poderá arquivar Formulário 8621 da Receita Federal Americana.

Os potenciais detentores americanos devem consultar seus consultores fiscais com relação às conseqüências para eles caso a CVRD venha a ser considerada uma empresa de investimento estrangeira (passiva).

Apresentação de Informações e Retenção de Recuperação

As declarações de informação podem ser entregues ao Internal Revenue Service (Serviço Interno da Receita) em conexão com distribuições de ações preferenciais classe A ou ADSs e das receitas da sua venda ou outra alienação. V.Sas. poderão estar sujeitos a retenção de recuperação de tributos nos Estados Unidos da América sobre os referidos pagamentos, se você deixar de fornecer o seu número de identificação de contribuinte ou de observar certos procedimentos de certificação, ou de outro modo estabelecer uma isenção da retenção de recuperação. O valor de qualquer retenção de recuperação a ser efetivada de um pagamento a V.Sas. poderá ser lançado como crédito contra as suas obrigações de imposto de renda federal dos Estados Unidos da América e poderá lhe permitir obter um reembolso, desde que as informações exigidas sejam fornecidas ao Internal Revenue Service.

10.F. Dividendos e Agentes de Pagamento

Para informações detalhadas relativas a direitos a dividendos e distribuições, vide *Itens 8.A.8. – Distribuição de Dividendos e 10.B. - Dividendo Obrigatório – Prioridade de Pagamentos de Dividendos das Ações Preferenciais e - Pagamentos Adicionais sobre o Patrimônio Líquido.*

O depositário é o J.P. Morgan Chase Bank, com sede localizada em New York, New York. J.P. Morgan Chase Bank é um banco comercial que oferece uma larga gama de serviços bancários e fiduciários aos seus clientes na região metropolitana de New York, através dos Estados Unidos da América e em todo o mundo.

10.G. Demonstrações dos Peritos

Nossas demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 e para cada um dos períodos de três anos encerrados em 31 de dezembro 2001 foram incluídas neste documento confiando no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, dada a autoridade da referida empresa como peritos em auditoria e contabilidade. s demonstrações contábeis de certas de nossas subsidiárias e coligadas, não incluídas em separado neste relatório anual, foram auditadas por diversos auditores independentes além da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. As sociedades e períodos cobertos por essas auditorias são indicadas nos

relatórios individuais dos contadores incluídos neste prospecto. Essas demonstrações contábeis, na medida em que tenham sido incluídas nas nossas demonstrações contábeis consolidadas, foram incluídos confiando nos relatórios dos diversos auditores independentes apresentados com a autoridade das referidas empresas como peritas em auditoria e contabilidade.

Contratamos a AMEC, peritos em geologia, mineração e determinação de reservas de minérios, a fim de executar uma auditoria das nossas estimativas de reservas comprovadas e prováveis e da vida da mina em 31 de dezembro de 2001. As estimativas de reservas provadas e prováveis e a vida da mina conforme apresentada no presente prospecto foram auditadas e verificadas pela AMEC, que indicou que nossas reservas provadas e prováveis foram estimadas em conformidade com boas práticas de engenharia, usando estimativas de custo atuais e razoáveis. Reservas classificadas como “outros depósitos minerais” não foram auditadas pela AMEC.

10.H. Documentos Exibidos

Estamos sujeitos aos requisitos de informação da Securities Exchange Act of 1934 (Lei dos Títulos e Valores Mobiliários de 1934), conforme adotada, a Exchange Act (Lei do Mercado de Capitais) e em conformidade com as mesmas apresentamos relatórios e outras informações à Comissão. Os Relatórios e outras informações entregues por nós à Comissão poderão ser inspecionados e copiados nas instalações públicas de referência mantidas pela Comissão na Sala 1024, 450 Fifth Street, N.W., Washington, D.C. 20549, nos Escritórios Regionais da Comissão em 7 World Trade Center, 13th Floor, New York, New York 10048 e no Northwestern Atrium Center, 500 West Madison Street, Suite 1400, Chicago, Illinois 60661-2511. V.Sas. poderão obter cópias destes materiais pelo correio da Public Reference Section (Seção de Referência Pública) da Comissão, 450 Fifth Street, N.W., Washington, D.C. 20549, de acordo com as taxas prescritas. V.Sas. poderão inspecionar esses relatórios e outras informações nos escritórios da New York Stock Exchange (Bolsa de Valores de New York), 11 Wall Street, New York, New York 10005, onde as nossas Ações de Depósitos Americanos estão registradas para operações.

Apresentamos Demonstrações Contábeis e outros relatórios periódicos à CVM.

Na qualidade de usuário privado estrangeiro de acordo com a Lei do Mercado de Capitais, não estamos sujeitos às Normas de procuração da Seção 14 da Lei do Mercado de Capitais ou os requisitos de informação de lucros por transações de ida e volta de pessoal interno, previstos na Seção 16 da Lei do Mercado de Capitais.

10.I. Informações de Subsidiárias

Não aplicável

Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre o Risco de Mercado

Os principais riscos do mercado que enfrentamos são o risco da taxa de juros, risco da taxa de câmbio e risco do preço de commodities. Administramos alguns desses riscos com o uso de instrumentos. Nossa política tem sido de liquidar todos os contratos através de pagamentos em dinheiro ou recibos, sem a entrega física do produto.

Nossa atividade de gerência de riscos, segue políticas e diretrizes revisados e aprovados pelo nosso Conselho de Administração. Essas políticas e diretrizes geralmente proíbem operações especulativas e requerem a diversificação de operações e instituições com quem operamos. Nós monitoramos e avaliamos nossa posição global diariamente com vistas a verificar os resultados financeiros e o impacto em nosso fluxo de caixa. Nós também revisamos periodicamente os limites de crédito e riscos de crédito das instituições com quem trabalhamos. Nós reportamos os resultados de nossas operações com derivativos ao presidente mensalmente.

Risco da Taxa de Juros e Taxa de Câmbio

A tabela abaixo apresenta um resumo de informações relativas à nossa dívida de longo prazo com taxas fixas e flutuantes, categorizada por moeda local e moeda estrangeira e como percentual de nossa dívida total para os períodos indicados, incluindo os empréstimos junto a partes relacionadas e não relacionadas, conforme apresentado em nossas demonstrações contábeis.

	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2000		2001	
	(em milhões de US\$, exceto porcentagens)			
Dívida de taxa flutuante				
Denominada em Real.....	\$ 167	8,3%	\$ 116	5,5%
Denominada em moeda estrangeira.....	1.070	52,9	1.234	58,7
Dívida de taxa fixa				
Denominada em Real.....	-	-	4	0,2
Denominada em moeda estrangeira.....	783	38,8	748	35,6
Total.....	\$ 2.020	100%	\$ 2.102	100%

O quadro a seguir apresenta informações sobre as obrigações da dívida da Companhia, em 31 de dezembro de 2001, sensíveis às mudanças nas taxas de juros e nas taxas de câmbio. O quadro apresenta, pelas datas de vencimento esperadas, os desembolsos do principal e respectivas taxas médias ponderadas de juros relacionadas a estas obrigações. As taxas médias ponderadas de juros variáveis estão baseadas na taxa de referência aplicável (LIBOR ou TJLP), em 31 de dezembro de 2001. Os desembolsos de caixa efetivos das obrigações da dívida estão expressos em U.S. dólares ou reais, conforme indicado.

		Exercícios findos em 31 de dezembro de						Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2001	Contabilizada de "Fair Value" em 31 de dezembro de 2001
		2007 até					Total		
		2003	2004	2005	2006	2012			
(em milhões de US\$)									
<i>Denominada em US\$</i>									
Taxa fixa									
Obrigações.....	9,375%	\$ 209	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 209	\$ 209	\$ 175
Obrigações.....	10,000%	-	317	-	-	-	317	317	256
Empréstimos.....	acima de 7,000%	13	21	23	25	106	188	188	211
Empréstimos.....	até 7,000%	16	16	36	12	36	116	116	106
		\$ 238	\$ 354	\$ 59	\$ 37	\$ 142	\$ 830	\$ 830	\$ 748
Taxa flutuante									
Empréstimos.....	acima de 7,000%	325	312	141	90	124	992	992	1.135
Empréstimos.....	até 7,000%	73	6	5	5	-	89	89	99
		398	318	146	95	124	1.081	1.081	1.234
		\$ 636	\$ 672	\$ 205	\$ 132	\$ 266	\$ 1.911	\$ 1.911	\$ 1.982
<i>Denominada em Real</i>									
Taxa fixa									
Empréstimos.....	acima de 7,000%	-	-	-	-	3	3	3	3
Empréstimos.....	até 7,000%	-	1	-	-	-	1	1	1
		-	1	-	-	3	4	4	4
Taxa flutuante									
Empréstimos.....	acima de 7,000%	12	12	4	-	-	28	28	39
Empréstimos.....	até 7,000%	32	4	4	2	3	45	45	77
		\$ 44	\$ 16	\$ 8	\$ 2	\$ 3	\$ 73	\$ 73	\$ 116
		\$ 44	\$ 17	\$ 8	\$ 2	\$ 6	\$ 77	\$ 77	\$ 120
Total.....		\$ 680	\$ 689	\$ 213	\$ 134	\$ 272	\$ 1.988	\$ 1.988	\$ 2.102

Taxas de Juros

Estamos expostos a risco de taxa de juros para nossa dívida com taxa flutuante. Nossa dívida de longo prazo com taxas flutuantes, consiste principalmente em obrigações e empréstimos denominados em dólares captados primariamente para gastos de capital, investimentos de longo prazo e empréstimos para nossas coligadas e joint ventures. Nossa dívida de curto prazo com taxas flutuantes, consiste principalmente em financiamentos à exportação denominados em dólares. Em geral, nossa dívida com taxa flutuante em moeda estrangeira está sujeita a flutuação da Taxa Interbancária de Londres (LIBOR). Nossa dívida com taxa flutuante em reais está principalmente sujeita a flutuação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) fixada pelo Banco Central de Brasil.

Nossa taxa de juros nos derivativos geralmente consiste em opções que protegem o teto (“cap”) de exposição as flutuações das taxas de juros. Cap é a taxa de juros máxima que nós seríamos obrigados a pagar sobre o valor da dívida. Em oposição, floor é o valor mínimo de taxa de juros que nós seríamos obrigados a pagar sobre o valor da dívida. Certos caps estão sujeitos a limites que se atingido eliminam a proteção fornecida pelo cap.

A tabela abaixo apresenta certas informações a respeito de nossos derivativos de taxa de juros em 31 de dezembro de 2001 e 2000.

Tipo	Em 31 dezembro de 2000			Em 31 dezembro de 2001			Vencimento Final
	Valor Nominal	Faixa da Taxa	Ganho (perda) não realizado	Valor Nominal	Faixa da Taxa	Ganho (perda) não realizado	
(em milhões de US\$, exceto faixa de taxas)							
Cap	\$ 1.200	5-8%	\$ 3	\$ 1.375	5-8%	\$ 2	12/2004
Floor	850	5-6,5	(7)	1.000	5-6,5	(28)	12/2004
Swap	125	5,5-7,5	(4)	125	5,5-7,5%	(10)	10/2007
			<u>\$ (8)</u>			<u>\$ (36)</u>	

As perdas não realizadas de US\$ 36 milhões representam um valor a pagar se todas as transações houvessem sido liquidadas em 31 de dezembro de 2001.

Risco da Taxa de Câmbio

Nossa dívida de longo prazo é primariamente denominada em moeda estrangeira, principalmente dólar. Tendo em vista que nossas receitas são primariamente denominadas em dólares, nós não acreditamos que a alta incidência da dívida de longo prazo denominada em dólar nos expõe a um risco substancial de taxa de cambio.

Contudo, uma parte de nossa dívida é denominada em euros e yen, e mantemos operações derivativas buscando gerenciar a nossa exposição a flutuação significativa dessas moedas.

A tabela abaixo apresenta certas informações a respeito de nossos derivativos de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2001 e 2000. Estes derivativos são estruturados a termo logo que comprado e exigirá compra de moedas estrangeiras como especificado abaixo:

Tipo	Em 31 dezembro de 2000			Em 31 dezembro de 2001			Venc ^o Final
	Valor Nominal	Faixa da Preço	Ganho (perda) não realizado	Valor Nominal	Faixa da Preço	Ganho (perda) não realizado	
(Em milhões de US\$, exceto faixa de preços)							
Iene	\$ 15	Y70-110 por US\$	\$ (2)	\$ 8	Y70-110 por US\$	\$ (2)	04/2005
Euro	12	US\$1,10-1,30 por US\$	(2)	5	US\$1,1-1,3 por US\$	(2)	04/2005
			<u>\$ (4)</u>			<u>US\$ (4)</u>	

As perdas não realizadas de US\$ 4 milhões representam o valor a pagar se todas as transações houvessem sido liquidadas em 31 de dezembro de 2001.

Risco de Preço de Commodities

Estamos também sujeitos a riscos de mercado associados com alterações dos preços mundiais de mercado:

- de minério de ferro, que representaram 62,9% das nossas receitas consolidadas de 2001;
- alumínio, que representaram 6,9% das nossas receitas consolidadas de 2001; e
- ouro, que representaram 3,4% das nossas receitas consolidadas de 2001.

Não realizamos transações com derivativos para proteger a nossa exposição em minério de ferro. Vide *Item 5.D. Informações sobre Tendências – Preços*.

Para gerenciar os riscos associados com alterações nos preços de alumínio, nossas *joint venture* Albras e Alunorte, realizam operações com derivativos, envolvendo opções de puts, calls e contratos futuros (forward contracts). Estas transações com derivativos permitem às *joint ventures* estabelecer níveis médios mínimos de lucros para a sua futura produção de alumínio superior ao seu custo de produção previsto e consequentemente estabilidade na sua geração de caixa. Entretanto, elas também tem o efeito de reduzir os ganhos potenciais de aumentos de preço no mercado de entrega imediata de alumínio.

A tabela abaixo apresenta certas informações com respeito aos derivativos da Albras em 31 de dezembro de 2001 e 2000. Nós temos 51 % do capital votante e 51% do capital total da Albras.

Tipo	Em 31 de Dezembro de 2000			Em 31 de Dezembro de 2000			Vencimento Final
	Valor Nominal	Faixa de Preço	Ganho (Perda) Não Realizado	Valor Nominal	Faixa de Preço	Ganho (Perda) Não Realizado	
	(toneladas de alumínio)	(US\$ por tonelada)	(em milhões de US\$)	(toneladas de alumínio)	(US\$ por tonelada)	(em milhões de US\$)	
Puts comprados	42.000	1.450-1.650	\$ 2,0	80.000	1.400-1.600	\$ 9,5	12/2001
Forward vendido	67.189	1.500-1.700	(1,4)	57.000	1.400-1.600	7,7	12/2006
Calls vendidos	123.000	1.500-1.700	(5,5)	56.000	1.600-1.800	(0,9)	12/2002
Outros instrumentos	-	-	-	132.000	-	(2,7)	
			\$ (4,9)			\$ 13,6	

A tabela abaixo apresenta certas informações com respeito aos derivativos da Alunorte em 31 de dezembro de 2001 e 2000. Nós temos 50,3 % do capital votante e 49,3% do capital total da Alunorte.

Tipo	Em 31 de Dezembro de 2000			Em 31 de Dezembro de 2001			Vencimento Final
	Valor Nominal	Faixa de Preço	Ganho (Perda) Não Realizado	Valor Nominal	Faixa de Preço	Ganho (Perda) Não Realizado	
	(toneladas de alumínio)	(US\$ por tonelada)	(em milhões de US\$)	(toneladas de alumínio)	(US\$ por tonelada)	(em milhões de US\$)	
Puts comprados	96.000	1.400-1.600	\$ 3,8	15.000	1.400-1.600	\$ 2,4	12/2002
Forward vendido	1.000	1.600-1.800	(0,3)	26.000	1.400-1.600	4,4	12/2002
Calls vendidos	157.500	1.500-1.700	(5,1)	23.000	1.600-1.800	-	12/2002
Outros instrumentos	36.000		0,2	74.000		(1,6)	12/2003
			\$ (1,4)			\$ 5,2	

Para gerenciar os riscos associados com as flutuações do preço do ouro, participamos de instrumento financeiros derivativos a fim de estabelecer níveis médios mínimos de lucros para a futura produção de ouro. Entretanto, elas também podem ter o efeito de eliminar ganhos em potencial em certos aumentos de preço no mercado spot de ouro.

A tabela abaixo apresenta certas informações com respeito aos derivativos relacionados ao ouro em 31 de dezembro de 2000:

Em 31 de dezembro de 2000				
Tipo	Quantidade	Faixa de Preço	Ganho (perda) não realizado	Vencimento Final
	(oz.)	(US\$ por oz.)	(em milhões de US\$)	
<i>Puts</i> comprados	479.500	300-375	\$ 13	12/2005
<i>Calls</i> vendidos	999.800	308-375	(5)	12/2005
Outros instrumentos	30.000		1	11/2005
			\$ 9	

Os ganhos não realizados no montante de US\$ 8 milhões representam o valor a receber se todas as transações houvessem sido liquidadas em 31 de dezembro de 2001.

A tabela abaixo apresenta certas informações com respeito aos derivativos relacionados ao ouro em 31 de dezembro de 2001:

Em 31 de dezembro de 2001				
Tipo	Quantidade	Faixa de Preço	Ganho (perda) não realizado	Vencimento Final
	(oz.)	(US\$ por oz.)	(em milhões de US\$)	
<i>Puts</i> comprados	422.000	270-340	\$ 11	12/2005
<i>Calls</i> vendidos	718.000	308-366	(3)	12/2005
Outros instrumentos	25.000			11/2005
			\$ 8	

Item 12. Descrição de Títulos e Valores Mobiliários exceto Títulos Patrimoniais.

Não aplicável.

PARTE II

Item 13. Inadimplementos, Atrasos de Dividendos e Delinquências

Nenhum.

Item 14. Modificações Relevantes dos Direitos dos Detentores de Títulos Mobiliários e Uso das Receitas.

Nenhum.

Item 15. [Reservado]

Item 16. [Reservado]

Item 17. Demonstrações Contábeis

O Registrante respondeu o *Item 18* ao invés de responder este item.

PARTE III

Item 18. Demonstrações Contábeis

ÍNDICE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Índice de Demonstrações Contábeis Consolidadas da CVRD.....	F-1
Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes datado de 28 de março de 2002 relacionados a CVRD para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	F-2
Balanços Patrimoniais Consolidados em 31 de dezembro de 2001 e 2000.....	F-3
Demonstrações Contábeis Consolidadas das Operações para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	F-5
Demonstrações Contábeis Consolidadas de Fluxos de Caixa para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	F-6
Demonstrações Contábeis Consolidadas de Mutações do Patrimônio dos Acionistas para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	F-7
Notas às Demonstrações Contábeis Consolidadas.....	F-8
Índice de Demonstrações Contábeis da Vale Overseas.....	F-41
Relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes datado de 28 de março de 2002 relacionados a Vale Overseas para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	F-43
Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial.....	F-44
Rider 110	

ÍNDICE DOS RELÁTORIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES LISTADOS NA NOTA EXPLICATIVA 20 ÀS NOSSAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Índice dos Relatórios dos Auditores	B-1
Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu datado de 24 de janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis da ALBRAS para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	B-2
Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu datado de 24 de janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis da ALUNORTE para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	B-3
Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu datado de 25 de janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis da Aluvale para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	B-4
Relatório da KPMG LLP datado de 21 de janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis consolidadas da CSI para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	B-6
Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu datado de 25 de janeiro de 2002 no que diz respeito às Demonstrações Contábeis da DOCENAVE para os dois exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	B-8
Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu datado de 25 de janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis da DOCEPAR para os dois exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001 e 2000.....	B-11
Relatório da Arthur Andersen S/C datado de 24 de janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis da Hispanobras para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	B-12

Relatório da Arthur Andersen S/C datado de 24 de janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis da Itabrasco para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	B-13
Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu datado de 16 de janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis da Kobrasco para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001	B-14
Relatórios da Arthur Andersen S/C datado de 25 de janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis da MRN para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	B-15
Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu datado de 18 de janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis da Nibrasco para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999.....	B-17
Relatório da KPMG Auditores Independentes datado de 17 de Janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis da VALESUL para os dois exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001 e 2000.....	B-18
Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu datado de 30 de janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis do Terminal de Vila Velha para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (Versão em Inglês).....	B-21
Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu datado de 25 de janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis da Nova Era Silicon para os dois exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001 e 2000(Versão em Inglês).....	B-23
Relatório da Trevisan datado de 18 de janeiro de 2000 em relação às Demonstrações Contábeis da Nova Era Silicon para os dois exercícios encerrados em 31 de dezembro de 1999 e 1998 (Versão em Inglês).....	B-25
Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu datado de 25 de janeiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis da Celmar S.A. – Indústria de Celulose e Papel para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001 (Versão em Inglês).....	B-27
Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu datado de 15 de fevereiro de 2002 em relação às Demonstrações Contábeis da SIBRA Eletrosiderúrgica Brasileira S.A. para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001.....	B-28

Item 19. Anexos

Apresentamos os seguintes documentos como parte deste relatório anual:

Número do anexo

- 1 Instrumento correspondente aos Atos Constitutivos e Estatutos Sociais em 25 de abril de 2000 (Tradução para o Inglês)*
- 8 Lista das Coligadas
- 10.1 Anuência da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (CVRD)
- 10.2 Anuência da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001 (Vale Overseas)
- 10.3 Anuência da Deloitte Touche Tohmatsu para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (ALBRAS)
- 10.4 Anuência da Deloitte Touche Tohmatsu para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (ALUNORTE)
- 10.5 Anuência da Deloitte Touche Tohmatsu para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (ALUVALE)

- 10.6 Anuência da KPMG Auditores Independentes para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (Bahia Sul)
- 10.7 Anuência da KPMG LLP para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (CSI)
- 10.8 Anuência da Deloitte Touche Tohmatsu para os dois exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (CENIBRA)
- 10.9 Anuências da Deloitte Touche Tohmatsu para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (DOCENAVE)
- 10.10 Anuência da Deloitte Touche Tohmatsu para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001 e 2000 (DOCEPAR)
- 10.11 Anuência da Arthur Andersen S/C para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (HISPANOBRAS)
- 10.12 Anuência da Arthur Andersen S/C para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (ITABRASCO)
- 10.13 Anuência da Deloitte Touche Tohmatsu para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001 (KOBRASCO)
- 10.14 Anuência da Arthur Andersen S/C para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (MRN)
- 10.15 Anuência da Deloitte Touche Tohmatsu para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (NIBRASCO)
- 10.16 Anuência da KPMG Auditores Independentes para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (VALESUL)
- 10.17 Anuência da Arthur Andersen S/C para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2000 e 1999 (CSN)
- 10.18 Anuência da Deloitte Touche Tohmatsu para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (TERMINAL VILA VELHA S.A.)
- 10.19 Anuência da Deloitte Touche Tohmatsu para os três exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (NOVA ERA SILICON S.A.)
- 10.20 Anuência da Trevisan para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999 (NOVA ERA SILICON S.A.)
- 10.21 Anuência da Deloitte Touche Tohmatsu para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001, 2000 e 1999 (Celmar S.A. – Indústria de Celulose e Papel)
- 10.22 Anuência da Deloitte Touche Tohmatsu para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001 (SIBRA Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.)
- 10.23 Anuência da AMEC Engineering and Construction Services
- 10.24 Carta da Hispanobras relacionada a auditoria da Arthur Andersen S/C
- 10.25 Carta da MRN relacionada a auditoria da Arthur Andersen S/C
- 10.26 Carta da Itabasco relacionada a auditoria da Arthur Andersen S/C

* Incorporada por referência ao Relatório Anual do FORM 20-F, amendado para o exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2000 (arquivo nº 000-26030)

ASSINATURAS

De acordo com as exigências da Seção 12 do Procedimento de 1934 da Securities Exchange, o registrante certifica que preenche todos os requerimentos de arquivamento deste Relatório Anual no Form 20-F e vem assinar como representante legal pelo signatário, devidamente autorizado.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Por: _____

Nome: Gabriel Stoliar
Cargo: Diretor Executivo

Por: _____

Nome: Antônio Miguel Marques
Cargo: Diretor Executivo